



SENADO FEDERAL  
Pesquisa de Preço

### FONTE DE PESQUISA DE PREÇOS

**Objeto:** "prestação de serviços de solução integrada para o gerenciamento da Livraria do Senado Federal, abrangendo a comercialização eletrônica das publicações editadas pelo Senado Federal e a gestão de vendas em múltiplos canais, incluindo feiras e pontos de venda físicos . A solução contratada deverá incluir: implantação da Livraria Virtual do Senado Federal com migração dos dados atuais, treinamento, fornecimento de plataforma para serviços de comercialização eletrônica (e-commerce) em modelo SaaS, controle de estoques e gestão unificada de pedidos, pelo período de 24 meses"

**Data:** 01 de abril de 2025

**Processo:**00200.021715/2024

**Empresas consultadas para cotação que APRESENTARAM propostas:**

Nº	Data	CNPJ	Nome do Fornecedor e (ou) Empresa	DDD	Telefone	E-mail	Contato
1	19/03/2025	25.245.918/0001-21	MAKROMEDIA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA	75	99271-0014	<a href="mailto:comercial@makromedia.com.br">comercial@makromedia.com.br</a>	Sidney Soares
2	21/08/2024		CT n.º 16/2021 - 3º TERMO ADITIVO - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - VIGENTE ATÉ 24/08/2025				
3	09/08/2024		CT n.º 1185/2022 - CASA DA MOEDA - 2º TERMO ADITIVO - VIGENTE ATÉ 08/08/2025				
4	19/03/2025	23.254.406/0001-04	OW-ONWAY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA ME	41	99152-1327	<a href="mailto:elielcio@onway.com.br">elielcio@onway.com.br</a>	Eli Elcio
5	13/11/2023		CT n.º 95/2018 - SENADO FEDERAL - 4º APOSTILAMENTO - 5º TA - VIGÊNCIA ATÉ 12/11/2024				
6	26/09/2023		CT N.º 233/2023 - CÂMARA DOS DEPUTADOS - VIGENTE ATÉ 25/08/2026				
7	21/03/2025	15.664.759/0001-46	BRASO SOLUCOES TECNOLOGICAS LIMITADA	84	99948-0371	<a href="mailto:wagner@braso.com.br">wagner@braso.com.br</a>	Wagner Santos
8	10/10/2023		CT n.º 173/2023 - SENADO FEDERAL				





MAPA DE COTAÇÕES - VALOR UNITÁRIO											
Objeto: "prestação de serviços de solução integrada para o gerenciamento da Livraria do Senado Federal, abrangendo a comercialização eletrônica das publicações editadas pelo Senado Federal e a gestão de vendas em múltiplos canais, incluindo feiras e pontos de venda físicos . A solução contratada deverá incluir: implantação da Livraria Virtual do Senado Federal com migração dos dados atuais, treinamento, fornecimento de plataforma para serviços de comercialização eletrônica (e-commerce) em modelo SaaS, controle de estoques e gestão unificada de pedidos, pelo período de 24 meses"											
Processo:00200.021715/2024											
Item	Discriminação dos materiais (especificações)	Qtde.	Un.	Preços dos fornecedores (R\$)							
				MAKROMEDIA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA	CT n.º 16/2021 - 3º TERMO ADITIVO - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - VIGENTE ATÉ 24/08/2025	CT n.º 1185/2022 - CASA DA MOEDA - 2º TERMO ADITIVO - VIGENTE ATÉ 08/08/2025	OW-ONWAY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA ME	CT n.º 95/2018 - SENADO FEDERAL - 4º APOSTILAMENT O - 5º TA - VIGÊNCIA ATÉ 12/11/2024	CT N.º 233/2023 - CÂMARA DOS DEPUTADOS - VIGENTE ATÉ 25/08/2026	BRASO SOLUCOES TECNOLOGICAS LIMITADA	CT n.º 173/2023 - SENADO FEDERAL
1	Serviço de Implantação de solução de ecommerce de Livraria Virtual.	1	Unid	98.640,00	N.C	N.C	120.000,00	N.C	122.780,00	180.000,00	17.900,00
2	Serviço de treinamento operacional para uso da solução.	1	Unid	16.980,00	N.C	N.C	12.000,00	N.C	12.460,00	30.000,00	3.750,00
3	Serviço de solução para e-commerce, com manutenção, suporte operacional e atualizações da plataforma.	24	Mês	3.600,00	2.525,45	2.919,70	15.000,00	1.284,64	2.970,00	15.000,00	1.890,00
TOTAL GERAL				202.020,00	-	-	492.000,00	-	206.520,00	570.000,00	67.010,00
Obs: O valor unitário do CT 1185/2022 da Casa da Moeda do Brasil, foi obtido pela soma dos itens 2 e 3 do contrato resultando em R\$ 2.919,70 conforme orientação da SEADMT.											





MAPA DE COTAÇÕES - TOTAL POR ITEM											
Objeto: "prestação de serviços de solução integrada para o gerenciamento da Livraria do Senado Federal, abrangendo a comercialização eletrônica das publicações editadas pelo Senado Federal e a gestão de vendas em múltiplos canais, incluindo feiras e pontos de venda físicos . A solução contratada deverá incluir: implantação da Livraria Virtual do Senado Federal com migração dos dados atuais, treinamento, fornecimento de plataforma para serviços de comercialização eletrônica (e-commerce) em modelo SaaS, controle de estoques e gestão unificada de pedidos, pelo período de 24 meses"											
Processo:00200.021715/2024											
Preços <b>TOTAIS POR ITEM</b> dos fornecedores (R\$)											
Item	Discriminação dos materiais (especificações)	Qtde.	Un.	MAKROMEDIA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA	CT n.º 16/2021 - 3º TERMO ADITIVO - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - VIGENTE ATÉ 24/08/2025	CT n.º 1185/2022 - CASA DA MOEDA - 2º TERMO ADITIVO - VIGENTE ATÉ 08/08/2025	OW-ONWAY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA ME	CT n.º 95/2018 - SENADO FEDERAL - 4º APOSTILAMENTO - 5º TA - VIGÊNCIA ATÉ 12/11/2024	CT N.º 233/2023 - CÂMARA DOS DEPUTADOS - VIGENTE ATÉ 25/08/2026	BRASO SOLUCOES TECNOLOGICAS LIMITADA	CT n.º 173/2023 - SENADO FEDERAL
1	Serviço de Implantação de solução de ecommerce de Livraria Virtual.	1	Unid	98.640,00	-	-	120.000,00	-	122.780,00	180.000,00	17.900,00
2	Serviço de treinamento operacional para uso da solução.	1	Unid	16.980,00	-	-	12.000,00	-	12.460,00	30.000,00	3.750,00
3	Serviço de solução para e-commerce, com manutenção, suporte operacional e atualizações da plataforma.	24	Mês	86.400,00	60.610,80	70.072,80	360.000,00	30.831,36	71.280,00	360.000,00	45.360,00
TOTAL GERAL				202.020,00	-	-	492.000,00	-	206.520,00	570.000,00	67.010,00





SENADO FEDERAL  
Pesquisa de Preço

PLANILHA DE ESTIMATIVA DE DESPESAS										
Objeto: "prestação de serviços de solução integrada para o gerenciamento da Livraria do Senado Federal, abrangendo a comercialização eletrônica das publicações editadas pelo Senado Federal e a gestão de vendas em múltiplos canais, incluindo feiras e pontos de venda físicos . A solução contratada deverá incluir: implantação da Livraria Virtual do Senado Federal com migração dos dados atuais, treinamento, fornecimento de plataforma para serviços de comercialização eletrônica (e-commerce) em modelo SaaS, controle de estoques e gestão unificada de pedidos, pelo período de 24 meses"										
Processo:00200.021715/2024										
Item	Discriminação dos materiais (especificações)	Qtde.	Un.	Estatísticas das Cotações Obtidas					Preço Estimado (R\$)	
				Mínimo (R\$)	Mediana (R\$)	Média (R\$)	Desvio Padrão (R\$)	Coefficiente de Variação (1)	Unitário (2)	Total
1	Serviço de Implantação de solução de ecommerce de Livraria Virtual.	1	Unid	17.900,00	120.000,00	107.864,00	58.634,41	54%	120.000,00	120.000,00
2	Serviço de treinamento operacional para uso da solução.	1	Unid	3.750,00	12.460,00	15.038,00	9.629,74	64%	12.460,00	12.460,00
3	Serviço de solução para e-commerce, com manutenção, suporte operacional e atualizações da plataforma.	24	Mês	1.284,64	2.944,85	5.648,72	5.814,28	103%	2.944,85	70.676,40
TOTAL GERAL									203.136,40	
(1) O Coeficiente de Variação é uma medida estatística que indica quanto os preços observados na pesquisa diferem, em média, do Preço Médio Unitário (PMU). É resultado da divisão entre o DP e o PMU. (2) O Preço Estimado é calculado utilizando a MEDIANA das cotações, por ser uma medida estatística de tendência central não influenciada por valores extremos. A mediana é o valor que divide o conjunto de dados em duas partes de igual tamanho. Pretende-se, assim, obter estimativas mais próximas da realidade de mercado, sem a influência de preços atípicos. Observação: cálculos efetuados utilizando critério de arredondamento de valores fracionados para 2 (duas) casas decimais, de acordo com o ATO DO 1º SECRETÁRIO Nº 20, de 2010.										
Pesquisa de mercado Leandro Ferreira Ribeiro Apoio Administrativo			Equipe técnica responsável pela realização da pesquisa: Elaboração da Planilha Leandro Ferreira Ribeiro Apoio Administrativo						Chefe do SACTI Sandro Marco Farias	







SENADO FEDERAL  
Secretaria de Tecnologia da Informação – Prodasen – Bloco 1  
Serviço de Apoio às Contratações de TI – SACTI

Solicitamos a V.S.<sup>a</sup>,

Apresentar COTAÇÃO DE PREÇOS a fim de subsidiar este Órgão na estimativa de preços praticados no mercado visando aferir os custos do objeto abaixo especificado. Para facilitar a análise de vossa resposta, solicitamos que os custos sejam informados de acordo com o **MODELO DE ESTIMATIVA DE PREÇOS** encaminhado junto a presente solicitação, podendo o mesmo ser respondido preenchendo-o ou, caso prefira, utilizando papel timbrado da Empresa. A cotação em epígrafe deverá ser encaminhada ao e-mail: [contratacaoti@senado.leg.br](mailto:contratacaoti@senado.leg.br)

Certos de contarmos com a colaboração de vossa Empresa, solicitamos responder esta pedido de cotação **com a maior brevidade possível**. Desde já, agradecemos sua participação.

CONFIRMAÇÃO DO RECEBIMENTO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

MAKROMEDIA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA

CNPJ

25.245.918/0001-21

ENDEREÇO

RUA SAPEAÇU, 26 - NOVA CANDEIAS

CIDADE : CANDEIAS

UF: BA

CEP: 43.815-190

CONTATO NA EMPRESA

SIDNEY SOARES

E-MAIL: COMERCIAL@MAKROMEDIA.COM.BR

FONES: 75 99271-0014

MICRO EMPRESA / EPP / COOPERATIVA (Decreto 7.174/2010 – Lei Complementar 123/2006)

ME/EPP ( X ) COOPERATIVA ( \_\_\_ )

Processo nº 00200.021715/2024

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Prestação de serviços de solução integrada para o gerenciamento da Livraria do Senado Federal, abrangendo a comercialização eletrônica das publicações editadas pelo Senado Federal e a gestão de vendas em múltiplos canais, incluindo feiras e pontos de venda físicos. A solução contratada deverá incluir: implantação da Livraria Virtual do Senado Federal com migração dos dados atuais, treinamento, fornecimento de plataforma para serviços de comercialização eletrônica (e-commerce) em modelo SaaS, controle de estoques e gestão unificada de pedidos, pelo período de 24 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Tecnologia da Informação – Prodasen – Bloco 1  
Serviço de Apoio às Contratações de TI – SACTI

MODELO DE ESTIMATIVA DE PREÇOS						
Informamos que o preço estimado fixado por item, total do item e total global da proposta, em moeda nacional (R\$ - Reais), deve abranger todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita contratação do objeto:						
Prestação de serviços de solução integrada para o gerenciamento da Livraria do Senado Federal, abrangendo a comercialização eletrônica das publicações editadas pelo Senado Federal e a gestão de vendas em múltiplos canais, incluindo feiras e pontos de venda físicos. A solução contratada deverá incluir: implantação da Livraria Virtual do Senado Federal com migração dos dados atuais, treinamento, fornecimento de plataforma para serviços de comercialização eletrônica (e-commerce) em modelo SaaS, controle de estoques e gestão unificada de pedidos, pelo período de 24 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência						
Processo nº 00200.021715/2024						
A proposta deverá atender todas as especificações constantes do Termo de Referência ou Projeto Básico. Em caso de esclarecimentos técnicos e demais dúvidas quanto às especificações e fornecimento do objeto supracitado, favor contatar:						
Sr. <b>Fernando Rodrigues Ferreira</b>						
E-mail : <a href="mailto:fernando.rodrigues@senado.leg.br">fernando.rodrigues@senado.leg.br</a> fone : <b>(61) 3303-2515</b>						
Item	Produtos	CATSER / CATMAT	Unidade	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Serviço de Implantação de solução de e-commerce de Livraria Virtual	26972	Unid.	1	98.640,00	98.640,00
2	Serviço de treinamento operacional para uso da solução	3840	Unid.	1	16.980,00	16.980,00
3	Serviço de solução para e-commerce, com manutenção, suporte operacional e atualizações da plataforma	27073	Mês	24	3.600,00	86.400,00
						VALOR GLOBAL TOTAL
➔ Esta Proposta tem validade mínima de 60 dias. Caso a empresa forneça um prazo maior, solicitamos dias da emissão desta.						R\$ 202.020,00
Sim	Esta proposta está consoante todas as especificações contidas no Termo de Referência/Projeto Básico recebido em anexo à solicitação desta cotação de preços, inclusive com relação à prazos.					
LOCAL / DATA DA ESTIMATIVA DE PREÇOS		CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RECEBIMENTO ou ASSINATURA ELETRÔNICA (Campo obrigatório)				
CANDEIAS, 19 de março de 2025		<div><div>ASSINADO DIGITALMENTE SIDNEY SANTOS SOARES CPF 95326685515</div><div>DATA 19/03/2025 <small>Data lida no computador do assinante.</small></div><div><small>A conformidade com a assinatura pode ser verificada em: <a href="http://serpro.gov.br/assinador-digital">http://serpro.gov.br/assinador-digital</a></small></div></div>				





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

## TERMO DE CONTRATO 16/2021/AD

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS Nº 16/2021/AD que entre si  
fazem a UNIVERSIDADE FEDERAL  
FLUMINENSE e a empresa F1  
SOLUÇÕES INTELIGÊNCIA EM  
COMÉRCIO ELETRÔNICO LTDA.**

A UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Rua Miguel de Frias nº 09, Icaraí, Niterói, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominada CONTRATANTE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.523.215/0001-06, neste ato representada pelo seu Magnífico Reitor, Professor ANTONIO CLÁUDIO LUCAS DA NOBREGA, nomeado por Decreto Presidencial publicado no DOU de 21/11/2018, portador da cédula de identidade nº 047142036, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 808.987.697-87, e a Empresa F1 SOLUCOES INTELIGENCIA EM COMERCIO ELETRONICO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.091.523/0001-65, com sede à Av. Unisinos, nº 950, SALA 304 Centro Empresarial Pe Rick Bairro Cristo Rei, São Leopoldo - RS, neste ato representada pelo seu sócio, Sr. EDUARDO DE OLIVEIRA, portador da Cédula de Identidade nº 1063173981, expedida pelo SSP e do CPF/MF nº 972.859.430-53, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato em conformidade com o que consta do Processo Administrativo nº 23069.160452/2020-11, referente a Inexigibilidade nº 58/2021/AD, Decreto nº 3.555/2000, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, Decreto 5.450, Decreto 3.931/01, subsidiada pela Lei nº 8.666/93 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 alterações, passando o Termo de Referência e a proposta da CONTRATADA, independentemente de sua transcrição, a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento, que será regido pelas cláusulas e condições seguintes:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

1.1. Contratação de Sustentação da Loja Virtual da EDUFF conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência

Item	Tipo de Serviço	Valor Mensal	Unidade de Medida	Valor Total do Serviço
I	Criação, hospedagem e manutenção de loja virtual (site na internet) para venda de livros impressos e eletrônicos (e-books) da Editora da Universidade Federal Fluminense/ EDUFF, com configurações de infraestrutura de comércio eletrônico e de domínio. CATSER 19003	R\$ 2.323,33	Mês	R\$ 27.880,00

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 meses, com início na data de assinatura pela UFF, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4 Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5 Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6 Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO CONTRATO

3.1 O valor mensal da contratação é de R\$2.323,33 (dois mil, trezentos e vinte e três reais e trinta e três centavos), perfazendo o valor de R\$27.880,00 (vinte e sete mil, oitocentos e oitenta reais).

Os valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e

20/09/2021

SEI/UFF - 0516725 - TERMO DE CONTRATO - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

#### 4. CLAUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

4.2 Gestão/Unidade: 150182/15227

4.3 Fonte: 8100

4.4 Programa de Trabalho: 169645

4.5 Elemento de Despesa: 339039-05

4.6 PI: M20RKG0101N

4.7 No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

#### 6. CLAUSULA SEXTA - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

#### 7. CLAUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

#### 8. CLAUSULA OITAVA- MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### 9. CLAUSULA NOVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

é que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e nciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da



20/09/2021

SEI/UFF - 0516725 - TERMO DE CONTRATO - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

legislação que rege a matéria; e os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro de Niterói/RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em uma via eletrônica que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo de Oliveira, Usuário Externo**, em 16/08/2021, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Claudio Lucas da Nobrega, REITOR**, em 24/08/2021, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joao Paulo Marques Moraes, ADMINISTRADOR**, em 25/08/2021, às 21:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Vera Lucia Lavrado Cupello Cajazeiras, PRO-REITOR**, em 31/08/2021, às 23:54, conforme

02/09/2021

SEI/UFF - 0516725 - TERMO DE CONTRATO - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS



horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.uff.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.uff.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0516725** e o código CRC **A74BF631**.

Referência: Processo nº 23069.160452/2020-11

SEI nº 0516725



ff.br/sei/controlador.php?acao=documento\_imprimir\_web&acao\_origem=arvore\_visualiza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D56D85E8006A50BB.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

## **2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 16/2021**

**2º TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO  
DE SERVIÇOS Nº 16/2021,  
QUE ENTRE SI FAZEM A  
UNIVERSIDADE FEDERAL  
FLUMINENSE E A EMPRESA  
F1 COMMERCE TECNOLOGIA  
EM COMÉRCIO ELETRÔNICO  
LTDA.**

A UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Rua Miguel de Frias, nº 09, Icaraí, Niterói, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominada CONTRATANTE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.523.215/0001-06, neste ato representada pelo seu Reitor, Professor Antônio Claudio Lucas da Nóbrega, nomeado por Decreto Presidencial publicado no Diário Oficial da União de 22 de novembro de 2022, portador da Matrícula Funcional SIAPE nº 6310674, e a empresa F1 COMMERCE TECNOLOGIA EM COMÉRCIO ELETRÔNICO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.091.523/0001-65, com sede à Av. Unisinos, nº 950, Sala 304, Centro Empresarial Padre Rick, Bairro Cristo Rei, São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 93.022-750, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu sócio, Sr. Eduardo de Oliveira, conforme atos constitutivos da empresa, em conformidade com o que consta no Processo Administrativo nº 23069.160452/2020-11, e em observância às disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Constituem objetos do presente Termo Aditivo:

a) Prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses, pelo íterim de 18/2023 a 24/08/2024; e

b) Alteração da razão social da contratada, que passa a ser F1 Commerce



Tecnologia em Comércio Eletrônico Ltda., conforme Sétima Alteração ao Estatuto Societário, registrada na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul, em 25/11/2022.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO**

2.1. O valor máximo mensal permanece em R\$ 2.525,45 (dois mil, quinhentos e vinte e cinco reais e quarenta e cinco centavos), perfazendo, no período de doze meses, o valor máximo anual de R\$ 30.305,40 (trinta mil, trezentos e cinco reais e quarenta centavos).

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO DIREITO A REAJUSTE**

3.1. Permanece o direito da CONTRATADA ao REAJUSTE de preços do referido Contrato, nos termos do item 15 do Termo de Referência, mediante solicitação à CONTRATANTE, após divulgação do índice aplicável.

## **CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes da execução dos serviços a que se refere este Termo Aditivo, para o exercício corrente correrão à conta do recurso consignado no Programa de Trabalho 169645, Natureza de Despesa 33.90.39, Fonte 1444, UGR 154384 e PI: M 20RK G 01 01 N.

## **CLÁUSULA QUINTA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

5.1. O presente Termo Aditivo tem como base o artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

6.1. A contratante providenciará a publicação do extrato deste Instrumento na Imprensa Oficial até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO**

7.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato original que não tenham sido alteradas pelo presente Termo Aditivo.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO FORO**

O Foro competente para dirimir eventuais questões oriundas do presente





contrato ou de sua execução, e não resolvidas administrativamente, é o da Justiça Federal de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo Aditivo, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Claudio Lucas da Nobrega, REITOR**, em 24/08/2023, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo de Oliveira, Usuário Externo**, em 24/08/2023, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Machado Alves, CHEFE DE DIVISAO**, em 24/08/2023, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Pinto Bernardo, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 24/08/2023, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.uff.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.uff.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1587081** e o código CRC **F822297F**.

**Referência:** Processo nº 23069.160452/2020-11

SEI nº 1587081



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E ENGENHARIAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2011/2023 - UASG 153050

Nº Processo: 23068035610202340. Objeto: Aquisição de herbicidas e adubos para atender as demandas da Coordenação de Áreas Experimentais do Centro de Ciências Agrárias e Engenharias da Unidade de Alegre - UFES, na modalidade de compra Pregão Eletrônico e julgamento por Menor Preço por Item, conforme condições, quantidades, especificações e exigências contidas no Termo de Referência.. Total de Itens Licitados: 8. Edital: 28/08/2023 das 08h00 às 17h59. Endereço: Alto Universitario, S/n - Cx. Postal 16, Guararema - Alegre/ES ou <https://www.gov.br/compras/edital/153050-5-02011-2023>. Entrega das Propostas: a partir de 28/08/2023 às 08h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Abertura das Propostas: 13/09/2023 às 08h30 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Informações Gerais: Se houver divergências entre a descrição e as quantidades dos itens divulgada no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), que constará nas notas de empenhos a serem emitidos após a homologação da licitação e o que consta no Termo de Referência/EDITAL prevalecerá o que consta no Termo de Referência/EDITAL. Os produtos deverão ser ofertados conforme: condições, quantidades, especificações e exigências contidas no Termo de Referência, anexo 1 do Edital..

GUILHERME FOSSI NASCIMENTO  
Pregoeiro

(SIASGnet - 25/08/2023) 153050-15225-2023NE800001

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
DIRETORIA DE APOIO ACADÊMICO

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

Nº 297/2023: Partícipe: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - CNPJ: 32.479.123/0001-43 Instituição: GUSTAVO PADILHA ADVOGADOS. CNPJ: 08.951.646/0001-66 Objetivo: realização de convênio para estágio. Data da assinatura: 25 de agosto de 2023. Vigência: a partir da data da publicação.

Nº 298/2023: Partícipe: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - CNPJ: 32.479.123/0001-43 Instituição: DATABECK SISTEMAS DE CONTROLE LTDA CNPJ: 17.667.746/0001-56 Objetivo: realização de convênio para estágio. Data da assinatura: 25 de agosto de 2023. Vigência: a partir da data da publicação.

Nº 299/2023: Partícipe: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - CNPJ: 32.479.123/0001-43 Instituição: EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO MIVITA 004 SPE LTDA CNPJ: 41.882.405/0001-88 Objetivo: realização de convênio para estágio. Data da assinatura: 25 de agosto de 2023. Vigência: a partir da data da publicação.

Nº 300/2023: Partícipe: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - CNPJ: 32.479.123/0001-43 Instituição: LOCKIN CONSULTORIA LTDA CNPJ: 15.600.848/0001-29 Objetivo: realização de convênio para estágio. Data da assinatura: 25 de agosto de 2023. Vigência: a partir da data da publicação.

Nº 301/2023: Partícipe: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - CNPJ: 32.479.123/0001-43 Instituição: COSTA & AUGUSTO LTDA CNPJ: 07.417.545/0001-47 Objetivo: realização de convênio para estágio. Data da assinatura: 25 de agosto de 2023. Vigência: a partir da data da publicação.

Nº 302/2023: Partícipe: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - CNPJ: 32.479.123/0001-43 Instituição: MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS CNPJ: 27.167.477/0001-12 Objetivo: realização de convênio para estágio. Data da assinatura: 25 de agosto de 2023. Vigência: a partir da data da publicação.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

EDITAL Nº 211/2023  
HOMOLOGAÇÃO

O Reitor da Universidade Federal Fluminense, no uso de suas atribuições, torna público e homologa o resultado do Processo Seletivo Simplificado para contratação de professor substituto para a classe, carga horária, departamento e área de conhecimento, abaixo relacionados, de que trata o Edital nº 184/2023, publicado no D.O.U. de 03/08/2023:  
1 - Departamento de Direito de Macaé (MDI)  
Classe: Assistente A - 40 horas  
Área: Direito Público e Privado.  
Classificação: Victor Roberto Corrêa de Souza (1º lugar).

ANTONIO CLAUDIO LUCAS DA NÓBREGA

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2023 - UASG 150182

Número do Contrato: 16/2021.  
Nº Processo: 23069.160452/2020-11.  
Inexigibilidade. Nº 58/2021. Contratante: PRO-REITORIA DE ADMINISTRACAO/UFF. Contratado: 09.091.523/0001-65 - F1 SOLUCOES INTELIGENCIA EM COMERCIO ELETRONICO LTDA. Objeto: Prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses, pelo íterim de 24/08/2023 a 24/08/2024. Vigência: 24/08/2023 a 24/08/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 30.305,40. Data de Assinatura: 24/08/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 24/08/2023).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2023 - UASG 150182

Número do Contrato: 14/2020.  
Nº Processo: 23069.154452/2020-73.  
Inexigibilidade. Nº 95/2020. Contratante: PRO-REITORIA DE ADMINISTRACAO/UFF. Contratado: 09.168.704/0001-42 - EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato originário por mais 12 (doze) meses, com início em 28/08/2023 e término em 28/08/2024;. Vigência: 28/08/2023 a 28/08/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 80.000,00. Data de Assinatura: 24/08/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 24/08/2023).

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/2023 - UASG 150182

Nº Processo: 23069165084202331. Objeto: Aquisição de livros nacionais e estrangeiros impressos para as bibliotecas e demais unidades acadêmicas, unidades de educação infantil, ensino fundamental e médio, pelo maior desconto do preço de capa, para atender a Universidade Federal Fluminense através da Pró-Reitoria de Administração (PROAD), em Niterói - RJ,. Total de Itens Licitados: 6. Edital: 28/08/2023 das 09h00 às 17h59. Endereço: R.m. Frias, Nº 9 - Icarai-niterói, - Niterói/RJ ou

<https://www.gov.br/compras/edital/150182-5-00071-2023>. Entrega das Propostas: a partir de 28/08/2023 às 09h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Abertura das Propostas: 11/09/2023 às 10h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

HELLEN DE LIMA MEDEIROS DA SILVA  
Membro da Cli

(SIASGnet - 25/08/2023) 150182-15227-2022NE003328

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 407/2023. Proc.: 23070.045869/2023-50. Contratante: Universidade Federal de Goiás - CNPJ: 01.567.601/0001-43. Contratada: Fundação de Apoio à Pesquisa - CNPJ: 00.799.205/0001-89. Objeto: Prestação pela contratada de serviços de gestão administrativa e financeira à UFG/Interveniente/Unidade/Coordenador para apoio na implementação e no desenvolvimento das atividades previstas no Projeto de Ensino: Curso de Especialização em Direito Eleitoral e Processo Eleitoral. Vigência: 25/08/2023 a 31/05/2025.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 398/2023 - UASG 153052

Nº Processo: 23070.029015/2023-26.  
Inexigibilidade Nº 87/2023. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS. Contratado: 01.536.754/0001-23 - J.CAMARA & IRMAOS S/A. Objeto: Contratação de serviço, publicação de avisos e editais de licitação, jornal de grande circulação.. Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 74 - Inciso: I. Vigência: 28/08/2023 a 28/08/2024. Valor Total: R\$ 97.200,00. Data de Assinatura: 25/08/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 25/08/2023).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 399/2023 - UASG 153052

Nº Processo: 23070.035317/2023-33.  
Pregão Nº 11/2022. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS. Contratado: 04.198.254/0001-17 - MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA. Objeto: Contratação de licenças de softwares de design gráfico, com direito a atualização e suporte.. Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 28/08/2023 a 28/08/2026. Valor Total: R\$ 399.037,56. Data de Assinatura: 25/08/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 25/08/2023).

EDITAL DE CITAÇÃO

A Universidade Federal de Goiás CITA, via do presente edital, não sendo possível notifica-lo pessoalmente, LEANDRO RODRIGUES CALAÇA, CPF \*\*\*.587.351-\*\*, a tomar conhecimento dos Despachos decisórios nº GR/1046 e PROAD/162, que certifica o Trânsito em julgado administrativo e constitui o crédito em definitivo, respectivamente, em favor da Universidade Federal de Goiás, no valor de R\$ 22.647,88 (vinte e dois mil seiscientos e quarenta e sete reais e oitenta e oito centavos), atualizado em agosto de 2023, a ser atualizado novamente no pagamento, relativo aos débitos decorrentes do Curso de Especialização em Direito Agrário e ambiental FD/UFG.

A íntegra da decisão, bem como a Guia de Recolhimento para quitação do débito podem ser obtidas através do contato com a Pró-Reitoria de Administração e Finanças através do endereço de e-mail [proad@ufg.br](mailto:proad@ufg.br) ou presencialmente em horário comercial no endereço Av. Esperança s/n, Câmpus Samambaia - Prédio da Reitoria, 1º andar. Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias a contar desta notificação para pagamento ou parcelamento.

Em caso da ausência de pagamento ou parcelamento dentro do prazo estipulado, o débito estará sujeito ao registro no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal - CADIN, observado o prazo de 75 (setenta e cinco) dias contado da data de ciência da notificação, com posterior encaminhamento à Procuradoria Geral Federal - PGF, para fins de inscrição na Dívida Ativa.

Goiânia, 25 de agosto de 2023.  
ANGELITA PEREIRA DE LIMA  
Reitor

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2023 - UASG 153052

Nº Processo: 23070008644202231. Objeto: Contratação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva da Rede de Fibras Ópticas, denominada de Rede METROGYN, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, na Região Metropolitana da cidade de Goiânia/GO.. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 28/08/2023 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Avenida Universitária, Nº 1593, Setor Universitário - Goiânia/GO ou <https://www.gov.br/compras/edital/153052-5-00088-2023>. Entrega das Propostas: a partir de 28/08/2023 às 08h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Abertura das Propostas: 12/09/2023 às 09h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Informações Gerais: Edital disponível também no site da SEINFRA/UFG: <https://seinfra.ufg.br/>.

ROBSON MAIA GERALDINE  
Pró-reitor de Administração e Finanças

(SIASGnet - 25/08/2023) 153052-15226-2023NE111111

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Permissão de Uso Onerosa nº 02/2023. Processo nº 23070.005115/2023-67. Objeto: alterar o prazo da contrapartida para 06 de outubro de 2023. Partícipes: UFG e INSTITUTO AGROVIDA DE PESQUISA CONSULTORIA E GESTAO ESTRATEGICA EM AGRONEGOCIO. Assinatura: 24/08/2023. Vigência: 24/08/2023 a 06/10/2023.

EDITAL Nº 81, DE 23 DE AGOSTO DE 2023  
HOMOLOGAÇÃO

A Reitora da Universidade Federal de Goiás, usando de suas atribuições estatutárias e regimentais, tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.739, de 28/03/2019, publicado no D.O.U. de 29/03/2019, na Lei nº 12.772, de 28/12/2012, alterada pela Lei nº 12.863, de 24/09/2013 e o que consta da Resolução CONSUNI nº 99/2021, homologa e torna público o resultado final do Concurso Público para o Cargo da Carreira de Magistério Superior, Classe A, Nível 1, em regime de Dedicação Exclusiva, objeto do Edital Geral nº 34/2021, publicado no D.O.U. de 18/11/2021 e Edital Específico nº 11/2023 publicado no D.O.U. de 03/04/2023.

Área do Concurso: Mecanização Agrícola com ênfase em Agricultura Digital e de Precisão/Escola de Agronomia, exercício: Goiânia. Candidatos aprovados:

1º - Arthur Gabriel Caldas Lopes, média: 8,50;

2º - Elizabeth Haruna Kazama, média: 7,77.

(Processo nº 23070.051274/2022-52)

ANGELITA PEREIRA DE LIMA



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico  
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05302023082800051





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

### **3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 16/2021**

**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 16/2021,  
QUE ENTRE SI FAZEM A  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
E A EMPRESA F1 COMMERCE  
TECNOLOGIA EM COMÉRCIO  
ELETRÔNICO LTDA.**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**, Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Rua Miguel de Frias, nº 09, Icaraí, Niterói, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominada **CONTRATANTE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.523.215/0001-06, neste ato representada pelo seu Reitor, **Professor Antonio Claudio Lucas da Nóbrega**, nomeado por Decreto Presidencial publicado no Diário Oficial da União de 22 de novembro de 2022, portador da Matrícula Funcional SIAPE nº 6310674, e a empresa **F1 COMMERCE TECNOLOGIA EM COMÉRCIO ELETRÔNICO LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.091.523/0001-65, com sede à Av. Unisinos, nº 950, Sala 304, Centro Empresarial Padre Rick, Bairro Cristo Rei, São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 93.022-750, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu sócio, **Sr. Eduardo de Oliveira**, conforme atos constitutivos da empresa, em conformidade com o que consta no Processo Administrativo nº 23069.160452/2020-11, e em observância às disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses, correspondente ao íterim de 24/08/2024 a 24/08/2025.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO ADITIVO**

2.1. O valor máximo mensal permanece em R\$ 2.525,45 (dois mil, quinhentos e vinte e cinco reais e quarenta e cinco centavos), perfazendo, no período de doze meses, o valor máximo anual de R\$ 30.305,40 (trinta mil, trezentos e cinco reais e quarenta centavos).

2.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.



### CLÁUSULA TERCEIRA – DO DIREITO A REAJUSTE

3.1. Permanece o direito da Contratada ao REAJUSTE de preços do referido Contrato, nos termos do item 22 do Termo de Referência, após divulgação do índice IPCA-IBGE atinente ao período de setembro de 2023 a agosto de 2024.

### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da execução dos serviços a que se refere este Termo Aditivo, para o exercício corrente correrão à conta do recurso consignado no Programa de Trabalho 229993, Natureza de Despesa 339039, Fonte 1000, UGR 154384 e PI M20RKG0101N.

### CLÁUSULA QUINTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

5.1. O presente Termo Aditivo tem como base o artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

### CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

6.1. A contratante providenciará a publicação do extrato deste Instrumento na Imprensa Oficial até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO

7.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato original que não tenham sido alteradas pelo presente Termo Aditivo.

### CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1. O Foro competente para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato ou de sua execução, e não resolvidas administrativamente, é o da Justiça Federal de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo Aditivo, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo de Oliveira, Usuário Externo**, em 21/08/2024, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Claudio Lucas da Nobrega, REITOR**, em 21/08/2024, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Pinto Bernardo, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 21/08/2024, às 18:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Machado Alves, CHEFE DE DIVISAO**, em 21/08/2024, às 19:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.uff.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.uff.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2198094** e o código CRC **8FC48548**.

27/08/2024, 08:31

SEI/UFF - 2198094 - TERMO ADITIVO - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

**Referência:** Processo nº 23069.160452/2020-11

SEI nº 2198094





EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 6/2020 - UASG 158195

Nº Processo: 23096.004781/2023-90. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. Contratado: 04.008.185/0003-01 - INTERFORT SEGURANCA DE VALORES LTDA. Objeto: Rescindir amigavelmente o contrato ufcg/prá nº 006/2020, em conformidade com o artigo 79, inciso ii, da lei 8.666/93 e com a cláusula terceira do termo aditivo 25/2024 (4313880). Fundamento Legal: . Data de Rescisão: 30/09/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 22/08/2024).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2024 - UASG 158719

Nº Processo: 1933/2024-02. Objeto: Registro de preços para aquisição de equipamentos laboratoriais para atender demandas da Faculdade de Medicina e do Centro de Ciências Agrárias e da Biodiversidade da Universidade Federal do Cariri. Total de Itens Licitados: 50. Edital: 23/08/2024 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Av. Tenente Raimundo Rocha S/n - Cidade Universitária, - Juazeiro do Norte/CE ou https://www.gov.br/compras/edital/158719-5-90010-2024. Entrega das Propostas: a partir de 23/08/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 04/09/2024 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

TIAGO DE ALENCAR VIANA  
Pró-reitor de Administração

(SIASGnet - 22/08/2024) 158719-26449-2024NE800001

EDITAL Nº 87, DE 21 DE AGOSTO DE 2024  
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DE CONCURSO PÚBLICO

CAMPUS DA UFC EM FORTALEZA Processo nº 23067.057588/2022-18  
O Reitor da Universidade Federal do Ceará, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando o disposto no processo nº 23067.057588/2022-18, resolve prorrogar por 01 (um) ano o prazo de validade do concurso público para Professor do Magistério Superior - Campus da UFC em Fortaleza, conforme discriminado abaixo:

Edital de Inscrição	Edital de Homologação	Classe	Subunidade/Unidade	Setor de estudo	Validade até
12/2023	107/2023	Classe A com denominação de Adjunto-A	Departamento de Engenharia Mecânica / Centro de Tecnologia / Campus da UFC em Fortaleza	Geração Distribuída em Energias Renováveis	02/09/2025

CUSTÓDIO LUÍS SILVA DE ALMEIDA

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 66/2024 - UASG 153045

Nº Processo: 23067.030289/2024-06. Dispensa Nº 105/2024. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA. Contratado: 05.330.436/0001-62 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA. Objeto: A prestação de suporte administrativo e financeiro da fundação de apoio nos termos do art. 1º da Lei nº 8.958/1994 c.c. parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 7.423/2010 e, subsidiariamente, do art. 75, XV, da Lei nº 14.133/2021, na execução do projeto institucional denominado: UFC 70 ANOS. Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 75 - Inciso: XV. Vigência: 21/08/2024 a 21/02/2025. Valor Total: R\$ 1.976.043,37. Data de Assinatura: 21/08/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 22/08/2024).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

DIRETORIA DE APOIO ACADÊMICO

COORDENAÇÃO DE ESTÁGIOS

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

Nº 247/2024: Partícipe: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - CNPJ: 32.479.123/0001-43 Instituição: SINDICATO DOS TRAB EM EMP DE CORREIOS PREST DE SERV DE LOGISTICA POSTAL TELEGRAFICOS E ENC E EM EMP QUE EXECUTAM SERV DE LOG POSTAL TELEGRAFICOS CNPJ: 28.521.474/0001-06 Objetivo: realização de convênio para estágio. Data da assinatura: 21 de agosto de 2024. Vigência: a partir da data da publicação.

Nº 248/2024: Partícipe: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - CNPJ: 32.479.123/0001-43 Instituição: DROGARIA SERRA DOURADA LTDA CNPJ: 27.745.850/0001-75 Objetivo: realização de convênio para estágio. Data da assinatura: 21 de agosto de 2024. Vigência: a partir da data da publicação.

Nº 249/2024: Partícipe: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - CNPJ: 32.479.123/0001-43 Instituição: SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE ARACRUZ LTDA CNPJ: 03.885.388/0001-43 Objetivo: realização de convênio para estágio. Data da assinatura: 21 de agosto de 2024. Vigência: a partir da data da publicação.

Nº 250/024: Partícipe: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - CNPJ: 32.479.123/0001-43 Instituição: AELBRA EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO E POS-GRADUACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL CNPJ: 88.332.580/0026-13 Objetivo: realização de convênio para estágio. Data da assinatura: 21 de agosto de 2024. Vigência: a partir da data da publicação.

Nº 251/024: Partícipe: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - CNPJ: 32.479.123/0001-43 Instituição: FOCUS ESPIRITO SANTO - VILA VELHA LTDA CNPJ: 51.860.730/0001-01 Objetivo: realização de convênio para estágio. Data da assinatura: 21 de agosto de 2024. Vigência: a partir da data da publicação.

Nº 252/024: Partícipe: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - CNPJ: 32.479.123/0001-43 Instituição: LPC - LACERDA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA CNPJ: 65.182.826/0001-64 Objetivo: realização de convênio para estágio. Data da assinatura: 21 de agosto de 2024. Vigência: a partir da data da publicação. Eustáquio Vinicius Ribeiro de Castro - Reitor

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio de estágio supervisionado para aprofundar conhecimentos e desenvolver habilidades significativas para a formação profissional dos alunos matriculados nos cursos de graduação firmado entre a UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ e as empresas:

CONVENIADO	CNPJ	VIGÊNCIA
ENI SERVIÇOS DE ARQUITETURA LTDA	46.264.580/0001-25	23/07/2024 22/07/2029
JOSÉ EDISON DA SILVA	20.504.363/0001-71	01/08/2024 31/07/2029
ECKOS CONSULTORIA EM GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA	54.567.236/0001-33	09/08/2024 08/08/2029
INSTITUTO BRINQUEDIM DE INCLUSÃO CULTURA	09.596.714/0001-89	19/07/2024 18/07/2029
LUNDGAARD JENSEN SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA	49.058.078/0001-56	30/07/2024 29/07/2029
DEXO GROUP DO BRASIL LTDA	09.372.389/0001-70	27/07/2024 26/07/2029
FIDEL PAIVA VIANA	37.105.153/0001-03	07/06/2024 06/06/2029
FALDA CONFECÇÕES E ACESSÓRIOS LTDA	51.989.783/0001-19	10/07/2024 09/07/2029
INVICTUS - CONTABILIDADE, MARCAS & PATENTES LTDA	14.189.650/0001-31	09/08/2024 08/08/2029
NYX TECHNOLOGY LTDA	13.705.501/0001-15	26/06/2024 25/06/2029
TRAINER CONSULTORIA E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA	09.423.064/0001-70	24/07/2024 23/07/2029
PLUS IDÉIAS COMÉRCIO DE ROUPAS E ACESSÓRIOS LTDA	51.711.609/0001-00	26/07/2024 25/07/2029
EIDER ALVES PEREIRA - AGENTE DE INTEGRAÇÃO	23.760.412/0001-25	01/08/2027 31/07/2029
HONO INTELIGÊNCIA EM GESTÃO LTDA	35.688.146/0001-56	02/08/2024 01/08/2029
MUNICÍPIO DE SENADOR POMPEU	07.728.421/0001-82. (CRUTAC)	23/07/2024 22/07/2029
HERBY VISION BRASIL TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO	49.404.896/0001-63	06/08/2024 05/08/2029
EDVANDO T DE LIMA	39.822.050/0001-90	07/08/2024 06/08/2029

Fortaleza, 22 de agosto de 2024. JOÃO GUILHERME NOGUEIRA MATIAS - Pró-Reitor de Planejamento e Administração da UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO Nº 143, DE 22 DE AGOSTO DE 2024  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O Reitor da Universidade Federal Fluminense, no uso de suas atribuições, torna público e homologa o resultado do Processo Seletivo Simplificado para contratação de professor substituto para a classe, carga horária, departamento e área de conhecimento, abaixo relacionados, de que trata o Edital nº 116/2024, publicado no D.O.U. de 24/07/2024: 1 - Departamento de Artes e Estudos Culturais (RAE) Classe: Adjunto A - 40 horas Área: Teorias e Métodos em Culturas. Classificação: Luiza Freire Nasciutti (1º lugar), Barbara de Brito Antunes Lito de Almeida (2º lugar), Beatriz Azevedo Medeiros (3º lugar).

ANTONIO CLAUDIO LUCAS DA NÓBREGA

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2024 - UASG 150182

Número do Contrato: 16/2021. Nº Processo: 23069.160452/2020-11. Inexigibilidade. Nº 58/2021. Contratante: PRO-REITORIA DE ADMINISTRACAO/UFF. Contratado: 09.091.523/0001-65 - F1 COMMERCE TECNOLOGIA EM COMERCIO ELETRONICO LTDA. Objeto: Prorrogação da vigência contratual por mais doze meses, correspondente ao período de 24/08/2024 a 24/08/2025. Vigência: 24/08/2024 a 24/08/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 30.305,40. Data de Assinatura: 21/08/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 21/08/2024).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2024 - UASG 150182

Número do Contrato: 39/2023. Nº Processo: 23069.164318/2023-23. Dispensa. Nº 47/2023. Contratante: PRO-REITORIA DE ADMINISTRACAO/UFF. Contratado: EDUARDO JANONI TOLOMEI. Objeto: Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação de vigência do contrato nº 39/2023 por 12 (doze) meses, de 14/08/2024 a 14/08/2025, e o reajuste de 4,2276%. Vigência: 14/08/2024 a 14/08/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 50.328,00. Data de Assinatura: 08/08/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 08/08/2024).

RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO Nº 90026/2024

A Pró-Reitoria de Administração da UniversidadeFederal Fluminense torna público o resultado parcial do julgamento do Pregão 90026/PROAD/2024, tendo sido adjudicado e homologado os seguintes itens em relação às empresas: ESPACO A MOVEIS LTDA(34.329.066/0001-41):3,4,5,6,8,9,10,11,12; EBSX2 COMÉRCIO E REPRESENTACOES LTDA(16.572.376/0001-00):27; DQUALITY IND COM DE MOVEIS LTDA(20.894.966/0001-27):45; FAGUNDES & MIRANDA LTDA(49.715.569/0001-22):89; G & J REPRESENTACAO LTDA(55.017.923/0001-48):106; API - TECH BOARD INFORMATICA E MANUTENCAO LTDA(18.820.783/0001-15):119. ITENS FRACASSADOS:28,122. ITENS DESERTOS:23,32,69,74,75,85,86,88,121.

HELLEN DE LIMA MEDEIROS DA SILVA  
Membro da CLI

(SIDECE - 22/08/2024)



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico  
http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05302024082300044





**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE SOLUÇÃO PARA LOJA VIRTUAL, Nº  
1185/2022, QUE FAZEM ENTRE SI A CASA DA MOEDA  
DO BRASIL - CMB E A OW-ONWAY SOLUÇÕES EM  
TECNOLOGIA LTDA**

**CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB**, empresa pública, criada pela Lei nº 5.895, de 19.06.73, com sede em Brasília (DF), estabelecimento fabril na Rua René Bittencourt nº 371, Distrito Industrial de Santa Cruz, Município do Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ nº 34.164.319/0005-06, neste ato representada conforme seu Estatuto Social, doravante denominada **CMB e OW-ONWAY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA**, estabelecida na Rua Deputado Vidal Vanhoni, 1381 - Tatuquara CEP: 81.470000, na cidade de Curitiba - Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 23.254.406/0001-04, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu Sócio, Sr. Eli Elcio Skrock Antunes, brasileiro, solteiro, portador da carteira nacional de habilitação (CNH) sob o nº 045781300-88, expedida em 19/02/2009 DETRAN-PR, cédula de identidade RG sob o nº 1.017.234.10 SESP-PR, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº. 066.752.94970, conforme Terceira Alteração Contratual da Sociedade, datado de 30/09/2021; tendo em vista o que consta no Processo nº 18750.000578/2020-09 e, em observância às disposições da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e Regulamento de Licitações e Contratos da CMB resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, derivado do pregão eletrônico nº 0058/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação de prestação de serviços de solução para loja virtual com hospedagem em tecnologias de computação baseada em nuvem, sob a plataforma de Software como Serviço (SaaS), atendendo as necessidades legais de um e-commerce (comércio eletrônico), possibilitando a integração com as tecnologias da CMB e prestando serviços de desenvolvimento, implementação, treinamento e suporte operacional e manutenção, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência – ANEXO I, parte integrante deste Contrato.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

**2.1.** O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato podendo ser prorrogado, para os itens 02 e 03, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos da Lei 13.303/2016.



3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E VALOR GLOBAL

3.1. O valor global do presente contrato é de **R\$ 47.400,00** (quarenta e sete mil e quatrocentos reais), conforme tabela abaixo:

Descrição	Qtd.	Preço em Reais, pago em uma única parcela após a entrega	Valor Total (R\$)
<b>LOTE 1 - ITEM 1</b> - Desenvolvimento e implementação de serviço de e-commerce, desenvolvimento e implementação de identidade visual, desenvolvimento e implementação de arquitetura da informação, desenvolvimento de API's, integrações, capacitação e customizações da solução.	01	R\$ 11.501,02	R\$ 11.501,02
<b>Tributos</b>		R\$ 862,58	R\$ 862,58
<b>Outros encargos</b>		-	-
<b>Subtotal 1 (Item 1 + Tributos + Outros encargos):</b>			<b>R\$ 12.363,60</b>
Descrição	Qtd. (meses)	Preço mensal em Reais	Valor Total em Reais para 12 meses
<b>LOTE 1 - ITEM 2</b> - Prestação de serviço da Solução: incluindo a sua manutenção e suporte operacional.	12	R\$ 1.456,00	R\$ 17.472,00
<b>Tributos</b>		R\$ 109,20	R\$ 1.310,40
<b>Outros encargos</b>		-	-
<b>Subtotal 2 (Item 2 + Tributos + Outros encargos):</b>			<b>R\$ 18.782,40</b>
<b>LOTE 1 - ITEM 3</b> – Prestação de serviço de disponibilidade do ambiente: incluindo a manutenção e o suporte operacional do ambiente.	12	R\$ 1.260,00	R\$ 15.120,00
<b>Tributos</b>		R\$ 94,50	R\$ 1.134,00
<b>Outros encargos</b>		-	-
<b>Subtotal 3 (Item 3 + Tributos + Outros encargos)</b>			<b>R\$ 16.254,00</b>
<b>Valor Total do Contrato (Subtotal 1 + Subtotal 2 + Subtotal 3)</b>			<b>R\$ 47.400,00</b>

3.2 Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos (federais, estaduais e municipais), transporte, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem necessárias ou indispensáveis à perfeita execução do objeto da contratação.



Este documento foi assinado digitalmente por Adilio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

4.1. O recurso orçamentário destinado à cobertura da presente contratação será extraído da rubrica denominada “Serviços de Terceiros”, constante do orçamento aprovado para os exercícios de 2022 e 2023.

4.2. Nos orçamentos seguintes a CMB consignará as dotações necessárias aos pagamentos previstos.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado pela CMB no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços prestados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.1.1 O pagamento do item 1 será realizado em parcela única após a entrega;

5.1.2 Os pagamentos dos itens 2 e 3 serão realizados em valores fixos mensais, devendo a primeira emissão de Nota Fiscal para estes serviços acontecer após 30 dias da hospedagem da loja em ambiente de produção. A loja precisa ser considerada como finalizada por ambas as partes. A qualidade das entregas e o pagamento por esses serviços serão avaliados conforme os itens 6.2, 6.3 e 6.4 do Termo de Referência.

5.2 Ocorrendo eventuais atrasos de pagamento, provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração, se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa SELIC em vigor, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX \text{ SELIC}/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX SELIC= Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

5.3 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo empregado competente na nota fiscal apresentada.

5.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo





para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CMB.

5.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6 Antes do pagamento o gestor ou requisitante verificará a manutenção das condições de habilitação. Acaso existente irregularidade será concedido o prazo máximo de 05 (cinco) dias para a regularização ou apresentação da justificativa da impossibilidade de fazê-lo. Não havendo regularização ou sendo a justificativa considerada improcedente, a CMB deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.7 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente.

5.8 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.8.1 A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147 de 2014, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.9 Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, a CMB poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal ou equivalente legal, os valores referentes a multas e indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pela CONTRATADA.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. Desde que atendidos os requisitos básicos de qualidade e prazos estabelecidos no ANEXO I Termo de Referência deste Contrato, os preços contratados poderão ser reajustados, com periodicidade anual, a contar da data de assinatura do contrato, com base em 90% (noventa por cento) da variação anual do IPCA (calculado e divulgado pelo IBGE), medido entre o último dia do mês imediatamente anterior ao mês de assinatura do contrato, e o último dia do 11º (décimo primeiro) mês seguinte ao mês de assinatura do contrato, com base na seguinte fórmula:

$$PCr = PCb \times \{ 1 + [(((Vi \text{ IPCA}^{(n+1)}) / (Vi \text{ IPCA}^{(n-1)})) - 1) \times 0,9] \}$$
, onde:

PCr = Preço Contratual reajustado;

PCb = Preço Contratual base;

$Vi\text{-}IPCA^{(n+1)}$  = Valor do nº Índice do IPCA do 11º (décimo primeiro) mês seguinte ao mês base de assinatura do contrato;





$Vi-IPCA^{(n-1)}$  = Valor do nº Índice do IPCA do mês imediatamente anterior ao mês base de assinatura do contrato;

**6.2.** Compete a CONTRATADA apresentar o demonstrativo de cálculo referente ao pleito de reajuste anual de preços, destinada à CMB, conforme condições estabelecidas no caput desta cláusula.

**6.3.** O demonstrativo de cálculo referenciado no subitem anterior será encaminhado formalmente pela CONTRATADA ao Gestor do CONTRATO, mediante correspondência com confirmação de recebimento, que providenciará a verificação prévia e emitirá manifestação quanto à conformidade ou não da Contratada no atendimento aos requisitos básicos de qualidade e prazos estabelecidos no ANEXO I – Termo de Referência deste Contrato, que deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data de apresentação e protocolo de recebimento da correspondência da Contratada na CMB;

**6.4.** Após manifestação prévia do Gestor do CONTRATO, este encaminhará imediatamente o pleito da CONTRATADA ao órgão financeiro da CMB responsável pela análise de cláusulas contratuais de reajuste de preços, que efetuará análise e emissão de pronunciamento técnico em 5 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento, pelo órgão financeiro, da correspondência da Contratada contendo anexa a manifestação do Gestor do Contrato.

## 7 CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

**7.1** A CONTRATADA, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor de R\$ 2.370,00 (dois mil e trezentos e setenta reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do total Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Contrato, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 13.303, de 2016, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da CMB.

**7.1.1** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

**7.1.2** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CMB a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

**7.2** A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

**7.3** Em caso de necessidade de apresentação da garantia, caberá à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

**7.3.1** caução em dinheiro;

**7.3.2** seguro-garantia;

**7.3.3** fiança bancária.





7.4 Optando pela modalidade fiança bancária, o instrumento de Fiança deverá prever a renúncia expressa, pelo fiador, ao benefício de ordem disposto no artigo 827 do Código Civil.

7.5 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 7.5.1 Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 7.5.2 Prejuízos causados à CMB ou a terceiro, independentemente de comprovação de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 7.5.3 As multas moratórias e punitivas aplicadas pela CMB à Contratada;
- 7.5.4 Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.

7.6 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior.

7.7 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CMB, em conta específica obtida junto à Seção de Tesouraria - SETES e será restituída com atualização monetária de acordo com a legislação aplicável.

7.8 Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência do Contrato, utilização total ou parcial da garantia pagamento de qualquer obrigação ou em situações outras que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a CONTRATADA deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo a ser determinado pela CMB, não inferior a 05 (cinco) dias úteis, ou pactuado em aditivo ou em apostilamento, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

7.9 A CMB não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- 7.9.1 Caso fortuito ou força maior;
- 7.9.2 Descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela CMB;
- 7.9.3 Atos ilícitos dolosos praticados por empregados da CMB.

7.10 Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas nesta cláusula;

7.11 Será considerada extinta a garantia:

- 7.11.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento das importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CMB, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.







## 8 CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

- 8.1 Os serviços serão prestados sob o regime de execução de empreitada por preço global.
- 8.2 A responsabilidade pela gestão do contrato é do Superintendente do Departamento Comercial - DECOM da **CMB**, que poderá delegar poderes de fiscalização a determinado empregado da CMB, dando ciência à CONTRATADA mediante comunicação por correio eletrônico.

## 9 CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CMB

- 9.1 Autorizar o acesso da CONTRATADA às suas instalações, quando necessário em função do Contrato, desde que cumpridas as normas de segurança da CMB.
- 9.2 Fornecer todas as informações ou esclarecimentos e condições necessárias à plena execução do instrumento contratual.
- 9.3 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.4 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por empregado especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.5 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 9.6 Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente da prestação de serviços, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 9.7 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, quando for o caso.
- 9.8 A CMB não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 10 CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 10.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 10.1.1 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados, no prazo fixado neste Contrato e e/ou nos seus anexos.





- 10.1.2 Reparar todos os danos e prejuízos causados à CMB ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor/Fiscal do Contrato.
- 10.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.1.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.1.5 Indicar preposto para representá-la durante a vigência do Contrato.
- 10.1.6 Observar e fazer observar, por seus empregados e prepostos, o disposto na legislação aplicável a prestação de serviços;
- 10.1.7 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 10.1.8 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 10.1.9 Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.
- 10.1.10 Comunicar à CMB, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.1.11 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 10.1.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação comprovando-as sempre que solicitado pela CMB;
- 10.1.13 A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela guarda e sigilo das informações da CMB que vier a ter acesso.
- 10.1.14 A CONTRATADA deverá certificar-se da adoção dos procedimentos necessários ao cumprimento da Lei nº 13.709/2018;
- 10.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.
- 10.1.16 Não poderão beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional as microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em alguma das situações





previstas no art. 17, da Lei Complementar nº 123/06, salvo se dedicarem-se exclusivamente às atividades referidas nos §§5º-B a 5º-E do art. 18 desta Lei Complementar, ou as exerçam em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação no caput deste artigo;

## 11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 Fica vedado neste ato, à CONTRATADA, transferir, ceder, subcontratar, negociar, utilizar em qualquer hipótese como garantia ou instrumento de fiança ou caução, seja comercial ou bancária, bem como transacionar com terceiros de qualquer personalidade jurídica, as obrigações, responsabilidades e demais CLÁUSULAS estabelecidas no presente Contrato, sem a competente, expressa e formal anuência da CMB.

## 12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

12.1 Comete infração administrativa, a CONTRATADA que:

12.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3 falhar ou fraudar na execução do Contrato;

12.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 cometer fraude fiscal;

12.2 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CMB;

12.2.2 multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite do valor total do contrato;

12.2.3 multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.3.1 em caso de inexecução parcial, a multa, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Casa da Moeda do Brasil por até 2 (dois) anos;

12.3 As penalidades de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Casa da Moeda do Brasil poderão ser aplicadas juntamente com a penalidade de multa.





- 12.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 83, III da Lei nº 13.303, de 2016, a CONTRATADA que:
- 12.4.1 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 12.4.2 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - 12.4.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CMB em virtude de atos ilícitos praticados.
- 12.5 As sanções de caráter patrimonial observarão o valor limite do contrato.
- 12.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, conforme §2º do art. 82 e §2º do art. 83 da Lei n.º 13.303/16.
- 12.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CMB, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.8 Sem prejuízo da aplicação de penalidades, a CONTRATADA é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros na forma disposta no artigo 76 da Lei 13.303/2016, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- 12.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;
- 12.10 As multas previstas, quando aplicadas, deverão ser recolhidas na Seção de Tesouraria SETES da CMB no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação por correio ou outro meio qualquer, que ateste o recebimento.
- 12.10.1 Caso não haja recolhimento no prazo indicado no subitem acima e o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CMB ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, nos termos dos artigos 82, §§2º e 3º e 83, §1º, da Lei nº 13.303/16.
- 12.11 Quando interposto, o recurso deverá ser entregue, em até 10 (dez) dias úteis, contra recibo ao Departamento de Contratações (DEGEC), na CMB, na Rua René Bittencourt nº 371 Distrito Industrial de Santa Cruz – Rio de Janeiro (RJ), das 8:00h às 16:00h, em dias úteis. Também poderá ser entregue mediante carta registrada (AR) nos Correios valendo a data de recebimento na CMB ou pelo e-mail [seect@cmb.gov.br](mailto:seect@cmb.gov.br), com assinatura digital ou com a entrega dos originais em até 5 (cinco) dias da data do recebimento do arquivo eletrônico.

### 13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

- 13.1 O presente Contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes, bem como nos demais casos legais.







- 13.2 Sem prejuízo da aplicação das sanções previstas, a CMB poderá rescindir o contrato na hipótese prevista no artigo 82, §1 da Lei nº 13.303/2016 e na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto, bem como nos casos dispostos na Tabela 6 (Tabela de Evento x Sanção/Multa) item 6.8.3 do Anexo I – Termo de Referência.
- 13.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### 14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES

##### 14.1 É vedado à CONTRATADA:

14.1.1 transferir, ceder, negociar, utilizar em qualquer hipótese como garantia ou instrumento de fiança ou caução, seja comercial ou bancária, bem como transacionar com terceiros de qualquer personalidade jurídica, as obrigações, responsabilidades e demais **CLÁUSULAS** estabelecidas no presente Contrato, sem a competente, expressa e formal anuência da **CMB**;

14.1.2 interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CMB, salvo nos casos previstos em lei.

#### 15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

- 15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016.
- 15.2 CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### 16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO MEIO AMBIENTE

- 16.1 A CONTRATADA deverá apresentar sua respectiva licença ambiental de operação compatível com a(s) atividade(s) solicitada(s) no edital, conforme o disposto no inciso III do artigo 8º da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) Nº 237, de 19 de dezembro de 1997;
- 16.2 A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos utilizadores e atividades utilizadoras de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental, conforme artigo 10 da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;
- 16.3 Considera-se licenciamento ambiental o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos que se utilizem de recursos ambientais, efetiva ou





potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental;

- 16.4 Cabe aos órgãos ambientais competentes (Órgãos Federal, Estadual ou Municipal) a definição das atividades descritas ou dos empreendimentos descritos no item acima, conforme incisos XIV dos artigos 7º, 8º e 9º da Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011;
- 16.5 Será obrigatória a apresentação das demais Certidões, Autorizações e Licenças previstas na legislação ambiental, que tenham a função de substituir a Licença de Operação, as quais deverão ter sido emitidas pelos órgãos ambientais competentes, conforme artigos 9º e 12 da Resolução CONAMA nº 237/1997;
- 16.6 A CONTRATADA que, conforme Legislações Ambientais Federal, Estadual e Municipal do local onde se encontra instalada, for enquadrada como isenta de licenciamento ambiental para as atividades realizadas pela empresa, deverá apresentar o(s) documento(s) emitido(s) pelo(s) órgão(s) ambiental(is) competentes(s) para comprovação de tal isenção.
- 16.7 Caberá à CMB realizar diligências para dirimir eventuais dúvidas.

## 17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES

- 17.1 Caso a CONTRATADA venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes e normas da CMB.
  - 17.1.1 Sempre que solicitado pelo Gestor do Contrato, a CONTRATADA deverá providenciar a assinatura, por seu representante legal e pelos profissionais que tiverem acesso a informações sigilosas, dos Termos de Confidencialidade a serem disponibilizados pela CMB.
- 17.2 A CONTRATADA está ciente de que a CMB, em virtude da natureza de suas atividades adota controles rígidos para acesso físico às suas unidades industriais, abrangendo o tratamento de dados pessoais para verificações prévias e registros de acesso, inclusive mediante câmeras, e, se necessário, inspeção de cargas e pertences pessoais.
- 17.3 As PARTES devem estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709, de 2018), assumindo toda e qualquer responsabilidade por violação à legislação de proteção de dados e privacidade nos tratamentos que eventualmente realizarem, diretamente ou por intermédio de outrem.
- 17.4 A CMB atuará como controladora e a CONTRATADA atuará como operadora nos tratamentos dos dados pessoais para a execução do presente Contrato, para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709, de 2018).
- 17.5 A CONTRATADA observará as instruções e os limites estabelecidos pela CMB para o tratamento dos dados pessoais e demais informações sigilosas, bem como os requisitos





vedações estabelecidos pela LGPD e pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

- 17.6 Os tratamentos dos dados pessoais e demais informações sigilosas realizados pela CONTRATADA em nome da CMB observarão finalidades legítimas, explícitas e específicas, estritamente relacionadas com a execução do objeto previsto na Cláusula Primeira – Objeto.
- 17.7 O disposto no item 17.4 não exclui a possibilidade de a CONTRATADA atuar também como controladora em tratamentos necessários ao cumprimento da Cláusula Primeira – Objeto, desde que possua fundamento jurídico para o tratamento, na forma da LGPD e demais normas aplicáveis, hipótese em que será única e exclusivamente responsável pelos tratamentos que realizar.
- 17.8 A CONTRATADA somente poderá compartilhar, conceder acesso, ou realizar qualquer outro tratamento de dados pessoais e demais informações sigilosas para as finalidades estritamente necessárias à execução do Contrato, ressalvada a hipótese de cumprimento de ordem de autoridade judicial ou administrativa, caso em que a CMB deverá ser informada do compartilhamento dos dados pessoais no prazo de 24 horas a contar do recebimento da ordem pela CONTRATADA.
- 17.9 A CONTRATADA é responsável pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais e demais informações sigilosas, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados e informações.
- 17.10 As PARTES deverão adotar medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais e demais informações sigilosas de acessos não autorizados ou de qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, considerados a natureza das informações tratadas, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, observando-se os padrões definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade aplicáveis, sem prejuízo das obrigações relacionadas à segurança da informação e ao dever de sigilo aplicáveis às PARTES em decorrência deste Contrato.
- 17.11 Quaisquer incidentes de segurança, incluídos, mas não limitados aos ataques por hackers ou invasões de qualquer natureza, ou vulnerabilidades técnicas, que exponham ou tenham o potencial de expor dados pessoais e demais informações sigilosas tratados em decorrência do presente Contrato, deverão ser imediatamente comunicados por escrito pela CONTRATADA à CMB, mesmo que se trate de meros indícios. A CONTRATADA deverá guardar todos os registros (inclusive logs, metadados e outras evidências dos incidentes), informar as providências adotadas e os dados pessoais e demais informações sigilosas eventualmente afetados, bem como prestar toda a colaboração e documentação necessária a qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada.
- 17.12 A CMB será responsável por atender diretamente às solicitações dos titulares dos dados dos quais seja controladora, e a CONTRATADA auxiliará a CMB, caso necessário, a atender essas solicitações.

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





17.13 A CONTRATADA está ciente de que a CMB, em virtude da natureza de suas atividades, adota controles rígidos para acesso físico às suas unidades industriais, abrangendo o tratamento de dados pessoais para verificações prévias e registros de acesso, inclusive mediante câmeras, e, se necessário, inspeção de cargas e pertences pessoais.

17.14 A CONTRATADA deverá cessar o tratamento de dados pessoais e demais informações sigilosas realizado com base no presente Contrato imediatamente após o término contratual e, a critério exclusivo da CMB, apagar, destruir ou devolver os dados que tiver obtido, ressalvados os casos em que a manutenção decorra de obrigação legal ou regulatória, caso em que a CONTRATADA atuará como controladora independente e será única e exclusivamente responsável pelos tratamentos que realizar.

## 18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ANTICORRUPÇÃO, ÉTICA, CONDUTA E INTEGRIDADE

18.1 Na execução do presente Contrato é vedado à CMB e à CONTRATADA e a seus empregados, prepostos e gestores:

a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada; b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente instrumento; c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 e suas alterações, do Decreto nº 8420/2015, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

18.2 Além das disposições expressas neste contato, as partes pautarão o seu relacionamento na Integridade exigida nas relações público-privadas, rejeitando qualquer tipo de ação que resulte em vantagem indevida para agentes públicos e privados envolvidos, incluindo eventuais fornecedores, terceirizados ou quaisquer pessoas físicas ou jurídicas relacionadas com a cadeia de fornecimento do objeto deste contrato, assumindo pleno conhecimento e cumprimento das seguintes normas e orientações, além de outras eventualmente cabíveis:

- - Lei Federal 13.303/2016 – Lei das Estatais;
- - Lei Federal 12.846/2013 – Lei Anticorrupção;
- - Decreto Federal 8.420/2015 - Regulamento da Lei Anticorrupção;
- Guia “Programa de Integridade – Diretrizes para Empresas Privadas” da Controladoria Geral da União (<https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/programa-de-integridade-diretrizes-para-empresas-privadas.pdf>)
- - Código de Ética, Conduta e Integridade da Casa da Moeda do Brasil ([https://www.casamoeda.gov.br/arquivos/pcmb/a-empresa/etica/codigo-de-etica/CODIGO\\_ETICA\\_CMB.pdf](https://www.casamoeda.gov.br/arquivos/pcmb/a-empresa/etica/codigo-de-etica/CODIGO_ETICA_CMB.pdf))







- - Programa de Integridade da Casa da Moeda do Brasil: (<https://www.casamotoeda.gov.br/arquivos/pcmb/transparencia/acesso-a-informacao/institucional/cartilha-programa-integridade.pdf>).
- 18.3 Caso possua Programa de Integridade implementado, ainda que pautado em legislação estrangeira, a CONTRATADA o fornecerá para conhecimento da CMB.
- 18.4 A CONTRATADA concorda em submeter-se a ações de diligência promovidas pelas áreas de contratações e governança da CMB relativas ao cumprimento das normas e orientações acima relacionadas, colaborando com informações e documentos que sejam solicitados, voltados para o cumprimento do programa de integridade da CMB, resguardados os sigilos financeiros, empresarias e industriais que não se relacionem com o objeto do Contrato.
- 18.5 A CONTRATADA ou qualquer um de seus colaboradores denunciará à Ouvidoria da CMB, inclusive mediante os meios de proteção e preservação de identidade cabíveis, quaisquer condutas inadequadas - consumadas, tentadas ou propostas - relativas a vantagens ilícitas, fraudes ou qualquer prática de corrupção concernente ao relacionamento entre as partes deste contrato.
- 18.5.1 Reclamações e denúncias relativas a irregularidades ou ao descumprimento pela CMB de suas normas internas ou da legislação vigente durante a condução deste CONTRATO poderão ser apresentadas à Ouvidoria da CMB, por meio eletrônico (no endereço eletrônico [www.casamotoeda.gov.br](http://www.casamotoeda.gov.br) ou por meio de correio eletrônico [ouvidoria@cmb.gov.br](mailto:ouvidoria@cmb.gov.br)), por meio postal endereçado à Ouvidoria CMB na Rua René Bittencourt n° 371, Distrito Industrial de Santa Cruz, Rio de Janeiro/RJ ou pelo telefone (21) 2184-2969.
- 18.6 A CONTRATADA informará à CMB, com o detalhamento cabível, qualquer procedimento de responsabilização em decorrência de supostos atos de corrupção, no Brasil ou no exterior, que eventualmente venha a ser submetida em decorrência de legislação nacional ou estrangeira.
- 18.7 Casos de quebra de sigilo contratual ou qualquer outra hipótese de quebra de contrato serão passíveis de indenização;

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





18.8 A transgressão a qualquer das disposições relativas ao cumprimento de normas e orientações de Integridade neste contrato e na respectiva legislação serão objeto de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, a ser instaurado pela CMB ou pela Controladoria-Geral da União – CGU, sem prejuízo das responsabilizações civis, penais e administrativas das pessoas físicas envolvidas em tais atos, bem como pela possibilidade de resolução contratual por responsabilidade do contratado.

## 19 CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

19.1 Nos termos do art. 7º do Decreto 7.203 de 2010, fica vedada, para prestar serviços na CMB, a contratação de cônjuge, companheiro ou de parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até terceiro grau de servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, do quadro de pessoal da Contratante.

## 20 CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

20.1 Os casos omissos serão decididos pela CMB, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303, de 2016, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

## 21 CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

21.1 Incumbirá à CMB providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União.

## 22 CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





**CASA DA MOEDA DO BRASIL**

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado e, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

**CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB**

--

**OW-ONWAY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA**

--

**TESTEMUNHAS:**

--	--

Este documento foi assinado digitalmente por Adilio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.



Este documento foi assinado digitalmente por Adilio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D4C2EA61006A50CB.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de solução para loja virtual com hospedagem em tecnologias de computação baseada em nuvem, sob a plataforma de Software como Serviço (SaaS), atendendo as necessidades legais de um e-commerce (comércio eletrônico), possibilitando a integração com as tecnologias da CMB e prestando serviços de desenvolvimento, implementação, treinamento e suporte operacional e manutenção.

#### 2. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO

A Casa da Moeda do Brasil, fundada em 1694 e transformada em Empresa Pública pela Lei nº 5.895/1973, é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa para a produção de moedas, cédulas e outros produtos de segurança para o Governo Federal. Exerce sua função social de realização do interesse coletivo Nacional, promovendo a produção e a oferta de produtos e serviços de forma transparente e economicamente sustentável, efetiva e justificada.

A contratação visa disponibilizar uma solução para prestação de serviço de plataforma de e-commerce para o segmento do Clube da Medalha do Brasil, capazes de assegurar à integridade das informações, a disponibilidade dos produtos ofertados, bem como, fornecer segurança e agilidade em todo processo comercial. Além disso, a solução deve ser capaz de integrar com o sistema empresarial Protheus, o sistema proprietário de logística da CMB, o gateway de pagamento contratado, permitir a gestão de boletos com o banco contratado e a transportadora contratada.

#### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TI

A CONTRATADA deverá elaborar Solução de loja virtual, hospedada em tecnologias de computação baseada em nuvem sob a plataforma de Software como Serviço (SaaS), aderentes as legislações relacionadas ao e-commerce:

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





Tabela 1. Tabela de Serviços para a contratação da Solução

LOTE	ITEM	DEFINIÇÃO DOS SERVIÇOS PARA A SOLUÇÃO DE E-COMMERCE	QUANTIDADE	VALOR ANUAL
1	1	Desenvolvimento e implementação de serviço de e-commerce, desenvolvimento e implementação de identidade visual, desenvolvimento e implementação de arquitetura da informação, desenvolvimento de API's, integrações, capacitação e customizações da solução.	01	Entrega única
	2	Prestação de serviço da Solução: incluindo a sua manutenção e suporte operacional.	12	Valor mensal
	3	Prestação de serviço de disponibilidade do ambiente: incluindo a manutenção e o suporte operacional do ambiente.	12	Valor mensal

3.1. **Item 1** - Implementação de serviço de e-commerce; desenvolvimento e implementação de identidade visual (logotipo, formas, layout, wireframes, ícones, página principal, páginas internas, páginas de erro, páginas administrativas, alertas, mensagens, banners, definição da paleta de cores, definição da tipografia e do comportamento do site e desenvolvimento do tema); desenvolvimento e implementação da arquitetura da informação (classificação e estruturação das informações do e-commerce, definir rotulagens (tags), menu de navegação e categorização, navegação do usuário e sistema de pesquisa); integrações; capacitação e customizações da solução – Instalar, configurar e implementar o ambiente de produção na infraestrutura fornecida pela própria CONTRATADA; desenvolver e implementar API's para integrar os sistemas inerentes ao processo de vendas, logística, gateways de pagamento e faturamento da empresa; capacitar os usuários que irão interagir com a ferramenta; gerar manuais de uso e “wiki” para acesso eletrônico.

3.2. **Item 2** – Prestação de serviço de manutenção e suporte operacional da Solução.

3.3. **Item 3** – Prestação de serviço para disponibilizar, manter e monitorar o ambiente de produção do e-commerce escalável conforme a necessidade de recursos de hardware, rede e banda de internet, prover manutenção preventiva e corretiva do ambiente, alertas em casos de manutenções preventivas e corretivas, agendamento de manutenções e atualizações.

O item 1 é uma entrega única e irremediável, “*setup inicial*”, e os itens 2 e 3 são serviços contínuos nos quais não haverá mão de obra residente contrato pelo período de 12 meses e podendo ser prorrogável até o limite de 60 (sessenta) meses nos termos da Lei 13.303/2016.

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Elécio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.



#### 4. ESPECIFICAÇÃO DOS MACRORREQUISITOS DA SOLUÇÃO DE TI

##### 4.1. REQUÍSETOS FUNCIONAIS

###### RF-1 Gerenciar produtos

RF-1.1 Cadastrar produtos;

RF -1.2 Agendar a exibição dos produtos na loja;

RF -1.3 Listar produtos; e

RF -1.4 Editar produtos.

###### RF-2 Gerenciar categoria de produto

RF -2.1 Cadastrar categoria de produto;

RF -2.2 Editar categoria de produto;

RF -2.3 Ordenar categoria de produto; e

RF -2.4 Filtrar categoria de produto.

###### RF -3 Gerenciar tipo de produto

RF -3.1 Cadastrar tipo de produto;

RF -3.2 Editar tipo de produto;

RF -3.3 Ordenar tipo de produto; e

RF -3.4 Filtrar tipo de produto.

###### RF-4 Gerenciar artistas

RF-4.1 Cadastrar artistas;

RF-4.2 Editar artistas;

RF-4.3 Ordenar artistas; e

RF-4.4 Filtrar artistas.

###### RF-5 Gerenciar material do produto

RF-5.1 Cadastrar material do produto;

RF-5.2 Editar material do produto;

RF-5.3 Ordenar material do produto; e

RF-5.4 Filtrar material do produto.

Exemplos: Ouro, prata, bronze e etc.





## RF-6 Gerenciar pureza do material

RF-6.1 Cadastrar pureza do material;

RF-6.2 Editar pureza do material;

RF-6.3 Ordenar pureza do material; e

RF-6.4 Filtrar pureza do material.

## RF-7 Gerenciar tags

RF-7.1 Cadastrar tag;

RF-7.2 Editar tag;

RF-7.3 Ordenar tag; e

RF-7.4 Filtrar por tag.

## RF-8 Gerenciar clientes

RF-8.1 Listar clientes;

RF -8.2 Cadastrar clientes;

RF -8.3 Editar clientes;

RF -8.4 Excluir clientes;

RF -8.5 Cadastrar endereço de clientes;

RF -8.6 Editar endereço de clientes;

RF -8.7 Excluir endereço de clientes;

RF -8.8 Exportar clientes;

RF -8.9 Exportar e-mails clientes;

RF -8.10 Cadastrar grupo de clientes;

RF -8.11 Editar grupos de clientes;

RF -8.12 Gerenciar aceites de recebimento de e-mail;

RF -8.12.1 Editar aceites de recebimento de e-mail marketing;

RF -8.13 Gerenciar aceites de recebimento de conteúdo por Whatsapp;

RF -8.13.1 Editar aceites de recebimento de conteúdo por Whatsapp;

RF -8.14 Gerenciar aceites de recebimento de conteúdo por SMS; e

RF -8.15 Editar aceites de recebimento de conteúdo por SMS.





## RF -9 Gerenciar usuários no ambiente administrativo

RF -9.1 Listar usuários;

RF -9.2 Cadastrar usuários no site administrativo;

RF -9.3 Editar administrador; e

RF -9.4 Excluir administrador.

## RF -10 Gerenciar pedidos

RF -10.1 Listar pedidos;

RF -10.2 Exportar pedidos; e

RF -10.3 Editar pedidos.

## RF -11 Gerenciar fluxo financeiro

RF -11.1 Importar boleto; e

RF -11.2 Importar Cielo.

## RF -12 Relatório de vendas

RF -12.1 Relatórios exportáveis e customizados (período, produto, mais vendidos no período, material, preço, produtos em promoção, categorias, tags e etc).

## RF -13 Gerenciar banner

RF -13.1 Cadastrar banner;

RF -13.2 Editar banner; e

RF -13.3 Excluir banner.

## RF -14 Gerenciar página

RF -14.1 Cadastrar página;

RF -14.2 Editar página;

RF -14.3 Visualizar página; e

RF -14.4 Excluir página;

## RF -15 Possibilitar integração com outros gateways de pagamento.

## RF -16 Gerenciar mensagens do sistema

RF -16.1 Cadastrar mensagem predefinida; e

RF -16.2 Editar mensagem predefinida.

## RF -17 Gestão do usuário cliente

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





RF -17.1 Cadastro do usuário;

RF -17.2 Alteração do usuário

RF -17.3 Alteração de senha do usuário;

RF -17.4 Cadastro de endereços do usuário; e

RF -17.5 Histórico de compras do usuário.

RF -18 Apresentação visual do sistema

RF -19 Apresentações estáticas do sistema

RF -20 Apresentações dinâmicas do sistema

RF -20.1 Lista de produtos por filtros;

RF -20.2 Produto;

RF -20.3 Carrinho de compras; e

RF -20.4 Fale conosco.

RF -21 Integrações por API's

RF -21.1 Integração com o ERP (TOTVS PROTHEUS RELEASE 12.1.27 ou versão superior)

RF -21.1.1 Desenvolvimento de API de integração de propriedade da CMB;

RF -21.1.1.1 Atender requisitos de segurança (confidencialidade, autenticidade, integridade);

RF -21.1.1.2 Arquitetura SOAP ou REST, conforme definição no projeto

RF -21.1.2 Anexo I - A – Integração ERP com a base intermediária;

RF -21.1.3 O código fonte da API desenvolvida pela CONTRATADA será de propriedade da CONTRATANTE e será hospedado na infraestrutura da CONTRATANTE.

RF -21.1.4 A CONTRATADA deve garantir as integrações com versões superiores que vier por atualização durante a vigência do contrato, caso seja por necessidade do parceiro ou por orientações da CONTRATANTE, sem gerar ônus para a CONTRATANTE.

RF -21.2 Integração com Sistema de Logística da CMB

RSI-21.2.1 Desenvolvimento de API de integração de propriedade da CMB;

RF -21.2.1.1 Atender requisitos de segurança (confidencialidade, autenticidade, integridade);

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.







RF -21.2.1.2 Arquitetura SOAP ou REST, conforme definição no projeto;

RF -21.2.2 Anexo I - B – Integração com Sistema de Logística da CMB;

RF -21.2.3 O código fonte da API desenvolvida pela CONTRATADA será de propriedade da CONTRATANTE e será hospedado na infraestrutura da CONTRATANTE.

RF -21.2.4 A CONTRATADA deve garantir as integrações com versões superiores que vier por atualização durante a vigência do contrato, caso seja por necessidade do parceiro ou por orientações da CONTRATANTE, sem gerar ônus para CONTRATANTE.

RF -21.2.5 A CONTRATADA deve garantir as integrações caso a CONTRATANTE migre para um novo serviço de logística durante a vigência do contrato, sem gerar ônus para CONTRATANTE.

RF -21.3 Integração com os Gateway de pagamento;

RF -21.3.1 Desenvolvimento de API de integração de propriedade da CMB;

RF -21.3.1.1 Atender requisitos de segurança (confidencialidade, autenticidade, integridade);

RF -21.3.1.2 O código fonte da API desenvolvida pela CONTRATADA será de propriedade da CONTRATANTE.

RF -21.3.1.3 Arquitetura SOAP ou REST, conforme definição no projeto;

RF -21.3.2 A CONTRATADA deve garantir as integrações com versões superiores que vierem por atualização durante a vigência do contrato, caso seja por necessidade do parceiro ou por orientações da CONTRATANTE, sem gerar ônus para CONTRATANTE.

RF -21.3.3 A CONTRATADA deve garantir as integrações caso a CONTRATANTE migre para um novo serviço de logística durante a vigência do contrato sem gerar ônus para CONTRATANTE.

RF -22 Informações de embalagens

RF -22.1 Enviar informações de envio; e

RF -22.2 Recuperar informações de envio.

RF -23 Retirar em loja física

RF -23.1 Gerenciar lojas física;

RF -23.2 Cadastrar loja física;

RF -23.3 Editar loja física; e

RF -23.4 Excluir loja física.







RF -24 Gerenciar descontos

RF -24.1 Associar descontos;

RF -24.2 Editar descontos; e

RF -24.3 Excluir descontos.

RF -25 Gerenciar cupom de desconto

RF -25.1 Cadastrar cupom de desconto;

RF -25.2 Associar cupom de desconto;

RF -25.3 Editar Cupom de desconto; e

RF -25.4 Excluir Cupom de desconto;

RF -26 Lista de desejos;

RF -27 Sistema de busca;

RF -28 Integração com redes sociais;

RF -29 Visão do status de devolução;

RF -30 Solicitar devolução;

RF -31 Cliente - tabela de auditoria;

RF -32 Alerta LGPD;

RF -33 Li e concordo com o termo de uso, de privacidade e de compras;

RF -34 Cadastro para visitantes (Newsletter);

RF -35 Pré-venda;

RF -36 Push de Notificação via browser;

RF -37 Link de *call to action* para atendimento no WhatsApp;

RF -38 Comentários nos Produtos;

RF -39.1 Fluxo para moderar comentário;

RF -40.1 Excluir comentário;

RF -41 Avise-me quando o produto estiver disponível;

RF -42 Avaliação dos produtos;

RF -43 Possibilitar a limitação de venda de produto por CPF;

RF -44 Possibilitar a venda por meio de PIX;





- RF -45 Notificação por e-mail de carrinho abandonado;
- RF -46 Utilizar recursos de compactação de imagem;
- RF -47 Possibilitar a integração com ferramentas de e-mail Marketing;
- RF -48 Área para pedido de orçamento;
- RF -49 Área de Fórum;
- RF -50 Área de Blog;
- RF -51 Acervo histórico de produtos sem estoque;
- RF -52 Possibilitar a integração de serviços de antifraudes.
- RF -53 Desenvolvimento e implementação da identidade visual do e-commerce.
  - RF -53.1 Desenvolvimento e implementação do logotipo da loja;
  - RF -53.2 Desenvolvimento e implementação de leiaute;
  - RF -53.3 Desenvolvimento de wireframes;
  - RF -53.4 Desenvolvimento e implementação do leiaute da página principal;
  - RF -53.5 Desenvolvimento e implementação do leiaute das páginas internas;
  - RF -53.6 Desenvolvimento e implementação do leiaute das páginas de erro;
  - RF -53.7 Desenvolvimento e implementação do leiaute da página de sucesso;
  - RF -53.8 Desenvolvimento e implementação do leiaute da página de falha em requisição;
  - RF -53.9 Desenvolvimento e implementação do leiaute de páginas administrativa;
  - RF -53.10 Desenvolvimento e implementação de alertas;
  - RF -53.11 Desenvolvimento e implementação de mensagens;
  - RF -53.12 Desenvolvimento e implementação da paleta de cores;
  - RF -53.13 Desenvolvimento e implementação de banners e peças gráficas;
  - RF -53.14 Definição e implementação da tipografia;
  - RF -53.15 Desenvolvimento e comportamento de navegação da loja virtual;
  - RF -53.14 Desenvolvimento e implementação do tema para ferramenta de e-commerce;
  - RF -53.15 Desenvolvimento e implementação do leiaute da página de notícias;
  - RF -53.15 Desenvolvimento e implementação do leiaute da página de conteúdos estáticos.

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





RF -54 Desenvolvimento e implementação da arquitetura da informação.

RF -54.1 Realizar análise heurística;

RF -54.1.1 Analisar boas práticas de usabilidade e acessibilidade.

RF -54.2 Realizar análise de métricas e estatísticas;

RF -54.2.1 Mapa de relevância de informação, dispositivos e público.

RF -54.3 Realizar benchmarking;

RF -54.3.1 Contextualização da loja virtual com as similares.

RF -54.4 Realizar análise de inventário atual e métricas de conteúdo;

RF -54.3.1 Escopo detalhado de conteúdos utilizados atualmente.

RF -54.5 Realizar card sorting;

RF -54.5.1 Nomenclatura e classificação dos conteúdos e informações.

RF -54.5.2 Definir e implementar rotulagens (tags);

RF -54.5.3 Categorização de produtos;

RF -54.6 Definir e implementar a navegação do usuário;

RF -54.7 Definir e implementar o serviço de pesquisa;

RF -54.8 Definir a linguagem utilizada.

RF -55 Migrar o cadastro dos clientes.

RF -55.1 Possibilitar a restauração do login e senha por meio do e-mail cadastrado.

RF -55.2 Inserir o aceite nos novos termos de uso, privacidade e LGPD.

RF -56 Migrar os pedidos dos clientes.

RF -55.1 Possibilitar a consulta de todos os pedidos do cliente.

## 4.2. REQUISITOS TECNOLÓGICOS

RTE-1 Criptografia nas trocas de mensagens e armazenamento das informações;

RTE-2 Rastreabilidade: logs e trilhas de auditoria;

RTE-3 Controle de acesso;

RTE-4 Interface responsiva (mobile first);

RTE-5 Interface adaptada aos padrões visuais da Casa da Moeda do Brasil.



RTE-6 Usabilidade - A plataforma da loja virtual deve atender aos requisitos dos Padrões e-GOV – Cartilha de Usabilidade e Cartilha de Redação Web.

RTE-7 Acessibilidade - A plataforma da loja virtual estar aderente às recomendações de acessibilidade de conteúdo WEB estabelecidas pelo e-MAG – Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico.

RTE-8 Interoperabilidade - As integrações com o contemporâneo tecnológico da CMB, sejam eles internos ou externos, deverão ser realizadas, sempre que tecnicamente viável, por intermédio de WebService, seguindo os padrões estabelecidos pela última versão publicada da e-PING – Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico.

RTE-9 Navegadores – Garantir a mesma experiência do usuário, na navegação da plataforma de e-commerce, nos navegadores das versões abaixo até as versões atuais, enquanto o contrato estiver vigente.

- Chrome 43.0.2357.93 em diante;
- Mozilla Firefox 52.0 em diante;
- Safari 10.0 em diante;
- Opera 60.3.3004.55692 em diante;
- Internet Explorer 8.0 em diante;
- Android Webview 81.0.4044.138 em diante;
- Samsung Internet 7.2 em diante;
- Edge 86.0.622.63 em diante;
- Safari (in-app) todas as versões operacionais; e
- UC Browser 11.9.4.974 em diante.

RTE-10 Search Engine Optimization (SEO): O e-commerce deverá conter recursos para que os sites de busca sejam capazes de indexar o conteúdo da loja com facilidade, de acordo com as palavras pesquisadas pelos usuários. (Atenção especial para o Google).

RTE-11 URL's amigáveis: deve ser possível alterar a terminação das URL's das páginas em qualquer conteúdo da loja com objetivo de melhorar a experiência do usuário e o SEO do e-commerce.

RTE-12 Dispositivos: Deve permitir uma boa experiência de usabilidade para diferentes dispositivos (smartphones, phablets, tablets e TV);

RTE-13 Conteúdo multimídia: Suportar conteúdo multimídia (texto, imagem, som e vídeo) oferecendo galerias de vídeos e de fotos onde for necessário e extensões específicas: JPG, PNG, PDF, MP3, MP4. Bem como embed-code do Youtube.

RTE-14 Monitoramento de conteúdo: Deve suportar integrações com Google Analytics, Google Tag Manager, Facebook Analytics, Twitter Analytics e Instagram Analytics.

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.



#### 4.3. REQUISITOS DE SEGURANÇA DE DADOS

RSE-1 Controle de acesso baseado em papéis de usuários, por identificação e senha, com cadastro de usuários, e grupos, na qual as permissões para cada uma das transações possam ser dadas diretamente ao usuário ou implicitamente através de um grupo do qual ele faça parte;

RSE-2 Criptografia nas trocas de mensagens e armazenamento das informações;

RSE-3 Rastreabilidade: logs, trilhas de auditoria e rastreamento do histórico de acesso de usuários e clientes possibilitar acesso às trilhas de auditoria do serviço acessível apenas um determinado grupo de usuário;

RSE-4 Possuir senhas de usuários armazenadas utilizando algoritmos de criptografia;

RSE-5 Possibilitar acesso às trilhas de auditoria do serviço;

RSE-6 Possibilitar que dados e backup sejam criptografados;

RSE-7 Prover meios para a exportação dos dados, com vistas a promover a continuidade dos processos de negócio do Banco de Dados, permitindo a migração de informações para outra solução ou outro provedor de serviços;

RSE-8 Implementar padrão global Secure Sockets Layer – SSL, com a finalidade de garantir a segurança das transações; e

RSE-9 Implementar e suporte das últimas versões do Transport Layer Security – TLS, com a finalidade de garantir a segurança das transações;

#### 4.4. REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS

RNF-1 Disponibilizar toda a documentação, incluindo manual de uso, manual de instalação, visão geral de arquitetura do sistema, arquitetura de integração entre outros deve estar no idioma português do Brasil.

#### 4.5. REQUISITOS LEGAIS

RLE-1 Atender o Decreto Federal nº 7.962/2013 (Lei do E-commerce);

RLE-2 Atender a Lei nº 13.709/2018 (LGPD);

RLE-3 Atender a Instrução Normativa nº 5, de agosto de 2021 e Leis vigentes.

#### 4.6. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO

RMT1- Metodologias ágeis - A CONTRATADA deve propor a metodologia de trabalho para a CMB e fica

a critério da CMB o aceite ou não da metodologia proposta. Caso a metodologia proposta não se adeque

com os padrões da CMB, fica a critério da CMB em definir a metodologia em comum acordo com a CONTRATADA.

Este documento foi assinado digitalmente por Adilio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





#### 4.7. REQUISITOS DE MANUTENÇÃO

RMA-1 Possibilidade de prover suporte, manutenção e escalabilidade com as SLA's de atendimento.

### 5. FLUXOGRAMA DO PROCESSO

5.1. Processo macro das operações de venda, desde a interação do cliente com a Loja Virtual, conferência bancária dos títulos (Cielo e Boleto Banco do Brasil), geração do código de rastreio, importação do pedido para o ERP, geração de nota fiscal, expedição do pedido e a mudança nos status do pedido na área de pedido do cliente. (Anexo I - C – Processo Macro de Integrações do e-Commerce).

### 6. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Entende-se como execução do “SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE VISUAL, ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO, INSTALAÇÃO, INTEGRAÇÕES, CAPACITAÇÃO E CUSTOMIZAÇÕES DA SOLUÇÃO”, a especificação, construção e implantação integral dos componentes/funcionalidades desenvolvidos em ambiente de produção.

#### 6.2. DAS ORDENS DE SERVIÇO

6.2.1. As Ordens de Serviços serão os instrumentos que irão gerenciar as etapas do projeto de desenvolvimento da identidade visual, arquitetura da informação, instalação, integrações, capacitação e customizações da solução. Além disso, serão as unidades para efeito de entrega dos produtos, aceite e pagamento, de acordo com as etapas executadas pela CONTRATADA, ajustadas previamente pelo NMSE – Nível Mínimo de Serviço Exigido (ver Item 6.4 Política NMSE).

6.2.2. A área de negócio do Clube da Medalha do Brasil será responsável pela emissão das Ordens de Serviço (OS). A área responsável emitirá uma Ordem de Serviço (OS) à CONTRATADA para o desenvolvimento dos serviços.

6.2.3. A CONTRATADA, após o recebimento da OS, deverá estimar em até 02 (dois) dias úteis o cronograma do serviço e o prazo para conclusão.

6.2.4. Após o recebimento da estimativa da quantidade de horas de serviço da CONTRATADA, a CMB validará a estimativa e o prazo em até 20 (vinte) dias úteis.

6.2.5. A CONTRATADA terá até 02 (dois) dias úteis após a aprovação da estimativa pela CMB para iniciar a implementação dos produtos e serviços especificados na Ordem de Serviço. Contudo, este prazo poderá ser alterado a critério da CMB.

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.







- 6.2.6. Após a execução do serviço de desenvolvimento a CONTRATADA deve emitir um relatório de evidência detalhando as atividades executadas.
- 6.2.7. A CONTRATADA deverá encaminhar todos os produtos exigidos na OS e todos os artefatos especificados para a fase do projeto.
- 6.2.8. A CMB emitirá uma Termo de Aceite Provisório garantindo a CONTRATADA que o(s) item(s) constantes na Ordem de Serviço foram entregues a CMB para avaliação. A CMB validará o relatório de atividades executadas (evidências).
- 6.2.9. A OS será encaminhada para homologação pela Área Requisitante do serviço, onde a CMB deverá homologar as demandas em no máximo 20 (vinte) dias úteis. Uma vez que nenhum erro tenha sido detectado nos produtos exigidos na OS (homologada), a CMB encaminhará a CONTRATADA o Termo de Aceite Definitivo para a OS.
- 6.2.10. Uma OS só será considerada fechada quando os seus produtos tiverem sido disponibilizados em ambiente operacional. No caso de produtos de software, o ambiente operacional será o de produção.
- 6.3. DA HOMOLOGAÇÃO E CONTROLE DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS E PRODUTOS:**
- 6.3.1. A CONTRATADA deverá realizar a verificação da qualidade de produtos e artefatos antes da entrega para a CMB. A CMB também realizará a sua verificação da qualidade e conformidade com vistas ao aceite dos produtos gerados pela CONTRATADA.
- 6.3.2. A CONTRATADA deve entregar, junto aos artefatos construídos, toda a documentação contendo evidências de teste, que servirão de subsídio para as atividades de auditoria do trabalho de teste realizado pela CONTRATADA.
- 6.3.3. A equipe de controle de qualidade da CONTRATADA deve ser distinta daquela responsável pelo serviço executado e o custo de avaliação deve estar embutido no custo do serviço, não cabendo remuneração adicional.
- 6.3.4. A CMB também poderá indicar um representante para efetuar a verificação da qualidade em nome desta.
- 6.3.5. O aceite de cada artefato produzido ficará condicionado ao atendimento dos requisitos e as especificações estabelecidas nos Critérios do NMSE - Níveis Mínimos de Serviços Exigidos (Item 6.4) após a aprovação da CMB.
- 6.3.6. Para os demais serviços, a CONTRATADA terá um prazo correspondente de até 30% (trinta por cento) do respectivo prazo original de execução da OS para promover as alterações solicitadas, a contar da data de entrega, o que não se configura como prorrogação de prazo da OS, sem prejuízo do cálculo não conformidades da CMB.
- 6.3.7. Em caso de descumprimento deste novo prazo acordado no item anterior para a CONTRATADA promover as correções, aplicar-se-á o Fator de Dedução de Nível de Serviço para Prazo de Entrega de Ordem de Serviço (Tabela 2) para atraso de OS, sem prejuízo de reincidência destes índices, sendo cumulativos.



6.3.8. Em caso de não cumprimento do prazo a CONTRATADA receberá advertência, nos termos do art. 83 da Lei 13.303/16, sem prejuízo de aferição do cálculo de não conformidades do NMSE.

6.3.9. O resultado da aferição da qualidade poderá implicar em ajustes no valor da Ordem de Serviço, assim como aplicações de multas, de acordo com os Níveis Mínimos de Serviços Exigidos - NMSE contratados.

#### 6.4. DA POLÍTICA DE NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS - NMSE

6.4.1. Visando avaliar a qualidade e prazos dos serviços prestados à CMB pela CONTRATADA, será estabelecida uma política de Níveis Mínimos de Serviço Exigidos - NMSE e respectivos indicadores, que contemple as expectativas da CMB em relação aos serviços contratados.

6.4.2. Os NMSEs têm por objetivo estabelecer de forma os limiares de qualidade e desempenho aceitáveis dos produtos e serviços recebidos pela CMB.

6.4.3. Esta política, incluindo seus indicadores, constará no contrato assinado entre as partes, de acordo com a política da CMB, com o intuito manter uma perfeita aderência destes indicadores ao escopo e objetivos da prestação dos serviços e às expectativas da CMB e o Nível Mínimo de Serviço para Prazo de Entrega das Ordens de Serviço para desenvolvimento, manutenção e customização de novas funcionalidades.

6.4.4. O objetivo do Fator de Dedução de Nível de Serviço para Prazo de Entrega de Ordem de Serviço NMSEs é garantir a pontualidade na entrega dos serviços de desenvolvimento da identidade visual, arquitetura da informação, instalações, integrações, capacitação e customizações da solução nas Ordens de Serviço.

6.4.5. O Nível Mínimo de Serviço para Prazo de Entrega de Ordem de Serviço será avaliado a cada entrega prevista em Ordem de Serviço, conforme fórmula:

$$NMSE_{OS} = \frac{\text{Número de Dias Úteis de Atraso na Entrega da OS}}{\text{Prazo de Entrega da OS em Dias Úteis}} \times 100$$

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





- 6.4.6. O Fator de Dedução de Nível de Serviço para Prazo de Entrega de Ordem de Serviço – FDNSOS é determinado conforme a Tabela de Fator de Dedução de Nível de Serviço para prazo da OS:

Tabela 2. Tabela de Fator de Dedução de Nível de Serviço para Prazo da OS

Percentual de Atraso	Fator de Dedução de Nível de Serviço
Até 5%	0,00
Acima de 5% até 10%	0,02
Acima de 10% até 20%	0,05
Acima de 20% até 30%	0,10
Acima de 30% até 40%	0,15
Acima de 40%	0,20
Acima de 50%	0,20 e advertência

- 6.4.7. O FDNSOS incidirá sobre o valor bruto da respectiva OS, de acordo com o índice obtido na Tabela de Fator de Dedução de Nível de Serviço para Prazo da OS.
- 6.4.8. No momento da entrega de cada Ordem de Serviço, a contagem do prazo de entrega será suspensa.
- 6.4.9. A CMB terá um prazo de 20 (vinte) dias úteis para analisar os artefatos recebidos e concluir a homologação da entrega.
- 6.4.10. No caso de verificação de erros pela CMB, inconformidades e ausência de requisitos ou de serviços/produtos solicitados na entrega, a CONTRATADA será avisada das não conformidades e o prazo de entrega voltará a contar, continuando do ponto onde foi suspenso.

### Exemplo de aplicação do NMSE

A CMB emite uma Ordem de Serviço para a CONTRATADA. O cronograma de entrega apresentado pela CONTRATADA e aceito pela CMB para essa Ordem foi de 80 dias corridos. Após 73 dias a CONTRATADA realiza a entrega. Nesse momento, a CMB tem 20 (vinte) dias úteis para realizar a conferência. São listados 7 (sete) inconformidades/não atendimento de requisitos. A CMB avisa a CONTRATADA, e o prazo de entrega volta a correr. A CONTRATADA demora mais 6 dias para realizar as correções e entregar novamente. Assim, tem-se que o prazo total utilizado pela CONTRATADA até o momento é de 79 dias. O prazo é suspenso novamente e a CMB tem mais 20 (vinte) dias úteis para realizar a verificação. Após isso, verifica-se que ainda há 4 inconformidades. A CONTRATADA é notificada das inconformidades e o prazo de entrega volta a contar. Após 8 dias uma nova entrega é realizada. A CMB realiza a verificação, não encontra nenhuma inconformidade e emite o aceite da Ordem de Serviço. O prazo total para contagem do NMSE para a Ordem de Serviço foi de 87 dias.





dias, e o índice foi de 8,75%. A referida Ordem de Serviço terá um Fator de Dedução de 0,02.

#### 6.4.11. Aplicação do Nível Mínimo de Serviço Exigido – NMSE:

$$Vlr\ Final_{OS} = Vlr\ Bruto_{OS} \times \left(1 - \sum FDNS\right)$$

Onde:

- Valor FinalOS = Valor Bruto da OS descontado o fator de NMSE;
- Valor BrutoOS = Valor estimado da OS;
- FDNS = Somatório dos fatores de ajuste aplicáveis às OSs, obtido a partir das fórmulas descritas anteriormente

### 6.5. ACEITE DA ORDEM DE SERVIÇO

6.5.1. O Termo de Recebimento Provisório será emitido em até 20 (vinte) dias úteis pela CMB após o recebimento de todos os artefatos e produtos especificados na Ordem de Serviço no ambiente de homologação da CMB;

6.5.1.1. A CMB emitirá o Termo de Recebimento Definitivo em até 30 (trinta) dias a contar da entrega do Termo de Aceite Provisório. Nesse período a CMB realizará a liberação em produção de cada artefato recebido.

6.5.2. O Termo de Recebimento Definitivo emitido pela CMB estará, conforme escopo da Ordem de Serviço, condicionado ao atendimento dos seguintes requisitos:

6.5.2.1. Pleno atendimento às especificações funcionais e técnicas.

6.5.2.2. Adequação às necessidades do usuário especificadas e aprovadas pela CMB em Ordem de Serviço.

6.5.2.3. Integração com os sistemas já existentes, no que couber.

6.5.2.4. Base de dados totalmente convertida para o novo sistema, caso haja necessidade de migração de dados.

6.5.2.5. Confiabilidade da execução do código.

6.5.2.6. Documentação completa, elaborada em português do Brasil.

6.5.2.7. Entrega definitiva dos produtos acordados na OS.

6.5.2.8. Entrega livre de erros nos testes, que devem ser realizados em Português do Brasil, de acordo com especificações definidas e aprovadas pela CMB.

6.5.2.9. No caso de não conformidade na entrega da OS, a CMB não emitirá o termo de Recebimento Definitivo e aplicará os ajustes previstos nos NMSEs, até a entrega definitiva sem erros pela CONTRATADA.

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.







6.5.2.10. Qualquer serviço realizado, mas não aceito ou não homologado deverá ser refeito, não eximindo a empresa CONTRATADA das penalidades e de outras sanções previstas nesse instrumento.

6.5.2.11. No prazo estipulado para entrega do serviço, a CONTRATADA deverá executar todas as atividades previstas em Ordem de Serviço, bem como apresentar à CMB todas as ações de contingência realizadas, no caso de detecção de problemas:

6.5.2.11.1. Eliminar problemas e disponibilizar à CMB as correções necessárias sem que estas comprometam qualquer outro sistema ou qualquer funcionalidade do sistema. Resultados de testes de regressão deverão ser apresentados pela CONTRATADA sempre que solicitados pela CMB ou quando considerado necessário pela CONTRATADA.

6.5.2.12. Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, a CONTRATADA emitirá a Nota Fiscal com o valor a ser faturado, aplicado os cálculos do Nível Mínimo de Serviço Exigido - NMSE, referente aos serviços entregues, de acordo com a aplicação do NMSE.

## 6.6. REQUISITOS PARA EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DO AMBIENTE DE E-COMMERCE, MANUTENÇÃO DO AMBIENTE

6.6.1. A CONTRATADA deve zelar pela total eficiência e efetividade da infraestrutura designada ao Clube da Medalha do Brasil, mantendo-a disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, com mecanismos de alta performance que garantam 99,9% de disponibilidade, suporte profissional, registros de incidentes (sem limites) e com tempo máximo de resposta emergencial em 1 hora.

6.6.2. As cláusulas de Acordo de Nível de Serviço ou SLA (Service Level Agreement), para o efeito do presente contrato, abrange o tempo de disponibilidade da infraestrutura do Data Center designado para a hospedagem da solução que abriga o serviço de Loja Virtual, sendo certo que tal acordo representa um indicador de excelência técnica, uma vez que em Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC não existe garantia integral (100%) de nível de serviço.

6.6.3. A CONTRATADA, desde que observadas as obrigações a cargo da CMB previstas no presente contrato, objetiva oferecer e se propõe a manter em cada mês civil, no mínimo um SLA de 99,9%.

6.6.4. Responsabilidade da CONTRATADA:

6.6.4.1. Disponibilizar infraestrutura do Data Center.

6.6.4.2. Disponibilizar licenças dos Softwares envolvidos na solução (seja ela proprietária de terceiros ou livre), devendo inclusive mantê-las atualizadas durante a vigência do contrato.

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.







- 6.6.4.3. Monitorar pró-ativamente a infraestrutura do Data Center atuando de forma preventiva e prestando todos os serviços de suporte técnico que forem necessários a CONTRATADA durante uma indisponibilidade, sem ônus.
- 6.6.4.4. A CONTRATADA ficará desobrigada de cumprimento do SLA nas seguintes hipóteses:
- 6.6.4.4.1. Falhas de utilização, de responsabilidade da CMB.
  - 6.6.4.4.2. As intervenções emergenciais decorrentes da necessidade de preservar a segurança do servidor, destinadas a evitar ou fazer cessar a atuação de “hackers” ou destinadas a implementar correções de segurança.
  - 6.6.4.4.3. Suspensão da prestação dos serviços contratados por determinação de autoridades competentes, ou por descumprimento de cláusulas do presente contrato.
  - 6.6.4.5. O não atingimento da qualidade do serviço pela CONTRATADA gerará para a CMB o direito de receber desconto sobre o valor da mensalidade devida à CONTRATADA nos percentuais abaixo previstos, desconto esse a ser concedido no pagamento das mensalidades dos meses subsequentes àquele em que o SLA for descumprido, a saber:
    - 6.6.4.5.1. Desconto de 10% se o tempo de disponibilidade do data center no mês, ficar entre 90% a 94,9%.
    - 6.6.4.5.2. Desconto de 15% se o tempo de disponibilidade do data center no mês, ficar entre 85% a 89,9%.
    - 6.6.4.5.3. Desconto de 20% se o tempo de disponibilidade do data center no mês, ficar entre 80% a 84,9%.
    - 6.6.4.5.4. Desconto de 25% se o tempo de disponibilidade do data center no mês, ficar entre 75% a 79,9%.
    - 6.6.4.5.5. Desconto de 50% se o tempo de disponibilidade do data center no mês, ficar entre 50% a 74,9%.
    - 6.6.4.5.6. Desconto de 100% se o tempo de disponibilidade do data center no mês, ficar abaixo de 50%.
  - 6.6.4.6. Se o tempo de disponibilidade do data center for menor do que 50% do tempo no mês civil fica facultado a CMB pleitear a imediata rescisão do presente contrato independentemente da concessão de aviso prévio.

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





Ocorrendo a rescisão do presente contrato por inadimplemento, nos termos da cláusula anterior a esta, a CONTRATADA ficará responsável pelo pagamento das perdas e danos causados a CMB, ficando tais perdas e danos desde já pré-fixadas em 40% (quarenta por cento) do valor efetivo das mensalidades que tiverem sido pagas pela CMB à CONTRATADA nos últimos 6 (seis) meses de vigência do contrato ou durante sua vigência integral, caso a mesma seja inferior a 6 (seis) meses na data da rescisão.

- 6.6.4.7. O desconto a ser concedido incidirá exclusivamente sobre o valor da mensalidade, devendo eventuais serviços opcionais e/ou custos de utilizações excedentes serem integral e regularmente pagos.
- 6.6.4.8. A comunicação de descumprimento do SLA deverá ser formalizada pela CMB junto à CONTRATADA no prazo máximo de 15 (quinze) dias da constatação desse descumprimento, sem o que o desconto deixará de ser exigível.
- 6.6.4.9. A CONTRATADA não é responsável por quaisquer danos e/ou prejuízos decorrentes de interrupções do serviço causados pela falta de pagamento da taxa devida pelo registro do domínio ao NIC.br ou pelo não envio dos documentos solicitados.
- 6.6.4.10. A CONTRATADA obriga-se a manter backup dos arquivos do Plano de Comércio Eletrônico, banco de dados, imagens e/ou arquivos armazenados no plano contratado, para que possam ser recuperados no momento da ocorrência de caso fortuito ou força maior.

Tabela 3. Tabela de disponibilidade

Período de Disponibilidade	Percentual de Disponibilidade	Quantidade de Minutos fora do ar
Anual	99,9%	2628
Mensal	99%	432
Diário	99%	15

- 6.6.4.11. O tempo gasto nas interrupções para efetuar atividades de manutenção planejadas, atualizações de sistemas operacionais e atualizações de softwares envolvidos na prestação do serviço de comércio eletrônico em nuvem não serão computadas no cálculo geral de disponibilidade do sistema.
- 6.6.4.12. Quaisquer atividades de manutenções programadas deverão ser previamente comunicadas e acordadas com a CMB com um mínimo de 3 dias de antecedência e deverão ser implementadas durante os finais de semana. Entretanto, as falhas resultantes de interrupções não programadas, como quedas de sistema, rede sistema operacional, firewall, vulnerabilidades de segurança ou quaisquer





elementos que afetem a performance ou disponibilidade serão computadas como indisponibilidade.

6.6.4.13. O cálculo de disponibilidade deverá ter como base a seguinte fórmula:

$$\text{Disponibilidade} = \frac{\% \text{ de Disponibilidade do Período} - \Sigma \text{ de indisponibilidade}}{\% \text{ de Disponibilidade do Período}} \times 100\%$$

onde:

- % de Disponibilidade do Período é o percentual de disponibilidade disposto na tabela de disponibilidade (\*) acima
- $\Sigma$  de indisponibilidade: Tempo total de indisponibilidade do serviço observado no período

6.6.4.14. O tempo computado de indisponibilidade terá início a partir do momento em que um chamado de pedido de suporte for aberto e será finalizado quando for fechado mediante o “de acordo” da CMB. Serão considerados como incidentes os de nível de severidade 1 (Crítico) e 2 (Alto), de acordo com a tabela “Níveis de Severidade de incidentes para Suporte Técnico”. Esse tempo computado será objeto de multa sobre o preço total da fatura a ser efetuada no mês seguinte à indisponibilidade, descrito na tabela “Sansões Aplicáveis”

6.6.4.15. A CONTRATADA do serviço deverá enviar, no prazo de 24 horas, um relatório completo sobre quaisquer incidentes que ocorram e que gerem indisponibilidade parcial ou total no sistema. Nele deverão constar: data da ocorrência, número identificador do incidente, descrição detalhada do incidente, histórico, causa, desdobramentos, linha do tempo, ações realizadas e tempo total de indisponibilidade. Esse relatório servirá de base para o cálculo de multa a ser aplicada na fatura mensal de serviços.

## 6.7. O SUPORTE OPERACIONAL DA FERRAMENTA DE E-COMMERCE E DA UTILIZAÇÃO DA SOLUÇÃO

6.7.1. Este item trata da qualidade de serviço e prazos de atendimento no suporte e manutenção da solução de software de e-commerce com os usuários responsáveis pela gestão da loja.



NÍVEL DE SEVERIDADE DE INCIDENTES PARA SUPORTE TÉCNICO

Tabela 4. Tabela de Nível de severidade de incidentes para suporte

Nível de Severidade		Descrição
1	Crítico	Erro ou problema com impacto crítico no negócio, causando riscos financeiros, regulatórios, de produtividade, de segurança ou de reputação. Impossibilidade de uso do sistema (ex.: perda total de conectividade e/ou funcionalidade, travamento). Dados totalmente corrompidos.
2	Alto	Erro ou problema sensível em termos de tempo, que afeta o negócio significativamente, mas não impede o uso da solução (ex.: perda parcial de conectividade e/ou funcionalidade). Funcionalidades / serviços essenciais comprometidos, mas com solução de contorno. Dados parcialmente corrompidos. Problema afetando tarefas diárias, que por isso tornam-se complexas e/ou incômodas.
3	Médio	Perda parcial ou limitada de funcionalidade não-crítica, com os serviços fundamentais disponíveis (ainda que por solução de contorno). Problema ou inconsistência que não interfere diretamente nas tarefas diárias.
4	Baixo	Erro, problema ou dúvidas com impacto mínimo no negócio

Id	Indicador	Fórmula de cálculo	Unidade de medida	Meta exigida
1	Tempo de início de atendimento de chamado de severidade 1	Data/hora do início do atendimento do chamado – Data/hora da abertura do chamado	Horas corridas	<= 4
2	Tempo de solução de chamado de severidade 1	Data/hora de entrega do chamado – Data/hora de início do atendimento do chamado	Horas corridas	<= 4
3	Tempo de início de atendimento de chamado de severidade 2	Data/hora do início do atendimento do chamado – Data/hora da abertura do chamado	Horas corridas	<= 4
4	Tempo de solução de chamado de severidade 2	Data/hora de entrega do chamado – Data/hora de início do atendimento do chamado	Horas corridas	<= 8
5	Tempo de início de atendimento de chamado de severidade 3	Data/hora do início do atendimento do chamado – Data/hora da abertura do chamado	Horas úteis	<= 16

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.







6	Tempo de solução de chamado de severidade 3	Data/hora de entrega do chamado – Data/hora de início do atendimento do chamado	Dias úteis	$\leq 5$
7	Tempo de início de atendimento de chamado de severidade 4	Data/hora do início do atendimento do chamado – Data/hora da abertura do chamado	Dias úteis	$\leq 3$
8	Tempo de solução de chamado de severidade 4	Data/hora de entrega do chamado – Data/hora de início do atendimento do chamado	Dias úteis	$\leq 10$
9	Taxa de rejeição de serviços	$\Sigma$ (Número de rejeições de chamados entregues no período) / $\Sigma$ (Número de chamados do período)	Valor	$\leq 20\%$
10	Taxa de disponibilidade da solução	(% disponibilidade no período - $\Sigma$ de indisponibilidade / % disponibilidade no período) * 100	Valor	$\geq 99\%$ Diário $\geq 99\%$ Mensal $\geq 99\%$ Anual

## INDICADORES

Tabela 5. Tabela de tempos de atendimento de incidentes

- 6.7.2. Cálculo de “horas corridas” é realizado com base na diferença entre a data/hora final e a data/hora inicial da contagem de prazo, considerando todo o período de tempo transcorrido entre as datas, incluindo horários noturnos, sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.
- 6.7.3. Cálculo de “horas úteis” é realizado com base na diferença entre a data/hora final e a data/hora inicial da contagem de prazo, considerando apenas os períodos compreendidos no horário normal de funcionamento da CMB, ou seja, dias úteis, das 08:00 às 17:00 horas, horário de Brasília.
- 6.7.4. Cálculo de “dias úteis” é realizado com base na diferença entre a data final e a data inicial da contagem de prazo, considerando apenas os dias úteis de funcionamento da CMB na Sede operacional, no Rio de Janeiro-RJ. São excluídos da contagem sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.
- 6.7.5. A contagem de “tempo de solução” para os indicadores 3, 5 e 7 será interrompida caso a CONTRATADA comprove tratar-se de problema inerente ao software que depende de atuação do Fabricante (desde que o Fabricante não pertença à mesma estrutura global da CONTRATADA para solução. Nesse caso, para que a contagem de prazos seja interrompida, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de registro do problema junto ao Fabricante, propor ações de contorno e ainda acompanhar o atendimento até a solução definitiva.
- 6.7.6. Períodos de suspensão de atendimento autorizados pela CMB não serão computados dentro dos tempos calculados.

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.







6.7.7. Indicadores de nível de serviço serão calculados com base nos chamados a serem faturados por período.

## 6.8. DAS PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DO NÍVEL DE SERVIÇO

6.8.1. O serviço de loja virtual em nuvem deve ter uma taxa de disponibilidade maior que 99,9% medido no período anual, 99% medido no período de 30 dias e de 99% medido no período diário durante toda a execução do tempo de contrato neste termo de referência.

6.8.2. Na eventualidade de indisponibilidade do serviço utilizado pela CMB, decorrente de falhas ocorridas no ambiente da CONTRATADA devido a software, hardware ou conectividade, a CONTRATADA pagará multa equivalente a 1 (um) dia de serviço à CMB cada vez que o serviço disponibilizado à CMB permanecer inoperante por mais de 432 (quatrocentos e trinta e dois) minutos ininterruptos, equivalentes a 1% de indisponibilidade, durante um determinado mês contratual.

6.8.3. Multas adicionais equivalentes a 8 (oito) horas de serviço serão concedidos por períodos de interrupção de 15 (quinze) minutos ininterruptos, equivalentes a 1% de indisponibilidade, durante um determinado dia.

Tabela 6 . Tabela de Evento x Sanção/Multa

Id	Evento	Ocorrência	Sanção/Multa
1	Eventos de nível de severidade 1	Evento de nível de severidade ocorre pela 2ª vez seguida no mesmo mês	Penalidade pelo descumprimento será aplicada em dobro
2	Eventos de nível de severidade 1	Evento de nível de severidade ocorre pela 3ª vez seguida no mesmo mês	Penalidade pelo descumprimento será aplicada em triplo
3	Eventos de nível de severidade 1	Evento de nível de severidade ocorre pela 4ª vez seguida no mesmo mês	Contrato celebrado entre as partes será rescindido sem incidência de multas para a CONTRATADA
4	Eventos de nível de severidade 2	Evento de nível de severidade ocorre pela 2ª vez seguida no mesmo mês	Penalidade pelo descumprimento será aplicada em dobro
5	Eventos de nível de severidade 2	Evento de nível de severidade ocorre pela 3ª vez seguida no mesmo mês	Penalidade pelo descumprimento será aplicada em triplo
6	Eventos de nível de severidade 2	Evento de nível de severidade ocorre pela 4ª vez seguida no mesmo mês	Contrato celebrado entre as partes será rescindido sem incidência de multas para a CONTRATADA

Este documento foi assinado digitalmente por Adilio Faria Vieira e Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





Na tabela de Evento x Sanção/Multa - Tabela-6, prevê no Id 3 e 6 a rescisão do contrato, sem incidência de multas para CONTRATADA, caso ocorra quatro vezes a incidência do evento de nível de severidade I ou II dentro do mesmo mês.

- 6.8.4. O Serviço de suporte operacional na plataforma de e-commerce deve ser executado pela CONTRATADA durante todo o período de vigência contratual, em regime de trabalho 8x5 (8h às 17h e de segunda à sexta), atendendo incidentes e requisições, a fim de garantir a sustentação e a plena utilização da solução fornecida.
- 6.8.5. A CONTRATADA deverá fornecer contatos através de telefone, e-mail ou portal de autoatendimento na internet para que a CMB possa realizar a abertura e o acompanhamento de chamados (incidentes/requisições).
- 6.8.6. Para cada solicitação, deverá ser registrado um número de protocolo correspondente ao chamado, o nível de criticidade para o chamado, a data/hora da solicitação, o problema ocorrido, que deverão estar disponíveis para acompanhamento da CMB.
- 6.8.7. Os chamados abertos somente podem ser concluídos e fechados após autorização da CMB.
- 6.8.8. A CONTRATADA não poderá limitar o número de solicitações de atendimento/chamados, tampouco gerar ônus adicional para a CMB pelo seu atendimento.
- 6.8.9. Caso seja identificado que a solicitação não foi efetivamente resolvida e o chamado encerrado, a CONTRATADA será comunicada para a necessidade de reabertura do chamado, situação em que haverá continuação da contagem do prazo relativo a este.
- 6.8.10. A CONTRATADA deverá gerenciar o ciclo de vida dos atendimentos técnicos, desde solicitação, atualização de status até o encerramento do atendimento.
- 6.8.11. O atendimento deve ser realizado no idioma português, por profissional capacitado.

## 6.9. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO

- 6.9.1. O treinamento deverá ser presencial ou por videoconferência, dividido em etapas e não poderá ser meramente expositivo, devendo contemplar também o uso prático da solução e o desenvolvimento de estudos de caso. O projeto educacional segue no Anexo I - D,
- 6.9.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar o material didático, em formato digital (PDF), ao Gestor do Contrato, com antecedência mínima de 48 horas do evento.
  - 6.9.2.1. O material didático deve estar atualizado, descrito de forma detalhada, ilustrada e no idioma português (Brasil).

Este documento foi assinado digitalmente por Adilio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





6.9.2.2. O material fornecido poderá ser utilizado, posteriormente, para compartilhamento de conhecimento interno da CMB.

6.9.3. O instrutor dos treinamentos deverá possuir fluência no idioma português para ministrar as aulas.

## 6.10. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

6.10.1. A CONTRATADA se compromete:

6.10.1.1. Respeitar os requisitos previstos na Política de Segurança da Informação e Comunicação da CMB, suas Normas e Procedimentos operacionais adotados.

6.10.1.2. Manter a confidencialidade de todos e quaisquer dados, informações e documentos da CMB ou de terceiros, produzidos, levantados, que tiver acesso ou tomar conhecimento em razão da execução do objeto, sob a pena de responsabilidades civil, penal e administrativa, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

6.10.1.3. Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização, por escrito, da CMB.

6.10.1.4. Manter em caráter confidencial, no mesmo prazo definido pelo Acordo de Confidencialidade (Anexo I - E), mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do Contrato, as informações relativas à Política de Segurança adotada pela CMB e as configurações de *hardware* e de *softwares* decorrentes.

6.10.1.5. Não comercializar, ceder ou divulgar quaisquer informações ou dados relacionados aos insumos e resultados provenientes do processo produtivo da CMB, obtidos através da solução suportada pela CONTRATADA.

6.10.1.6. Em até 30 (trinta) dias após o encerramento do Contrato, todos os dados e informação gerados em consequência da prestação do serviço, deverão ter sido entregues à CMB, destruindo de maneira irrecuperável todas as cópias instaladas na memória de seus equipamentos ou em qualquer outro tipo de suporte, inclusive as cópias de segurança (*backup*). A CONTRATADA deverá emitir uma declaração, que o descarte de todos os dados e informações gerados foram realizados.

6.10.1.7. Não acessar ou manipular qualquer dado ou informação, a ela confiada, sem prévia autorização da Casa da Moeda, devendo notificar imediatamente a CMB, por escrito, qualquer má utilização, revelação, acesso ou manipulação não autorizada, esbulho ou apropriação indébita das informações que lhe foram confiadas, ou qualquer violação que chegue ao seu conhecimento.

6.10.2. A CMB deverá requerer da CONTRATADA, que deverá atender de imediato, a assinatura de um Acordo de Confidencialidade (Anexo I - E) das informações que vier

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





ter acesso em razão da execução do contrato, com previsão das condições e obrigações a serem cumpridas durante e após a vigência do instrumento contratual.

## 7. EXECUÇÃO CONTRATUAL

### 7.1. FORNECIMENTO DA SOLUÇÃO DE TI

- 7.1.1. A CONTRATADA deverá iniciar o objeto deste certame, em **até 30 (trinta) dias consecutivos** após a assinatura do instrumento de formalização contratual.
- 7.1.2. A CONTRATADA deverá fornecer apoio e orientação nas atividades de planejamento e implantação da solução, de maneira a potencializar os ganhos obtidos com a contratação.
- 7.1.3. O serviço será realizado de forma remota, e havendo necessidade de reuniões presenciais, essas serão realizadas no Parque Industrial da CMB localizado à Rua René Bittencourt, nº 371 - Distrito Industrial de Santa Cruz, CEP 23.565-200, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.
- 7.1.4. O serviço deverá ser executado por uma equipe técnica e especializada da CONTRATADA, juntamente com a equipe da CMB responsável pela operação e gestão da solução.
- 7.1.5. As atividades ocorrerão dentro do horário comercial (8h às 17 horas – segunda-feira a sexta-feira).
- 7.1.6. Havendo necessidade de acesso remoto, este deverá ser previamente aprovado pelo DETIC-Departamento de TI Corporativo e Comunicação, ocorrendo de forma assistida mediante a utilização de solução fornecida pela CMB ou, quando justificado, através de solução fornecida pela CONTRATADA.
- 7.1.7. A comunicação entre a Gestão Contratual da CMB e o Preposto da CONTRATADA será dada por meio escrito, com registro de recebimento, ou por correio eletrônico, sempre que se entender necessário assentar a ocorrência relacionada à execução do contrato.
- 7.1.8. Poderão ser agendadas reuniões no Parque Industrial da CMB, durante o horário comercial (8h às 17h e de segunda-feira à sexta-feira), conforme a necessidade do Gestor do Contrato, sem custos adicionais.
- 7.1.9. A CONTRATADA será comunicada sobre quaisquer ocorrências e deficiências relacionadas ao fornecimento e a qualidade do objeto, identificados no exercício da Gestão e Fiscalização da execução contratual, que serão corrigidas sem prejuízo de possível aplicação das penalidades previstas.
- 7.1.10. Caso a CONTRATADA desenvolva a solução em uma plataforma open-source, mesmo com o serviço sendo prestado em modalidade de Software como Serviço (SaaS), será de direito da CMB ser proprietária da solução e ter acesso do código fonte e das suas







eventuais atualizações durante o contrato, inclusive acesso ao repositório de versionamento da solução.

7.1.10.1. A CONTRATADA deverá fornecer a CMB acesso de perfil de administrador ao serviço de nuvem utilizado pela CONTRATADA.

7.1.11. Novas funcionalidades e atualizações poderão ser disponibilizadas gratuitamente pela CONTRATADA, a seu critério, visando atender melhorias e serviços.

7.1.12. A CONTRATADA deve assegurar que a hospedagem dos serviços, dados, metadados, informações e conhecimento, produzidos ou custodiados, bem como suas cópias de segurança, residam em território brasileiro, garantindo que todas medidas cabíveis de segurança estejam aplicadas aos dados pessoais para que estejam em conformidade com a legislação vigente referente a proteção e privacidade de dados pessoais.

7.1.13. A CONTRATADA deve informar quaisquer incidentes ou riscos inerentes a violação dos dados pessoais ou de negócio para CMB.

7.1.13.1. A hospedagem do e-commerce é de responsabilidade da CONTRATADA e deverá prover todas as condições necessárias para o perfeito funcionamento da solução. Isto inclui medidas de segurança como firewall e backups dos dados.  
Backup de banco de dados

7.1.13.1.1. O Backup deve ser realizado em instâncias diferentes dos servidores de aplicação e do banco de dados e a cópia do backup deve ser mantida em dois storages distintos;

7.1.13.1.2. O backup completo do banco de dados deve ser realizado semanalmente;

7.1.13.1.3. Diariamente deve ocorrer um backup incremental do banco de dados;

7.1.13.1.4. Em um intervalo de 15 minutos em 15 minutos deve ocorrer um backup a partir do backup incremental.

7.1.13.1.5. O prazo de restauração de backup do banco de dados, quando necessário, deve ocorrer dentro do prazo de 1 hora;

7.1.13.1.6. O backup de banco de dados deve ficar armazenado por um período de 30 dias corridos e as informações referente aos pedidos devem ficar armazenados por um período de 24 meses.

7.1.13.2. Backup de servidores de aplicação

7.1.13.2.1. O Backup deve ser realizado em instâncias diferentes dos servidores de aplicação e do banco de dados e a cópia do backup deve ser mantida em dois storages distintos;

7.1.13.2.2. O backup completo deve ser realizado diariamente;







7.1.13.2.3. O prazo de restauração dos servidores de aplicação, quando necessário, deve ocorrer dentro do prazo de 1 hora.

7.1.14.A CONTRATADA deverá garantir que não haverá restrições de espaço para armazenamento dos dados e muito menos de acessos simultâneos de usuários permitindo a escalabilidade automática dos recursos. Para que a CONTRATADA tenha dados para o planejamento da arquitetura de infraestrutura disponibilizamos os dados de acesso por usuários do Google Analytics, que se encontra no Anexo I -F.

## 7.2. FORMA DE PAGAMENTO

7.2.1. O regime de execução pelo fornecimento do objeto da contratação deve considerar a **empreitada por preço global**.

7.2.2. O pagamento deverá ser realizado em **até 30 (trinta) dias** após a emissão do respectivo instrumento de atesto e recebimento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente ratificada pelo Gestor do Contrato, sendo realizada a retenção de tributos, conforme determina a legislação vigente.

7.2.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA e entregue no endereço estipulado pela CMB, devidamente discriminada em nome desta, e acompanhada das respectivas comprovações de regularidade para com os encargos comerciais e fiscais.

7.2.4. O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor da instituição indicada na Nota Fiscal/Fatura, devendo para isso ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.2.5. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.2.6. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CMB.

7.2.7. O item 1 é de entrega única realizada durante o contrato e é informalmente denominado de “**setup inicial**” e será responsável por preparar a loja virtual para iniciar as operações e a sua gestão será realizada por meio de Ordens de Serviço, podendo acontecer de forma paralela ou sequencial de acordo com as definições da CMB.

7.2.8. Os itens 2 e 3 são **serviços contínuos** e os pagamentos serão realizados em valores **fixos mensais**. A primeira emissão de Nota Fiscal para estes serviços deverá acontecer após 30 dias da hospedagem da loja em ambiente de produção, a loja precisa ser



considerada como finalizada por ambas a parte. A qualidade das entregas e o pagamento por esses serviços serão avaliados conforme os itens 6.2, 6.3 e 6.4 deste contrato.

8. GESTÃO CONTRATUAL

8.1. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

8.1.1. A CONTRATADA deverá iniciar o atendimento técnico para solução do atendimento/chamado em **até 15 (quinze) minutos** após a solicitação.

8.2. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

8.2.1. A CMB indicará o Gestor do Contrato para acompanhamento e avaliação da execução contratual, conforme previsto na Lei nº 13.303/2016, Artigo 40, inciso VII e das Responsabilidades definidas no RLCCMB - Regulamento de Licitações e Contratos da Casa da Moeda do Brasil, além disso, também irá indicar os demais membros da equipe de fiscalização de Contrato, a fim de garantir a qualidade e adequação do fornecimento do objeto aos requisitos definidos neste Documento e seus anexos, identificando possíveis inobservâncias contratuais que possam influir no aceite, no atesto e na efetivação do pagamento.

Tabela 7 - Tabela da Equipe de Fiscalização do Contrato

RECURSO	ENTIDADE	ATRIBUIÇÃO
Gestor do Contrato	DECOM	A gestão da contratação de bens e serviços ficará ao encargo do Superintendente da Área Requisitante da demanda.
		Acompanhar a execução do contrato, em especial os referentes à vigência e ao controle do saldo contratual; Analisar os relatórios da fiscalização e solicitações do Fiscal, manifestando-se tempestivamente acerca do recebimento e do pagamento, ambos atestados pelo Fiscal; Recomendar a aplicação de sanções administrativas e a rescisão contratual; Solicitar parecer técnico ou jurídico; Aprovar as despesas correspondentes ao objeto licitado/contratado; Enviar solicitação de pagamento à área financeira; Determinar a retenção ou glosa dos pagamentos, com prévia manifestação da área jurídica; Avaliar a necessidade de prorrogação do contrato, modificações, acréscimos ou supressões; Analisar os pedidos de modificação qualitativa ou quantitativa do contrato; Receber e manifestar-se sobre os pedidos de revisão, reajuste ou repactuação do contrato; Informar à respectiva Diretoria ou à Presidência da necessidade de acréscimo ou supressão nos Contratos.
Fiscal Técnico do Contrato	DECOM	Designar um empregado de sua área para em seu nome desempenhar as atribuições de gestão, bem como o de Fiscal Técnico e de Operações; Anotar no processo de acompanhamento todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato; Verificar a conformidade da execução do contrato; Acompanhar a execução das obrigações que foram estabelecidas no contrato (encargos trabalhistas, fiscais e comerciais);

Este documento foi assinado digitalmente por Adilio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





		<p>Realizar medições e solicitar pagamentos de acordo com o estabelecido no contrato;</p> <p>Atestar as notas fiscais e as faturas correspondentes;</p> <p>Registrar no processo eventuais glosas nos pagamentos devidos;</p> <p>Manter no processo o registro e controle de todas as ordens de serviço emitidas e sua execução ou de fornecimento de bens;</p> <p>Determinar a emenda de faltas ou defeitos de execução contratual;</p> <p>Comunicar imediatamente ao Gestor qualquer fato que demande medidas ou providências extraordinárias à competência do Fiscal;</p> <p>Relatar os fatos e incidentes observados na execução do contrato e sugerir providências ao Gestor;</p> <p>Elaborar relatórios de acompanhamento, inclusive no que diz respeito à vigência e saldo contratual;</p> <p>Instruir o processo para modificação quantitativa ou qualitativa do contrato;</p> <p>Enviar o processo ao Gestor para prorrogação de prazos de execução contratual;</p> <p>Instruir o processo para aplicação de sanção administrativa e/ou rescisão contratual.</p>
Fiscal de Operações da Solução	<b>DECOM</b>	Realizar o gerenciamento dos Requisitos de Negócios da Solução de TI.
Fiscal Técnico da Solução	<b>DETIC</b>	Realizar o gerenciamento técnico dos Requisitos Tecnológicos e Segurança de Dados da Solução de TI, cuja atividade ficará ao encargo da equipe técnica da SESIS - Seção de Sistemas de TI.

8.2.2. A CONTRATADA deve propiciar todos os meios, facilidades e informações necessárias à realização dos procedimentos técnicos para aferição, avaliação e fiscalização do objeto, no que for concernente à execução contratual.

8.2.2.1. **Preposto do Contrato** – A Contratada irá designar preposto para: Atuar como interlocutor principal da CONTRATADA junto à CMB; Acompanhar a execução do contrato; receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

8.2.3. Sem prejuízo dos procedimentos de controle exercido pela CONTRATADA, reserva-se à CMB o direito de acompanhar e fiscalizar como lhe convier, a qualquer tempo, a execução das disposições do contrato, a fim de assegurar seu correto e tempestivo cumprimento, sem que a relação entre estes se caracterize por pessoalidade e/ou subordinação direta.

8.2.3.1. A CMB poderá, durante a vigência do contrato, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar as instruções do processo, obrigando a contratada a prestar todos os esclarecimentos necessários;

8.2.3.2. As diligências poderão ser realizadas mediante a solicitação de declarações ou qualquer documentação oficial da CONTRATADA que esclareça um fato que comprove uma especificação ou resolva uma situação que enseje detalhamento. Também pode ser realizada mediante visita técnica da CMB às instalações da CONTRATADA.

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





- 8.2.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CMB, especialmente designados, na forma do capítulo que trata da Gestão e Fiscalização dos Contratos no RLC-CMB.
- 8.2.5. A verificação da adequação da prestação do serviço será realizada com base nos critérios previstos neste documento e seus anexos.
- 8.2.5.1. Ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, a área responsável deverá ser comunicada para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Artigo 81, parágrafo 1º da Lei nº 13.303/2016.
- 8.2.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual serão realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática devendo o representante da CMB promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.
- 8.2.7. Durante a execução do objeto, o nível de qualidade dos serviços será monitorado constantemente para evitar a sua degeneração, devendo a CONTRATADA corrigir as faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 8.2.7.1. As avaliações poderão ser diárias, semanais ou mensais, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e a qualidade da prestação dos serviços.
- 8.2.8. Compete à CMB a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, apresentando ao preposto da CONTRATADA o resultado da avaliação da execução do objeto.
- 8.2.9. A fiscalização de que trata os itens supracitados não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade ocorrida, conforme estabelecido no Artigo 76 da Lei nº 13.303/2016, a obrigatoriedade em reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato ainda que respondendo pelos danos ocasionados, inclusive a terceiros, em razão de imperfeições técnicas, vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução ou do emprego de materiais, não implicando em corresponsabilidade da CMB ou de seus agentes, gestores e fiscais.
- 8.2.10. Os serviços prestados pela CONTRATADA serão objetos de avaliação pelo Gestor e Fiscal do Contrato, que deverá **emitir os instrumentos de atesto** quanto à adequação às exigências especificadas neste Termo de Referência e seus anexos, conforme disposto na Seção de Gerenciamento do Contrato do RLC-CMB.

Este documento foi assinado digitalmente por Adilio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.







8.2.11. A emissão do instrumento de atesto definitivo subsidiará a efetivação dos pagamentos concernentes, devendo ocorrer somente quando o objeto entregue estiver de acordo com o esperado, isto é, houve o atendimento completo deste documento e seus anexos.

## 9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, a CONTRATADA que:

9.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto.

9.1.3. Fraudar na execução do Contrato.

9.1.4. Comportar-se de modo inidôneo.

9.1.5. Cometer fraude fiscal.

9.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CMB;

9.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite do valor total do contrato;

9.2.3. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.2.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

9.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Casa da Moeda do Brasil por até 2 (dois) anos.

9.3. O não atendimento integral ou parcial do envio a FISPQ, quando exigido, acarretará multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Nota fiscal de entrega, podendo ser duplicada na reincidência, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das demais penalidades previstas.

9.4. O não atendimento integral ou parcial do envio de certificados, laudos ou boletins técnicos que asseguram a qualidade dos itens garantidos pelo fornecedor, quando exigido, acarretará na aplicação das penalidades de advertência e/ou multa de até 2% sobre o valor total da Nota Fiscal de entrega, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das demais penalidades previstas.

9.5. As penalidades de advertência e de suspensão temporária poderão ser aplicadas juntamente com a penalidade de multa.







9.6. As sanções de caráter patrimonial observarão o valor limite do contrato.

9.7. Também fica sujeita às penalidades do art. 83, III da Lei nº 13.303, de 2016, a Contratada que:

9.7.1. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.7.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CMB em virtude de atos ilícitos praticados.

9.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada.

9.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, a finalidade preventiva, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CMB, observado o princípio da proporcionalidade.

9.10. Sem prejuízo da aplicação de penalidades, a Contratada é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros na forma disposta no artigo 76 da Lei 13.303/2016, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

9.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

9.12. As multas previstas, quando aplicadas, deverão ser recolhidas na Seção de Tesouraria - SETES da CMB no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação por correio ou outro meio qualquer que ateste o recebimento.

9.12.1. Caso não haja recolhimento no prazo indicado no subitem anterior e o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, quando houver, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CMB ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, nos termos dos artigos 82, §§2º e 3º e 83, §1º, da Lei nº 13.303/2016.

## 10. SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

### 10.1. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

10.1.1. O objeto apresenta características de desempenho e qualidade objetivamente estabelecidos e independentes de tecnologia sofisticada, sendo definido como de padrão e usualmente encontrados no mercado. Logo, a contratação poderá ser licitada por meio da **Modalidade Pregão**, enquadrando-se na categoria de bens e serviços comuns no que trata a Lei nº 10.520/2002 – que institui a modalidade de licitação denominada pregão, o Decreto nº 10.024/2019 – que regulamenta a licitação na modalidade pregão eletrônico e o Decreto nº 7.174/2010 – que regulamenta a contratação de bens e serviços de informática, todos sendo subsidiários da Lei nº 13.303/2016.

10.1.2. Tratando este certame de um objeto facilmente comparável, o ajuntamento dos itens para serem fornecidos por uma única empresa foi adotado de modo a preservar as características técnicas da solução, não impedindo de serem ofertados por diversas

Este documento foi assinado digitalmente por Adilio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





empresas que atuam no segmento, sem prejudicar a concorrência e a economia de escala, preservando a eficiência e a qualidade na execução e gestão da contratação, logo, a seleção da LICITANTE vencedora deve considerar como **critério de julgamento das propostas de preços apresentadas, o Menor Preço Global**.

10.1.2.1. Os itens que representam os serviços especificados são intrínsecos e dependentes em seu gerenciamento, sendo assim, para obtenção de melhores resultados é imprescindível que a empresa fornecedora do objeto seja possuidora de expertise na execução dos serviços, minimizando os riscos de descontinuidade da solução e interrupções contratuais.

## 10.2. PROPOSTA DE PREÇO/TÉCNICA

10.2.1. A LICITANTE deverá apresentar proposta de preço para cada item que compõe o objeto discriminado, com valor unitário e total, expresso em Real (R\$), contendo todos os custos inerentes à contratação, além de aqueles decorrentes de transporte, hospedagem, seguros, embalagens, fiscais, trabalhistas e demais encargos, contribuições, impostos e taxas, conforme estabelecido na Lei nº 13.303/2016.

10.2.2. O preenchimento da planilha orçamentária (Anexo I - G) para formação de preços é obrigatório, a fim de propiciar sua avaliação pela CMB para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa e evitar sobrepreços, superfaturamento ou a inclusão indevida de custos que poderão decorrer em pagamentos irregulares ou de serviços não prestados, conforme previsão no Artigo 8, inciso II do Decreto nº 3.555/2000 e no Artigo 3 da Lei nº 13.303/2016.

10.2.3. A CMB poderá promover diligências à LICITANTE para apresentação de documentação complementar, sempre que considerar insuficiente ou encontrar dificuldade para analisar as informações apresentadas, conforme previsto no Artigo 56, parágrafo 2º da Lei nº 13.303/2016 e nos Procedimentos da Licitação dispostos no RLC-CMB.

10.2.3.1. A diligência poderá ser realizada em qualquer fase do processo licitatório, no local (endereço apresentado pela LICITANTE), por carta ou correio eletrônico, contato telefônico, consultas à internet ou ao mercado específico, bem como qualquer outro meio idôneo a esclarecer a dúvida suscitada.

10.2.3.2. Poderá ser requerida a demonstração de que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

10.2.3.3. A solicitação de diligência destinada a complementação ou atualização das informações para esclarecimento das informações sobre os serviços e/ou bens ofertados deve ser atendida em **até 48 (quarenta e oito) horas**.

10.2.4. Na proposta deve constar o endereço de correio eletrônico e número de telefone para realização de contato.

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





10.2.5.A LICITANTE assume o compromisso, dentro do prazo de validade da proposta, de fornecer o objeto desta contratação nas condições estabelecidas, podendo a mesma ser revalidada, caso vencedora da licitação.

10.2.6.Os preços apresentados serão fixos e irrevogáveis durante o prazo de vigência do contrato.

10.2.7.Considerando as características do objeto e desta contratação, **NÃO será exigido a realização de prova de conceito** (apresentação de amostras e testes para avaliação dos itens ofertados) como condição para aceitação da proposta apresentada pela LICITANTE.

### 10.3. SUBCONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

10.3.1.A CONTRATADA deverá ser capaz de cumprir com as obrigações e responsabilidades estabelecidas neste Termo de Referência, **NÃO podendo subcontratar**, transferir ou ceder, bem como, transacionar com terceiros de qualquer personalidade jurídica o fornecimento/execução do objeto deste certame.

10.3.2.Em situações excepcionais, em caráter temporário e pontual, para resolver uma necessidade específica no âmbito do contrato, a subcontratação de terceiros para execução parcial do objeto poderá ser admitida mediante a competente, expressa e formal anuência da CMB, desde que demonstrada a inviabilidade técnico-econômica da execução integral pela CONTRATADA.

10.3.2.1.A subcontratação de serviços específicos a outra sociedade, empresário ou profissional autônomo não transferirá a esta a responsabilidade pela execução dos referidos serviços. A CONTRATADA responderá integralmente por quaisquer danos, ou prejuízos, causados diretamente à CMB, ou à terceiros, promovidos por ação, ou inação, da empresa subcontratada.

### 10.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

10.4.1.Considerando o interesse em garantir a contratação de empresa que reúna as condições de execução do objeto com a qualidade necessária, a LICITANTE deve atender os requisitos de **qualificação técnica para a licitação**, conforme Artigo 58 inciso II da Lei nº 13.303/2016.

10.4.2.A LICITANTE deverá apresentar, ao menos, 1 (um) atestado (carta, certificado ou instrumento semelhante), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento satisfatório, pertinente e compatível ao item I, que garanta a qualidade e entrega do serviço de desenvolvimento e implementação de serviço de e-commerce, desenvolvimento e implementação de identidade visual, desenvolvimento e implementação de arquitetura da informação, desenvolvimento de API's, integrações e capacitação, ao item II, que garanta a qualidade e a entrega do serviço de manutenção e suporte operacional da ferramenta de e-commerce e ao item III, que garanta a entrega e a qualidade do serviço de nuvem responsável pela hospedagem da solução.

Este documento foi assinado digitalmente por Adilio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.



10.4.3. À CMB reserva-se o direito de executar diligências para verificar e validar as informações prestadas no atestado de capacidade técnica fornecido pelo vencedor do certame. Também poderão ser requeridos cópia do contrato, nota fiscal ou qualquer outro documento que comprove, inequivocamente, a veracidade do atestado.

10.4.4. Considerando as características desta contratação, nos termos do Artigo da Lei nº 13.303/2016, a CMB exige o equivalente a **5% (cinco por cento) do valor total do contrato** para **Garantia de Execução Contratual** da CONTRATADA em favor da CMB.

10.4.5. Os requisitos acima exigidos para qualificação técnico-operacional da empresa participante do certame estão em conformidade com a legislação, devendo, uma vez CONTRATADA, manter as mesmas condições durante toda a execução contratual.

## 11. VIGÊNCIA CONTRATUAL

11.1. O instrumento de formalização contratual terá validade **por 12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo a prestação do serviço ser prorrogado por sucessivos períodos, de igual ou menor duração, para os itens 02 e 03, **até o limite de 60 (sessenta) meses**, em consonância com os termos do Artigo 71 da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CMB.

11.2. A prorrogação do contrato dependerá da economicidade e oportunidade da contratação, observada a necessidade e a verificação de preços e condições que comprovem vantajosidade para a CMB.

11.3. No período referente aos últimos 3 (três) meses de contrato, a CONTRATADA deverá colaborar com a transição contratual, caso ocorra, realizando a transferência dos serviços para a equipe interna da CMB e/ou para equipe de um eventual novo fornecedor que venha a substituí-la ao término do contrato, então vigente, para a prestação do serviço.

11.4. **A celebração do contrato estará condicionada a assinatura do Acordo de Confidencialidade de informações da CMB** (Anexo I - E), sendo a recusa passível de sanções administrativas.

## 12. SUMÁRIO DE ANEXOS

Anexo I - A: Integração ERP com a base intermediária;  
 Anexo I - B: Integração com Sistema de Logística da CMB;  
 Anexo I - C: Processo Macro de Integrações do e-Commerce;  
 Anexo I - D: Projeto Educacional;  
 Anexo I - E: Acordo de Confidencialidade;  
 Anexo I - F: Dados de acesso por usuários do Google Analytics; e  
 Anexo I - G: Planilha Orçamentária.

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





1. **Estrutura de Cliente (local de entrega das remessas):**    **Nome:** **CLIENTE**

ATRIBUTO	TIPO	TAMANHO	PREENCHIMENTO
CL_APLIC	Varchar	06	Aplicação na qual foi realizado o pedido
CL_STATUS	Varchar	01	M    obrigatório
CL_CPFCNPJ	Varchar	14	Obrigatório e válido - CPF OU CNPJ do cliente
CL_NOME	Varchar	60	Sem caracteres especiais e acento permitir letras A a Z, números 0 a 9 e os caracteres - . /
CL_PESSOA	Varchar	1	F = Física ou J = Jurídica
CL_IEST	Varchar	18	Inscrição Estadual (Obrigatório e válido. Se cliente isento de ICMS = ISENTO)
CL_END	Varchar	60	Obrigatório, sem caracteres especiais e acento, permitir letras A a Z, números 0 a 9 e os caracteres - . / No formato:  Logradouro, NúmeroEspaçoComplemento(opcional) Ex1: AVENIDA RIO BRANCO, 607 SALA 102 Ex2: AVENIDA RIO BRANCO, 0 S/N
CL_MUNIC	Varchar	25	
CL_UF	Varchar	02	Se cliente do exterior: = EX
CL_BAIRRO	Varchar	30	Obrigatório
CL_CEP	Varchar	08	Obrigatório e válido
CL_DDD	Varchar	03	
CL_TEL	Varchar	15	Obrigatório    No formato: Ex1: Com 10 dígitos: DDDTel (2 + 8)    ou Ex2: Com 11 dígitos: DDGTel (4 + 7)    ou Ex3: Com 08 dígitos: Tel (8)
CL_FAX	Varchar	15	
CL_TELEX	Varchar	10	
CL_CXPOST	Varchar	20	
CL_EMAIL	Varchar	50	Obrigatório permitir letras A a Z, números 0 a 9 e os caracteres    @ . - _
CL_CODMSG	Varchar	03	Codigo da mensagem
CL_COMLJ	Varchar	01	para JMJ e RONDON = N
CL_PAIS	Varchar	25	Descrição de país
CL_DELET	Varchar	01	Espaço
CL_CODMUN	Varchar	05	Cód.Município segundo tabela IBGE    obrigatório

Este documento foi assinado digitalmente por Adilio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





CL_CODPAIS	Varchar	05	Cód.País segundo tabela IBGE obrigatório
CL_SIMPLES	Varchar	01	1= Sim e 2= Não obrigatório Para JMJ e RONDON = 2
CL_INCULT	Varchar	01	1= Sim e 2= Não obrigatório Para JMJ e RONDON = 2

**Obs:**

- A manutenção desta tabela pode ser por inclusão e/ou alteração;
- *Sempre que houver uma alteração ou inclusão, o campo CL\_STATUS deve ser preenchido com M;*
- O atributo CL\_CPFCNPJ é o identificador do cliente. **SEXP – Sistema de Logística da CMB**

WSDL com XML

Url: <http://192.168.250.70:8080/sexp-ws/SexpWS?wsdl>**1- Criar remessa**

```

<soapenv:Envelope
xmlns:soapenv=http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/ xmlns:ws=http://ws.sexpwebsevice.cmb.gov.br
/>
<soapenv:Header/>
<soapenv:Body>
  <ws:incluirRemessa>
    <!--Optional:-->
    <remessa>
      <!--Optional:-->
      <altura>?</altura>
      <!--Optional:-->
      <chaveUnica>?</chaveUnica>
      <!--Optional:-->
      <codigoAgrupador>?</codigoAgrupador>
      <!--Optional:-->
      <codigoCliente>?</codigoCliente>
      <!--Optional:-->
      <codigoProduto>?</codigoProduto>
      <!--Optional:-->
      <comprimento>?</comprimento>
      <!--Optional:-->
      <dataEntrega>?</dataEntrega>
      <!--Optional:-->
      <enderecoDevolucao>
        <!--Optional:-->
        <bairro>?</bairro>
        <cep>?</cep>
        <!--Optional:-->
        <cidade>?</cidade>
        <!--Optional:-->
        <complemento>?</complemento>
        <!--Optional:-->
        <numero>?</numero>
        <!--Optional:-->
        <rua>?</rua>
        <!--Optional:-->

```

Este documento foi assinado digitalmente por Adilio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





```

<uf>?</uf>
</enderecoDevolucao>
<!--Optional:-->
<enderecoPrincipal>
  <!--Optional:-->
  <bairro>?</bairro>
  <cep>?</cep>
  <!--Optional:-->
  <cidade>?</cidade>
  <!--Optional:-->
  <complemento>?</complemento>
  <!--Optional:-->
  <numero>?</numero>
  <!--Optional:-->
  <rua>?</rua>
  <!--Optional:-->
  <uf>?</uf>
</enderecoPrincipal>
<idServico>?</idServico>
<!--Optional:-->
<instrucao1>?</instrucao1>
<!--Optional:-->
<instrucao2>?</instrucao2>
<!--Optional:-->
<instrucao3>?</instrucao3>
<!--Optional:-->
<instrucao4>?</instrucao4>
<!--Optional:-->
<largura>?</largura>
<!--Optional:-->
<nomeCliente>?</nomeCliente>
<ordenacao>?</ordenacao>
<!--Optional:-->
<peso>?</peso>
<quantidade>?</quantidade>
<!--Optional:-->
<responsavelDevolucao>
  <!--Optional:-->
  <cpf>?</cpf>
  <!--Optional:-->
  <nome>?</nome>
  <!--Optional:-->
  <setor>?</setor>
</responsavelDevolucao>
<!--Optional:-->
<responsavelRecebimento>
  <!--Optional:-->
  <cpf>?</cpf>
  <!--Optional:-->
  <nome>?</nome>
  <!--Optional:-->

```

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





```

    <setor>?</setor>
  </responsavelRecebimento>
  <!--Optional:-->
  <tipoEmbalagem>?</tipoEmbalagem>
  <!--Optional:-->
  <valor>?</valor>
</remessa>
</ws:incluirRemessa>
</soapenv:Body>
</soapenv:Envelope>

```

## 2 - Consulta Remessa

```
<soapenv:Envelope
```

```
xmlns:soapenv=http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/ xmlns:ws=http://ws.sexpwebsevice.cmb.gov.br/>
```

```

  <soapenv:Header/>
  <soapenv:Body>
    <ws:consultarRemessa>
      <!--Optional:-->
      <codigoProduto>?</codigoProduto>
      <!--Optional:-->
      <chaveUnica>?</chaveUnica>
    </ws:consultarRemessa>
  </soapenv:Body>
</soapenv:Envelope>

```

## 2 – Serviço de cálculo de frete

url: <https://servicocmb.pontualcargo.com.br/Servico/CalculoFreteService.asmx?wsdl>

```
<soapenv:Envelope
```

```
xmlns:soapenv=http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/ xmlns:tem=http://tempuri.org/>
```

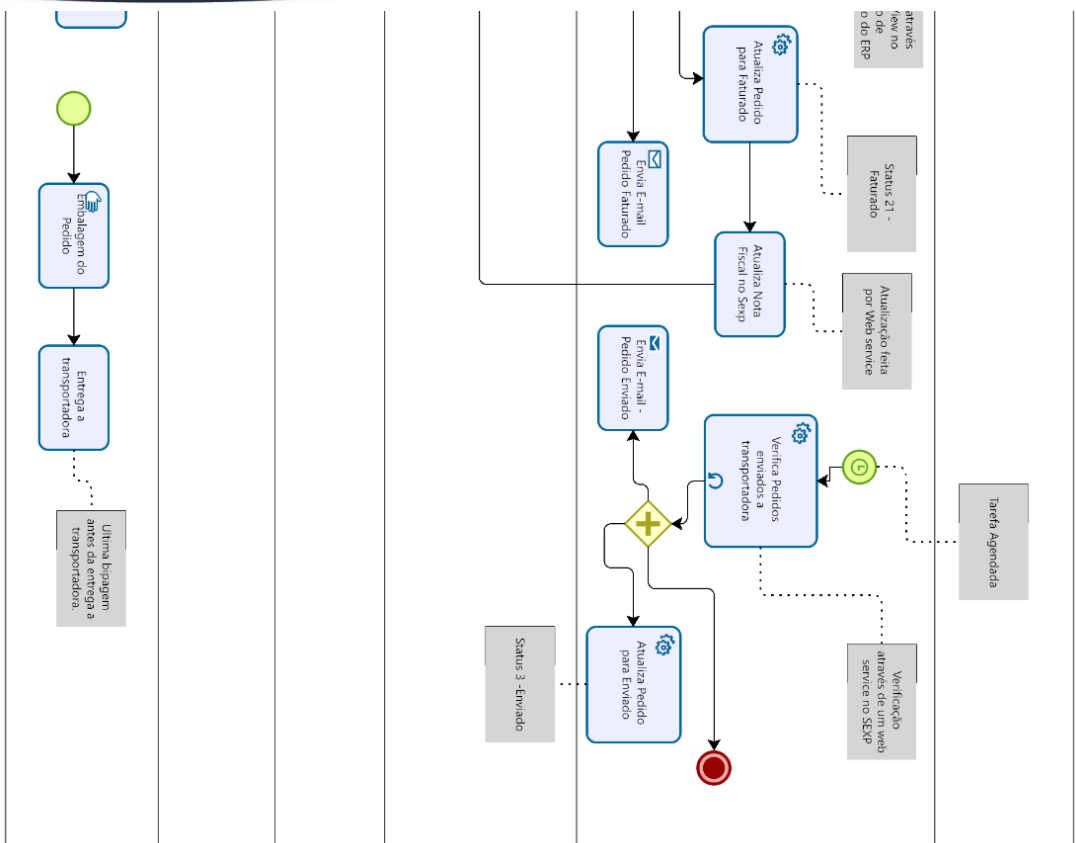
```

  <soapenv:Header/>
  <soapenv:Body>
    <tem:CalcularCustoPrazo>
      <!--Optional:-->
      <tem:calculoFreteRequest>
        <tem:Servico>?</tem:Servico>
        <!--Optional:-->
        <tem:CepRemetente>?</tem:CepRemetente>
        <tem:CodigoIBGERemetente>?</tem:CodigoIBGERemetente>
        <!--Optional:-->
        <tem:CepDestinatario>?</tem:CepDestinatario>
        <tem:CodigoIBGEDestinatario>?</tem:CodigoIBGEDestinatario>
        <tem:Peso>?</tem:Peso>
        <tem:Valor>?</tem:Valor>
        <tem:Altura>?</tem:Altura>
        <tem:Largura>?</tem:Largura>
        <tem:Comprimento>?</tem:Comprimento>
        <!--Optional:-->
        <tem:Produto>?</tem:Produto>
      </tem:calculoFreteRequest>
    </tem:CalcularCustoPrazo>
  </soapenv:Body>
</soapenv:Envelope>

```











Modalidade:	<input type="checkbox"/> Presencial	<input checked="" type="checkbox"/> A Distância	<input type="checkbox"/> Híbrido
-------------	-------------------------------------	---	----------------------------------

<b>JUSTIFICATIVA:</b>
Fatos identificados Devido a contratação de uma nova ferramenta de e-commerce necessitamos que o fornecedor administre a passagem de conhecimento para utilização da ferramenta.
Objetivo empresarial Solução de loja virtual, hospedada em tecnologias de computação baseada em nuvem sob a plataforma de Software como Serviço (SaaS), para atender as necessidades legais de um e-commerce e apoiar as estratégias da empresa. Visando a integração com os sistemas da CMB, que constituem a arquitetura da solução completa do negócio.

<b>OBJETIVOS DA AÇÃO EDUCACIONAL:</b>
Objetivo Geral: Operar ferramenta de e-commerce.
Objetivos Específicos: Gerenciar produtos, banners, categorias e tags; - Gerenciar relatórios; - Gerenciar clientes; - Gerenciar ambiente administrativo; - Gerenciar pedidos; - Gerenciar páginas; - Gerenciar usuários.

<b>ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO:</b>	
Metodologia: Participativa.	Número de Turmas: A definir pela CONTRATADA
Público-Alvo: DECOM	Número Total de Participantes: A definir pela CONTRATADA
Recursos Didáticos: Computador e internet	Carga Horária Diária: A definir pela CONTRATADA
Local: Estação de trabalho	Carga Horária Total: A definir pela CONTRATADA

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Elcio Skrock Antunes.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





Conteúdo Programático: Instruir o passo a passo da operacionalização da ferramenta de e-commerce.			
Avaliação:			
<input type="checkbox"/> Reação	<input checked="" type="checkbox"/> Aprendizagem	<input type="checkbox"/> Eficácia	<input type="checkbox"/> Resultado

<b>OBRIGAÇÕES DAS PARTES:</b>	
Obrigações da Contratada:	A CONTRATADA deve fornecer material necessário para o treinamento e capacitar os colaboradores envolvidos
Obrigações da CMB:	
<b>OBSERVAÇÕES:</b>	

<b>ESTIMATIVAS:</b>	
Prazo para execução da ação educacional:	A combinar
Prazo para entrega dos certificados:	Não cabe

<b>RESPONSÁVEIS – Assinatura:</b>	
Analista SEGEC:	
Titular da SEGEC:	
Titular da Área Demandante:	

O presente acordo é celebrado entre **CASA DA MOEDA DO BRASIL**, empresa pública federal criada pela Lei nº 5.895, de 19.06.1973, com sede em Brasília - DF,

e documento foi assinado digitalmente por Adilio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.



Este documento foi assinado digitalmente por Adilio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.

estabelecimento fabril na Rua René Bittencourt, nº 371, Distrito Industrial de Santa Cruz, Município do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 034.164.319/0005-06, doravante denominada **CMB**, neste ato constituída por seu Representante legal, Sr. Leonardo Abdias Nunes de Oliveira, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 105634597-78; na forma do seu Estatuto Social, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17.11.2020 e suas alterações, publicado no DOU de 18.12.2020; e a **OW-ONWAY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA**, estabelecida na Rua Deputado Vidal Vanhoni, 1381 - Tatuquara CEP: 81.470000, na cidade de Curitiba - Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 23.254.406/0001-04, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu Sócio, Sr. Eli Elcio Skrock Antunes, brasileiro, solteiro, portador da carteira nacional de habilitação (CNH) sob o Nº 04578130088, expedida em 19/02/2009 DETRANPR, cédula de identidade RG sob o nº 1.017.234.10 SESPPR, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº. 066.752.94970, conforme Terceira Alteração Contratual da Sociedade, datado de 30/09/2021; doravante denominada neste ato representada por seu representante legal também serão individualmente designadas ora como PARTE REVELADORA, ora como PARTE RECEPTORA e, coletivamente, serão designadas como PARTES.

#### CONSIDERANDO:

- Que a CMB é uma empresa pública federal provedora de soluções de segurança nos segmentos de meio circulante e pagamento, identificação, rastreabilidade, autenticidade, controle fiscal e postal;
- Que a OW-ONWAY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA; cujo objeto do presente instrumento é a contratação de prestação de serviços de solução para loja virtual com hospedagem em tecnologias de computação baseada em nuvem, sob a plataforma de Software como Serviço (SaaS), atendendo as necessidades legais de um e-commerce (comércio eletrônico), possibilitando a integração com as tecnologias da CMB e prestando serviços de desenvolvimento, implementação, treinamento e suporte operacional e manutenção, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência – ANEXO I, parte integrante deste Contrato;
- Que as partes irão transferir informações confidenciais pertinentes ao projeto de desenvolvimento de loja virtual, como a sua manutenção, hospedagem, suporte e passagem de conhecimento.
- Que a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de solução para loja virtual com hospedagem em tecnologias de computação baseada em nuvem, entre as partes, poderá gerar protótipos, pilotos, concepções, produtos, serviços, negócios e novas informações;
- Que para alcançar tais finalidades as PARTES se comprometem a proteger as informações compartilhadas de acordo com a forma e as condições a seguir estabelecidas.

Resolvem as PARTES acima qualificadas firmar o presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE para a manutenção do sigilo e do caráter de confidencialidade das informações transmitidas entre as PARTES no desenvolvimento das tratativas

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





preliminares e na execução do objeto descrito na cláusula primeira, observado o prazo previsto para as obrigações firmadas neste instrumento de ajuste.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO ACORDO**

O objeto deste ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE é estabelecer as condições de sigilo, confidencialidade e uso limitado das informações transmitidas pelas PARTES.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DEFINIÇÕES**

2.1 – Parte Reveladora: PARTE transmissora das informações confidenciais.

2.2 – Parte Receptora: PARTE receptora das informações confidenciais.

2.3 – Informação Confidencial: toda informação revelada a respeito ou associada ao objeto da licitação e/ou do contrato referente ao serviço de solução para loja virtual, transmitida sob a forma escrita, verbal, eletrônica ou por quaisquer outros meios, incluindo mas não se limitando à informação relativa às operações, processos, planos ou intenções, reuniões, conversações, negociações, informações sobre produção, instalações, equipamentos, estratégias empresariais, oportunidades de negócio, segredos de negócio, segredos de fábrica, dados comerciais, dados contábeis, balanços, habilidades especializadas, know-how, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, química, produtos, amostras, insumos, diagramas, desenhos de esquema industrial, descobertas, ideias, conceitos, patentes ou pedidos de patentes, programas de computadores, códigos-fonte, propriedade intelectual, matrizes de custos, composição de preços, planos de ação, características de produtos, relação de clientes, independentemente do suporte físico da informação revelada, salvo se constituírem uma das exceções estabelecidas na CLÁUSULA TERCEIRA.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE**

3.1 – As PARTES reconhecem que as referências do item 2.3 da Cláusula Segunda deste ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que venham a ser como tal definidas pelas PARTES no futuro deverão ser mantidas sob sigilo.

3.2 – Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, a PARTE RECEPTORA deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo Representante Legal da PARTE DIVULGADORA a tratá-la de forma distinta. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa da PARTE DIVULGADORA poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





## CLÁUSULA QUARTA – ABRANGÊNCIA

As obrigações de confidencialidade assumidas pelas PARTES no presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE não se aplicam, entretanto, às informações:

4.1 – Que a PARTE RECEPTORA possa comprovar que já eram de domínio público ou que se tornaram disponíveis para o público por outro meio sem sua interferência;

4.2 – Que já se encontrem de forma legítima sob a posse da PARTE RECEPTORA anteriormente à prestação das informações pela PARTE DIVULGADORA, conforme se comprovar por registros escritos e documentos formais;

4.3 – Que tenham sido recebidas pela PARTE RECEPTORA de terceiros que não possuíam, quando da transferência de informações, obrigações de confidencialidade perante a PARTE DIVULGADORA;

4.4 – Que tenham sido desenvolvidas de forma independente pela PARTE RECEPTORA, conforme se comprovar por registros escritos e documentos formais;

4.5 – Que sejam objeto de autorização de divulgação expressa e por escrito pelo Representante Legal da PARTE DIVULGADORA.

4.6 – Cujas revelação às entidades e órgãos do Estado competentes seja exigida por lei, comprometendo-se as PARTES com a obrigação de pronta notificação da requisição das informações ao Representante Legal da PARTE DIVULGADORA, limitando-se tal revelação ao mínimo necessário ao atendimento das determinações e diretrizes legais.

## CLÁUSULA QUINTA – FINALIDADES DO USO DAS INFORMAÇÕES

As informações prestadas pela PARTE DIVULGADORA deverão ser usadas pela PARTE RECEPTORA exclusivamente para o estabelecimento de tratativas e execução de negócios com a PARTE DIVULGADORA.

## CLÁUSULA SEXTA – EXTENSÃO A COLABORADORES

As informações prestadas pela PARTE DIVULGADORA não serão de modo algum distribuídas, reveladas ou divulgadas a terceiros pela PARTE RECEPTORA, exceto para seus empregados, funcionários, prepostos, prestadores de serviços, subcontratados e demais colaboradores, desde que tenham necessidade justificada de ter conhecimento das referidas informações confidenciais e que, previamente, estejam obrigados à confidencialidade por compromisso formal.

## CLÁUSULA SÉTIMA – CONFIDENCIALIDADE DAS AMOSTRAS

7.1 – A PARTE RECEPTORA obriga-se a tratar quaisquer amostras recebidas da PARTE DIVULGADORA como informações confidenciais, sem que se envolva ou sequer permita, sem o consentimento expresso, por escrito, da PARTE

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





DIVULGADORA, qualquer análise da composição, desmontagem, descompilação, ou engenharia reversa das amostras.

7.2 – A PARTE RECEPTORA manterá em sigilo quaisquer informações obtidas da inspeção das amostras, bem como os resultados de sua avaliação das amostras.

## **CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADE**

8.1 – O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE acarretará a responsabilidade civil, criminal e administrativa da parte responsável, bem como de todos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no respectivo descumprimento ou violação. As PARTES responderão por qualquer revelação não autorizada, efetuada por qualquer dos seus empregados ou contratados que tenham recebido quaisquer informações confidenciais e tomará as providências necessárias para impedi-los de revelar ou utilizar, de forma não autorizada, as informações confidenciais.

8.2 – A PARTE RECEPTORA de informações confidenciais protegidas por este ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE que violar as obrigações nele previstas sujeita-se ao pagamento de indenização e/ou de ressarcimento à PARTE DIVULGADORA pelas perdas, danos, lucros cessantes, danos indiretos a que der causa e quaisquer outros prejuízos patrimoniais ou morais suportados pela PARTE DIVULGADORA.

8.3 – A PARTE DIVULGADORA assume toda e qualquer responsabilidade pela titularidade de direitos da propriedade intelectual e demais ativos intangíveis cujas informações sejam transmitidas nessa condição à PARTE RECEPTORA, obrigando-se a responder administrativa, civil e penalmente por qualquer reclamação de terceiros quanto à divulgação não autorizada de tais informações à PARTE RECEPTORA.

8.4 – A PARTE RECEPTORA é responsável pela devida guarda das informações confidenciais e pela pronta notificação da PARTE DIVULGADORA, por escrito, sobre qualquer perda ou destruição dessas informações, incluindo originais e cópias, comprometendo-se a empreender esforços para a localização, recuperação e devolução das informações confidenciais perdidas ou destruídas.

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CMB, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Artigo 83 da Lei nº13.303/2016.

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.



## CLÁUSULA NONA – DEVOLUÇÃO E DESCARTE DE INFORMAÇÕES

A PARTE RECEPTORA recolherá e encaminhará à PARTE DIVULGADORA, após solicitação formal desta, todo e qualquer material que contenha as informações confidenciais objeto do presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE, inclusive os documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob controle da PARTE RECEPTORA ou sob a posse de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço e fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que haja obtido acesso.

## CLÁUSULA DÉCIMA – PROGRAMA DE INTEGRIDADE

10.1 - Na execução do presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE é vedado à CMB e à Contratada e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu: a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada; b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Acordo; c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Acordo, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Acordo; ou e) de qualquer maneira fraudar o presente Acordo; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 e suas alterações, do Decreto nº 8420/2015 ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Acordo.

10.2 – As PARTES se comprometem com a integridade nas relações público-privadas e com as orientações e políticas da CMB, inclusive com previsão de aplicação do Programa de Integridade, se for o caso, principalmente com relação à vedação de práticas de fraude e corrupção – materializada por declaração de terceiro.

10.3 – Caso a **OWONWAY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA** pratique atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, estará sujeita a rescisão contratual sem prejuízo de outras sanções legais ou contratuais.

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





10.4 – Em caso de ato de corrupção a parte envolvida será responsabilizada.

10.5 – As PARTES se comprometem ao estrito cumprimento ao Programa de Integridade da CMB.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESOLUÇÃO DE DISPUTAS E LITÍGIOS**

11.1 – Disputas e litígios concernentes ao presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE serão dirimidas, preferencialmente, por resolução amigável entre as PARTES.

11.2 – Para os casos em que não alcançada a resolução amigável de disputas e litígios concernentes ao presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE, reconhecem as PARTES como competente para resolução judicial o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1 – O presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE somente poderá ser alterado, substituído ou cancelado por outro acordo celebrado por escrito e firmado pelas PARTES.

12.2 – Nenhuma das PARTES poderá ceder seus direitos ou obrigações decorrentes do presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE sem o consentimento por escrito da outra PARTE.

12.3 – As disposições do presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE não serão interpretadas de modo a representar a transferência de titularidade de direitos de propriedade intelectual ou demais ativos intangíveis entre as PARTES, assim como não representarão a formação de *joint venture*, sociedade, ou operação societária entre as PARTES pactuantes.

12.4 – O presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE é válido pelo prazo de até 5 (cinco) anos contados do encerramento do contrato de prestação de serviço de solução para loja virtual com hospedagem em tecnologias de computação baseada em nuvem.

Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





**CASA DA MOEDA  
DO BRASIL**

Anexo I - E – Acordo de Confidencialidade

E por estarem assim justas e contratadas, as PARTES, juntamente com as testemunhas, assinam o presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE, em duas vias de igual teor e forma.

**CASA DA MOEDA DO BRASIL – CMB**  
**Leonardo Abdias Nunes de Oliveira**

--

**OW-ONWAY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA**  
**Eli Elcio Skrock Antunes**

--

**TESTEMUNHAS:**

**1º OW-ONWAY**

--

**2º CMB**

--

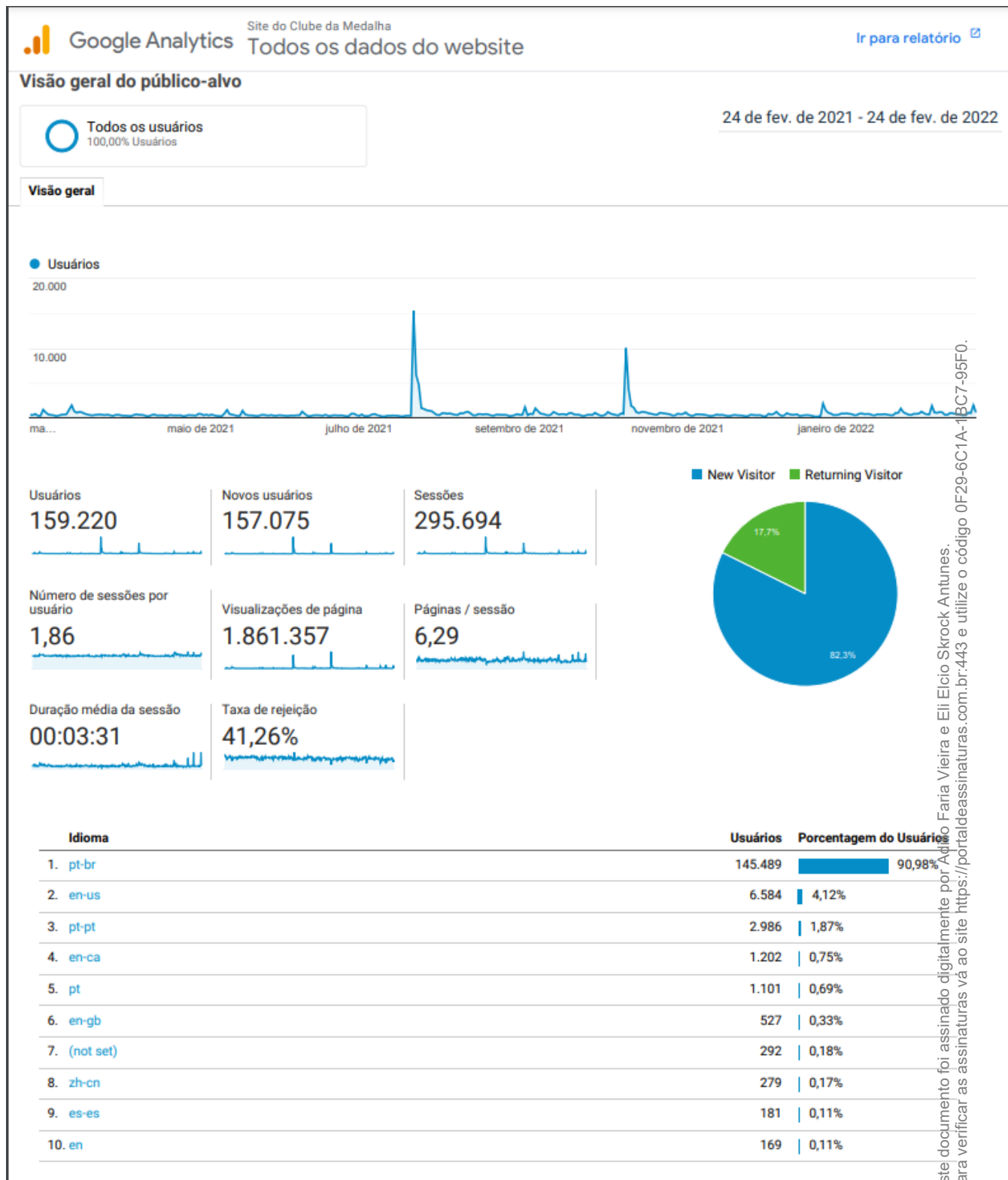
Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.





## ANEXO I – F Dados de acesso por usuários do Google Analytics

1 - Relatório de acesso de usuários ao e-commerce do Clube da Medalha durante o período de 24 de fevereiro de 2021 à 24 de fevereiro de 2022.



Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.



Este documento foi assinado digitalmente por Adílio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.



ANEXO I – G Planilha Orçamentária	
Número do Processo Administrativo:	Número do Termo de Referência: 151-DETIC-DECOM
Assunto: Planilha Orçamentária para contratação da solução de TIC: Prestação de serviço para solução de plataforma de e-commerce	

Empresa Proponente:  
CNPJ (MF):  
Inscrição Estadual:  
Endereço:  
Data:  
Contato:

Descrição	Qtd.	Preço em Reais, pago em uma única parcela após a entrega	Valor Total (R\$)
LOTE 1 - ITEM 1 - Desenvolvimento e implementação de serviço de e-commerce, desenvolvimento e implementação de identidade visual, desenvolvimento e implementação de arquitetura da informação, desenvolvimento de API's, integrações, capacitação e customizações da solução.	01		
Tributos			
Outros encargos			
Subtotal 1 (Item 1 + Tributos + Outros encargos):			R\$
Descrição	Qtd. (meses)	Preço mensal em Reais	Valor Total em Reais para 12 meses
LOTE 1 - ITEM 2 - Prestação de serviço da Solução: incluindo a sua manutenção e suporte operacional.	12		
Tributos			
Outros encargos			
Subtotal 2 (Item 2 + Tributos + Outros encargos):			R\$
LOTE 1 - ITEM 3 – Prestação de serviço de disponibilidade do ambiente: incluindo a manutenção e o suporte operacional do ambiente.	12		

Este documento foi assinado digitalmente por Adilio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.



Tributos			
Outros encargos			
Subtotal 3 (Item 3 + Tributos + Outros encargos)			R\$
Valor Total da Proposta (Subtotal 1 + Subtotal 2 + Subtotal 3)			R\$

OBS.: A planilha orçamentária deverá conter todas as informações necessárias para formação de preços, a fim de propiciar sua avaliação pela CMB e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, evitando sobrepreços, superfaturamento ou a inclusão indevida de custos.

Este documento foi assinado digitalmente por Adilio Faria Vieira e Eli Elcio Skrock Antunes.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0F29-6C1A-1BC7-95F0.



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0F29-6C1A-1BC7-95F0> ou vá até o site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0F29-6C1A-1BC7-95F0



### Hash do Documento

19FC01557C6462DBE7C273A5E0439970D435EAAFCD26F10AD9EA38977A24B6A8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/08/2022 é(são) :

☒ Adilio Faria Vieira (Testemunha) - 067.044.989-07 em 08/08/2022

17:02 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

☒ Eli Elcio Skrock Antunes - 066.752.949-70 em 08/08/2022 12:06

UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital



**Leandro Ferreira Ribeiro**

---

**De:** Marcelo Andrade de Jesus <MANDRADE@senado.leg.br>  
**Enviado em:** terça-feira, 23 de maio de 2023 15:54  
**Para:** SACTI - Serviço de Apoio às Contratações de TI  
**Assunto:** RES: Verificação do Contrato nº 1185/2022 da Casa da Moeda

Prezado, Leandro.

Após a análise do contrato em anexo, verifiquei que os itens 2 e 3 juntos do contrato da Casa da Moeda correspondem ao item 3 do TR de contratação de Livraria Virtual para o Senado Federal.

Att,  
Marcelo

---

**De:** SACTI - Serviço de Apoio às Contratações de TI  
**Enviada em:** terça-feira, 23 de maio de 2023 15:41  
**Para:** Marcelo Andrade de Jesus <MANDRADE@senado.leg.br>  
**Assunto:** Verificação do Contrato nº 1185/2022 da Casa da Moeda

Prezado Marcelo,

Solicitamos a verificação do contrato da Casa da Moeda em anexo, a fim de verificar se há correspondência com os itens do objeto a ser contratado pelo Senado Federal.

Atenciosamente,

**Leandro Ribeiro**

Serviço de Apoio às Contratações de TI (SACTI) - PRODASEN

Senado Federal | Praça dos Três Poderes | Via N2 | Anexo "C" | CEP 70165-900 | Brasília DF

Telefone: +55 (61) 3303-2549

CNPJ: 00.530.279/0001-15

e-mail: [contratacaoti@senado.leg.br](mailto:contratacaoti@senado.leg.br)



CNPJ: 00.530.279/0001-15

---



**CONTRATO Nº 1185/2022**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLUÇÃO PARA LOJA VIRTUAL, QUE ENTRE SI FAZEM A **CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB E A OW-ONWAY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA**, NA FORMA ABAIXO:

CASA DA MOEDA DO BRASIL - **CMB**, empresa pública, criada pela Lei nº 5.895, de 19.06.73, com sede em Brasília(DF), estabelecimento fabril na Rua René Bittencourt nº 371, Distrito Industrial de Santa Cruz, Município do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 34.164.319/0005-06, neste ato representada conforme seu Estatuto Social, doravante denominada **CMB e OW-ONWAY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA**, estabelecida na Rua Deputado Vidal Vanhoni, 1381, Tatuquara – Curitiba/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 23.254.06/0001-04, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu Sócio, Sr. Adílio Faria Vieira, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG sob o nº 9796274-0 SESP-PR e CPF/MF nº 067.044.989-07, conforme 5ª Alteração Contratual da Sociedade, datada de 10/11/2023, tendo em vista o que consta no processo 18750.109518/2022-12, e em observância às disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da CMB, têm justo e acordado o presente instrumento, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir, que mutuamente outorgam e aceitam, pela Lei nº 13.303, de 30/06/2016, e pelos preceitos de Direito Privado, respectivamente no que couber.

a) E-mail da contratada, de 03/06/2024.

**I – OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo em conformidade com o artigo 71, da Lei nº 13.303/16, tem por objeto proceder alterações ao Contrato Original, cujo escopo é a prestação de serviços de solução para loja virtual com hospedagem em tecnologias de computação baseada em nuvem, sob a plataforma de Software como Serviço (SaaS), atendendo as necessidades legais de um e-commerce (comércio eletrônico), possibilitando a integração com as tecnologias da CMB e prestando serviços de desenvolvimento, implementação, treinamento e suporte operacional e manutenção.

**II - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**CLÁUSULA SEGUNDA** - Nos termos dos dispositivos legais supra, as partes contratantes, após entendimentos havidos, resolvem:







2.1 – Prorrogar o prazo preceituado na CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA, para os itens 02 e 03, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 09/08/2024, sob condição resolutiva de contratação mais vantajosa.

2.2 – Fica resguardado o direito ao reajustamento contratual, nos termos da CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE, do Contrato original.

### III - VALOR DO ADITIVO

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O valor global do presente Termo Aditivo é de R\$ 35.036,40 (trinta e cinco mil e trinta e seis reais, e quarenta centavos).

**PARÁGRAFO ÚNICO** – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos (federais, estaduais e municipais), transporte, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem necessárias ou indispensáveis à perfeita execução do objeto da contratação.

### IV – GARANTIDA DO ADITIVO

**CLÁUSULA QUARTA** – A CONTRATADA em consonância ao subitem 7.8 do Contrato Original, prestará garantia no valor de R\$1.751,82 (um mil, setecentos e cinquenta e um reais, e oitenta e dois centavos), correspondentes a 5% (cinco por cento) do valor deste Aditivo, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos, contados de sua assinatura, que será liberada de acordo com as condições previstas no Edital, conforme disposto no art. 70 da Lei 13.303, de 2016, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da CMB.

### V – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**CLÁUSULA QUINTA** – Os recursos orçamentários para cobertura da presente contratação serão extraídos do Orçamento da CMB aprovado para os exercícios de 2024 e 2025, mais especificamente da rubrica denominada “Serviços de Terceiros”.

### VI – DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA SEXTA** - As partes contratantes ratificam pelo presente Termo Aditivo, todas as demais cláusulas e condições avençadas no Contrato original, no que não colidirem com os termos ora estabelecidos.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - As despesas decorrentes da publicação do extrato deste instrumento no D.O.U. serão de inteira responsabilidade da **CMB**.





Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo foi lavrado e, depois de lido e achado em ordem, assinado pelos contraentes.

**CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB**

--

**OW-ONWAY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA**

--

**TESTEMUNHAS:**

--	--





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Tecnologia da Informação – Prodasen – Bloco 1  
Serviço de Apoio às Contratações de TI – SACTI

Solicitamos a V.S.<sup>a</sup>,

Apresentar COTAÇÃO DE PREÇOS a fim de subsidiar este Órgão na estimativa de preços praticados no mercado visando aferir os custos do objeto abaixo especificado. Para facilitar a análise de vossa resposta, solicitamos que os custos sejam informados de acordo com o **MODELO DE ESTIMATIVA DE PREÇOS** encaminhado junto a presente solicitação, podendo o mesmo ser respondido preenchendo-o ou, caso prefira, utilizando papel timbrado da Empresa. A cotação em epígrafe deverá ser encaminhada ao e-mail: [contratacaoti@senado.leg.br](mailto:contratacaoti@senado.leg.br)

Certos de contarmos com a colaboração de vossa Empresa, solicitamos responder esta pedido de cotação **com a maior brevidade possível**. Desde já, agradecemos sua participação.

CONFIRMAÇÃO DO RECEBIMENTO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

OW-ONWAY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA ME

CNPJ

23.254.406/0001-04

ENDEREÇO

DEP. VIDAL VANHONI 1381

CIDADE : CURITIB

UF: PR

CEP: 81470470

CONTATO NA EMPRESA

ELI ELCIO

E-MAIL: ELIELCIO@ONWAY.COM.BR

FONES: 41991521327

MICRO EMPRESA / EPP / COOPERATIVA (Decreto 7.174/2010 – Lei Complementar 123/2006)

ME/EPP ( ☒ ) COOPERATIVA ( ☐ )

Processo nº 00200.021715/2024

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Prestação de serviços de solução integrada para o gerenciamento da Livraria do Senado Federal, abrangendo a comercialização eletrônica das publicações editadas pelo Senado Federal e a gestão de vendas em múltiplos canais, incluindo feiras e pontos de venda físicos. A solução contratada deverá incluir: implantação da Livraria Virtual do Senado Federal com migração dos dados atuais, treinamento, fornecimento de plataforma para serviços de comercialização eletrônica (e-commerce) em modelo SaaS, controle de estoques e gestão unificada de pedidos, pelo período de 24 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Tecnologia da Informação – Prodasen – Bloco 1  
Serviço de Apoio às Contratações de TI – SACTI

MODELO DE ESTIMATIVA DE PREÇOS						
Informamos que o preço estimado fixado por item, total do item e total global da proposta, em moeda nacional (R\$ - Reais), deve abranger todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita contratação do objeto:						
Prestação de serviços de solução integrada para o gerenciamento da Livraria do Senado Federal, abrangendo a comercialização eletrônica das publicações editadas pelo Senado Federal e a gestão de vendas em múltiplos canais, incluindo feiras e pontos de venda físicos. A solução contratada deverá incluir: implantação da Livraria Virtual do Senado Federal com migração dos dados atuais, treinamento, fornecimento de plataforma para serviços de comercialização eletrônica (e-commerce) em modelo SaaS, controle de estoques e gestão unificada de pedidos, pelo período de 24 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência						
Processo nº 00200.021715/2024						
A proposta deverá atender todas as especificações constantes do Termo de Referência ou Projeto Básico. Em caso de esclarecimentos técnicos e demais dúvidas quanto às especificações e fornecimento do objeto supracitado, favor contatar:						
Sr. <b>Fernando Rodrigues Ferreira</b>						
E-mail : <a href="mailto:fernando.rodrigues@senado.leg.br">fernando.rodrigues@senado.leg.br</a> fone : <b>(61) 3303-2515</b>						
Item	Produtos	CATSER / CATMAT	Unidade	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Serviço de Implantação de solução de e-commerce de Livraria Virtual	26972	Unid.	1	120.000,00	120.000,00
2	Serviço de treinamento operacional para uso da solução	3840	Unid.	1	12.000,00	12.000,00
3	Serviço de solução para e-commerce, com manutenção, suporte operacional e atualizações da plataforma	27073	Mês	24	15.000,00	360.000,00
						VALOR GLOBAL TOTAL
➔ Esta Proposta tem validade mínima de 60 dias. Caso a empresa forneça um prazo maior, solicitamos dias da emissão desta.					120	R\$ 492.000,00
Sim	Esta proposta está consoante todas as especificações contidas no Termo de Referência/Projeto Básico recebido em anexo à solicitação desta cotação de preços, inclusive com relação à prazos.					
LOCAL / DATA DA ESTIMATIVA DE PREÇOS		CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RECEBIMENTO ou ASSINATURA ELETRÔNICA (Campo obrigatório)				
CURITIB, 19 de março de 2025		<div>OW-ONWAY SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA:2325440 6000104</div> <div>Assinado digitalmente por OW-ONWAY SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA:23254406000104 ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=PR, L=Curitiba, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=29773922000113, OU=Videoconferencia, OU=Certificado PJ A1, CN=OW-ONWAY SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA:23254406000104 Razão: Eu sou o autor deste documento Localização: Data: 2025.03.19 11:43:11-03'00' Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0</div>				





## SENADO FEDERAL

## CONTRATO Nº 2018/0095

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, a empresa **OW-ONWAY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA**, para o fornecimento de solução *e-commerce* para comercialização eletrônica das publicações editadas pelo Senado Federal, compreendendo a implantação da Livraria Virtual do Senado Federal com migração dos dados atuais; treinamento; prestação de serviços de Internet, de comercialização eletrônica (*e-commerce*) de suporte técnico e atualização de versão para a toda solução contratada, pelo período de 12 (doze) meses.

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, e a empresa **OW-ONWAY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA**, com sede na Av. Winston Churchill, 2775 ou 2787 – Sobreloja 02, Curitiba/PR, CEP: 81.150-051, telefone nº (41) 3268-2124, CNPJ-MF nº 23.254.406/0001-04, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. ANDRÉ DE SIQUEIRA NEU JUNIOR, RG. 10.183.887-0, expedida pela SSP/PR, CPF nº. 066.056.859-46, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 071/2018**, homologado pela Senhora Diretora-Geral, conforme documento digital nº 00100.111659/2018-08 do Processo nº 00200.002605/2018-16, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento digital nº 00100.111461/2018-16 a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V da Resolução nº 13 de 2018 e do Ato da Diretoria-Geral nº 9 de 2015, e das cláusulas seguintes:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o fornecimento de solução *e-commerce* para comercialização eletrônica das publicações editadas pelo Senado Federal, compreendendo a implantação da Livraria Virtual do Senado Federal com migração dos dados atuais; treinamento; prestação de serviços de Internet, de comercialização eletrônica (*e-commerce*), de suporte técnico e atualização de versão para a toda solução contratada, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato, do edital e seus anexos.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:





**SENADO FEDERAL**

- I -** manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- II -** apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III -** efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- IV -** manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;
- V -** manter preposto para este contrato que irá representá-la sempre que for necessário;
- VI -** garantir que os dados mantidos pela aplicação não serão divulgados, cedidos ou comercializados, conforme os termos constantes do Anexo 7 do edital;
- VII -** preservar a integridade, a disponibilidade e a confidencialidade dos serviços prestados, de forma a impedir o comprometimento ou a indisponibilidade dos serviços por ela providos sob o nome de domínio senado.leg.br;
- VIII -** preservar a integridade, a disponibilidade e a confidencialidade da base de dados da solução e das informações nela contidas;
- IX -** garantir acesso para auditoria do funcionamento da aplicação, das transações comerciais e das bases de dados utilizadas pela aplicação;
- X -** garantir a preservação dos logs de acesso à aplicação Livraria Virtual nos prazos estabelecidos pela Lei nº 12.965/2014.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – É obrigação do CONTRATANTE, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I -** fornecer todos os dados auxiliares necessários à implantação, hospedagem e funcionamento da Livraria Virtual quando solicitado pela CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.





## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO QUARTO** – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do Senado.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO DE LIVRARIA VIRTUAL COM MIGRAÇÃO DE DADOS ATUAIS (ITEM 1)**

A CONTRATADA executará os serviços objeto deste contrato, compreendendo a implantação da solução de Livraria Virtual do Senado Federal com a migração dos dados atuais, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar do recebimento da via assinada do contrato, que ocorrerá nas dependências do SENADO.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA irá elaborar o leiaute da Livraria Virtual e a parametrização da mesma com a solução de *e-commerce*, atendendo a todos os requisitos constantes na Cláusula Sexta e no Anexo 2 do edital.

**I** - Em até 5 (cinco) dias corridos após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá comparecer no SENADO, mediante agendamento através do telefone (61) 3303-3777, para a reunião de orientação e *briefing*, ocasião em que serão repassadas as instruções relacionadas a layout e padrão visual.

**II** – Após a reunião de orientação e *briefing*, dá-se início ao prazo limite de 45 (quarenta e cinco) dias corridos para que seja desenvolvida e entregue a implantação da solução.

**III** - Após aprovado o leiaute, realizada a parametrização com a solução, sua referida ativação e os testes necessários, a CONTRATADA deverá hospedar a plataforma da Livraria Virtual em suas dependências (externo ao Senado Federal) atendendo à Tabela de requisitos mínimos (Anexo 2 do edital – Especificações Técnicas), inclusive aquelas necessárias a comunicações com outras plataformas externas - como a dos Correios para integração de dados para envio, sistemas de pagamento via cartões de crédito/débito, geração de código de rastreamento e demais funcionalidades dentro do site da Livraria Virtual e a do Banco do Brasil para sistema de pagamento – geração de Guia de Recolhimento da União simples e Guia de Recolhimento da União cobrança, além do processamento do arquivo de retorno.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Após cumpridas as etapas descritas no Parágrafo Primeiro desta cláusula e verificado se todos os requisitos foram atendidos, deverá ser realizado o serviço de migração de dados das informações constantes nos sistemas da livraria atualmente vigente.

**I** – O SENADO fornecerá todos os dados a serem migrados em formato de planilha e/ou banco de dados.



**SENADO FEDERAL**

**II** - Os dados referentes ao ambiente computacional onde está hospedada a solução atual podem ser encontrados no Anexo 3 do edital.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Efetivada a prestação do serviço (Item 1), o objeto será recebido:

**I** – **provisoriamente**, pelo órgão recebedor do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade das especificações; e

**II** – **definitivamente**, pelo gestor responsável pela fiscalização do ajuste ou, nos casos em que se enquadrarem no §8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, por comissão designada pela Diretora-Geral, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, após verificação da qualidade dos dados migrados.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Os serviços serão avaliados pelo fiscal do contrato para verificação do atendimento às exigências descritas neste contrato, no edital e seus anexos.

**I** - O fiscal do contrato poderá aceitar serviços com especificações, qualidade e desempenho superiores aos mínimos descritos neste contrato, no edital e seus anexos, e na proposta da CONTRATADA, desde que não comprometa a finalidade a que se destina.

**II** - Havendo alguma pendência, o fiscal do contrato solicitará à CONTRATADA a devida correção, sem prejuízo de eventuais penalidades que venham a ser aplicadas, informando aos demais envolvidos na gestão/fiscalização via mensagem eletrônica (preferencialmente) ou via ofício (se alguma situação assim requerer).

**III** - Situações de exceção deverão ser avaliadas caso a caso pelo fiscal do contrato, definindo os procedimentos mais adequados para o seu encaminhamento, levando em consideração a realidade e conjuntura do SENADO, a natureza da situação e eventuais consequências positivas e negativas que possam surgir.

**CLÁUSULA QUARTA – DO TREINAMENTO (ITEM 2)**

A CONTRATADA deverá fornecer treinamento relativo à administração, operacionalização, configuração e à utilização da solução contratada (Item 1), a ser realizado presencialmente, nas dependências da SEGRAF, localizada na Via N2, Bloco 7, CEP: 70.165-900, SENADO, com limite de 8 (oito) alunos e duração de 20 horas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O prazo para início do treinamento deverá ser de até 10 dias corridos contados do recebimento, por parte da CONTRATADA, da ordem de serviço para início do treinamento que será emitida pelo fiscal do contrato.

**I** – Em um prazo de até 5 dias úteis, o SENADO irá emitir uma Ordem de Serviço para que a CONTRATADA providencie o treinamento.





## SENADO FEDERAL

**II** - A Ordem de serviço será emitida após avaliação do fiscal do contrato de que a solução proposta esteja em condições de uso pela equipe do Senado, mesmo em ambiente de testes e que ainda não esteja em operação.

**III** - O limite de prazo para a conclusão do treinamento será de 5 dias úteis após seu início.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Todas as despesas decorrentes do serviço de Treinamento (alocação de instrutores, confecção de material didático, despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação dos instrutores, etc.) são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O SENADO disponibilizará a sala para o treinamento, equipada com projetor e estações de trabalhos ligadas em rede.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Ao final do treinamento, os alunos deverão ser capazes de operar de forma plena o sistema, de modo a utilizar todos os recursos existentes, inclusive os requisitos dispostos no Anexo 2 do edital.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O SENADO poderá indicar alunos até o dia anterior ao do treinamento.

**PARÁGRAFO SEXTO** – A CONTRATADA deverá assegurar-se de que os alunos assinem diariamente lista de presença.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Ao final do treinamento pela CONTRATADA, deverá ser realizada junto aos participantes uma avaliação do curso por meio do formulário de Avaliação, constante do Anexo 9 do edital.

**I** - As avaliações deverão ser preenchidas e assinadas pelos alunos e entregues à equipe do SENADO responsável pela Fiscalização do Serviço.

**II** – O valor final da avaliação individual dos alunos será calculado pela média de cada item respondido no formulário de avaliação. A avaliação final do curso será calculada pela média das avaliações individuais dos alunos.

**PARÁGRAFO OITAVO** – O curso será refeito se a média da avaliação do treinamento por parte dos alunos da turma for inferior a 7 (sete) pontos em 10, sem gerar novas despesas para o SENADO.

**I** – Ao final do treinamento, sendo a média da avaliação igual ou superior a 7 (sete) pontos, o fiscal emitirá o Termo de Recebimento Definitivo do Treinamento realizado, em até 5 (cinco) dias corridos.

**II** - Ao final do treinamento, sendo a média da avaliação inferior a 7 (sete) pontos, o fiscal encaminhará nova ordem de serviço para a empresa reaplicar o treinamento.



**SENADO FEDERAL**

**PARÁGRAFO NONO** – A reaplicação deverá iniciar-se em até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de serviço.

**I** - O limite de prazo para a conclusão da reaplicação do treinamento será de, igualmente 5 (cinco) dias úteis após seu início.

**II** - A reaplicação de algum treinamento, pelo efeito das avaliações, não eximirá a CONTRATADA de outras sanções previstas, conforme previsto na Cláusula Décima Terceira.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Os gestores e fiscais do contrato poderão participar como “ouvintes”, com o objetivo de avaliar o conteúdo apresentado, não sendo contabilizados como alunos matriculados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – Efetivada a prestação do serviço de treinamento (Item 2), o objeto será recebido:

**I – definitivamente**, pelo gestor responsável pela fiscalização do ajuste ou, nos casos em que se enquadrarem no §8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, por comissão designada pela Diretora-Geral, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, após verificação da média da avaliação, que deverá ser igual ou superior a 7 (sete) pontos, conforme o nível de serviço prestado, de acordo com os requisitos constantes da Cláusula Sexta.

**CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET DE  
COMERCIALIZAÇÃO ELETRÔNICA (E-COMMERCE), DO SUPORTE TÉCNICO E  
ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO (ITEM 3)**

A CONTRATADA executará os serviços de prestação de serviços de Internet de comercialização eletrônica (*e-commerce*), incluindo suporte técnico e atualização de versão pelo período de 12 (doze) meses, que deverá iniciar 1 (um) dia útil, após o recebimento definitivo do Item 1.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CONTRATADA deverá manter a solução completa de livraria virtual (item 1) através do serviço de hospedagem com comercialização eletrônica, utilizando todos os recursos próprios necessários para implantação da solução, fornecendo uma plataforma externa ao Senado Federal, bem como todo o ambiente tecnológico necessário à operação das vendas on-line dos produtos da Livraria Virtual, incluindo infraestrutura e servidor para armazenamento, canal de comunicação com a internet, integração com os formatos de pagamento escolhidos, sistemas de segurança e suporte técnico aos administradores da livraria.

**I** - Os serviços de loja virtual serão prestados em nuvem, ou seja, a CONTRATADA disponibilizará toda a plataforma necessária para a execução do serviço em um ambiente virtual fora da infraestrutura do SENADO.







## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Os serviços contratados para este item configuram o modelo conhecido como *SaaS – Software as a Service*, ou seja, o provimento e sustentação de toda a infraestrutura necessária para o atendimento do serviço é de responsabilidade da CONTRATADA e deverá ser hospedado fora da infraestrutura tecnológica do SENADO.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A solução deverá ser completamente integrada aos sistemas/aplicativos dos Correios e do Banco do Brasil, inclusive associando separadamente cada pedido aos valores do arquivo retorno fornecido pelo Banco.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O backup de todos os dados deverá ser realizado pela CONTRATADA, sem ônus adicional ao SENADO, com periodicidade mínima diária, e poderá ser solicitado a qualquer momento pelo SENADO.

**I** - Os dados de backup solicitados deverão ser fornecidos no formato de arquivo do Microsoft Excel (extensão .xlsx) ou no formato do sistema de banco de dados, a critério do SENADO.

**II** - O prazo máximo para o fornecimento dos dados solicitados pelo SENADO é de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da solicitação.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Todos os dados de clientes, catálogo de produtos, pedidos e demais relacionados ao negócio do SENADO são de propriedade do SENADO e deverão ser fornecidos a qualquer momento, a pedido, sem ônus adicional ao SENADO.

**PARÁGRAFO SEXTO** – A CONTRATADA deverá garantir a disponibilidade e o perfeito funcionamento da solução contratada durante toda a vigência contratual, mantendo-a atualizada até a última versão disponível, e por meio da correção de defeitos e do atendimento aos chamados técnicos.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O serviço de Suporte Técnico abrange, para todos os produtos componentes da solução, o apoio técnico, diagnóstico e tratamento de incidentes, correção de defeitos e acesso à base de conhecimento técnico.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Para o serviço de suporte técnico, a CONTRATADA deverá manter um canal de atendimento para abertura de chamados técnicos, de segunda a sexta-feira, entre 8 (oito) e 18 (dezoito) horas, exceto feriados nacionais e locais de Brasília.

**I** - Esse canal de atendimento deverá ser acionado por meio de ligação telefônica gratuita ou ligação local em Brasília-DF, Skype e e-mail, podendo a CONTRATADA, adicionalmente, disponibilizar abertura de chamados pela Internet. Em todos os casos, a atendimento deve ser efetuado em Língua Portuguesa.

**II** - O suporte técnico será realizado remotamente e, no caso de necessidade de comparecimento às instalações do SENADO, o local será nas dependências do SENADO FEDERAL (VIA N2, CEP 70165-900, BRASÍLIA, DF).



**SENADO FEDERAL**

**PARÁGRAFO NONO** - Para fins de abertura de ocorrência, o SENADO fornecerá as seguintes informações à CONTRATADA:

- I** – Anormalidade observada;
- II** – Identificação do responsável pela solicitação dos serviços; e
- III** - Número de telefone e e-mail para contatos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Na abertura do chamado, a CONTRATADA deverá fornecer um número de registro para acompanhamento dos atendimentos.

- I** - Todas as solicitações feitas pelo SENADO deverão ser registradas pela CONTRATADA, para acompanhamento e controle da execução do ajuste.
- II** - A CONTRATADA não poderá se negar à abertura da ocorrência e de prestar o respectivo atendimento, a qualquer título, salvo em decorrência de caso fortuito ou motivo de força maior avaliado pelo SENADO.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – O suporte técnico deverá prover atendimento para:

- I** – Necessidades adicionais de parametrização que tenham a finalidade de viabilizar e preservar o correto funcionamento dos serviços.
- II** – Esclarecimento de dúvidas sobre a administração, uso dos serviços e ao funcionamento geral da solução e de seus componentes (funcionalidades).
- III** – Diagnóstico e resolução de incidentes ou problemas no serviço ou na sua utilização.
- IV** – Verificação, identificação e registro de defeitos nos componentes do serviço e encaminhamento da sua correção.
- V** - Diagnóstico e solução para casos de indisponibilidade ou funcionamento inadequado dos serviços que fazem parte da solução.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – O serviço referente ao item 3 se dará mensalmente, após o recebimento, verificação e atesto do Relatório Mensal a que se refere o Parágrafo Quarto da Cláusula Sétima, nos termos ali estabelecidos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - A prestação do serviço descrita nesta cláusula estará sujeita à aplicação de glosas, conforme Cláusula Sexta deste contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO (ANS)**

O serviço abaixo relacionado estará sujeito à aplicação de Acordo de Nível de Serviços (ANS).





## SENADO FEDERAL

- a) Item 3 – Prestação de Serviços de Internet e de comercialização eletrônica (*e-commerce*), incluindo o suporte técnico e atualização de versão pelo período de 12 (doze) meses

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A disponibilidade do serviço de Internet e Comercialização (Item 3) é definida como o percentual do tempo em que o serviço ficou em operação, em determinado período.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A indisponibilidade do serviço é definida como o percentual do tempo em que o serviço ficou fora de operação.

**I** - O serviço será considerado fora de operação não apenas se o site estiver fora do ar, mas também nos casos em que houver indisponibilidades de ferramentas da solução que afetem diretamente a experiência do usuário e a experiência gerencial do *e-commerce*, inviabilizando o andamento do fluxo de vendas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA deverá prover a solução de *hardware*, infraestrutura, manutenção preventiva e demais procedimentos que julgar necessários, de forma a garantir a disponibilidade do serviço, computada mensalmente a partir do primeiro dia, útil ou não útil, de cada mês.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Para fins de verificação de disponibilidade, será considerado o mês com 30 (trinta) dias, o que equivale a 720 (setecentos e vinte) horas.

**I** - Caso o serviço fique indisponível 2 vezes, por 7 horas cada, considera-se a soma de todas as horas em que o sistema ficou indisponível. Teremos então:

$$\text{Indisponibilidade} = 14/720 \quad \text{Indisponibilidade} = 0,19444$$

$$\text{Indisponibilidade} = 1,94\%$$

$$\text{Disponibilidade} = 98,06\%$$

ID = 1 – Indisponibilidade

Indisponibilidade =  $\sum H_{indisp}$ , onde  $\sum H_{indisp}$  é a soma do tempo (em horas) que a solução ficou indisponível.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A CONTRATADA apresentará mensalmente relatório de disponibilidade dos serviços que comprovem os índices estabelecidos, no presente contrato.

**I** - O SENADO, a título de verificação e contraprova, poderá monitorar os serviços prestados. Em caso de dúvida prevalecerão os índices aferidos pelo SENADO.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Será considerado o período de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para o cálculo da disponibilidade.





## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A CONTRATADA deverá comunicar ao SENADO períodos de manutenção, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas úteis.

**PARÁGRAFO OITAVO** - O valor a ser pago referente ao período mensal será calculado da seguinte forma:

$$\text{VMA} = \text{ID} \times \text{VM}, \text{ onde:}$$

VMA = Valor Mensal Ajustado

ID = Índice de Disponibilidade, onde  $\text{ID} = (1 - \text{Indisponibilidade})$ , sendo Indisponibilidade entre 0 e 1.

VM = Valor mensal definido em Contrato

**PARÁGRAFO NONO** - Caso o Índice de Disponibilidade apurado mensalmente seja inferior a 0,75 (setenta e cinco centésimos), aplicar-se-á adicionalmente a penalidade prevista no Parágrafo Décimo da Cláusula Décima Terceira.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Para os serviços de suporte técnico (Item 3) ficam definidos prazos de atendimento e solução, da seguinte forma:

**I** – Prazo de atendimento: prazo em que a CONTRATADA deverá disponibilizar um técnico para atendimento dos chamados, por telefone ou por e-mail.

**II** – Prazo de solução: prazo em que o chamado deverá ser encerrado, com a solução da dúvida, do incidente ou do problema.

**III** – Os prazos para atendimento serão contados, em horas, a partir do registro do chamado pelo SENADO, por telefone, e-mail, *skype* ou *software* específico. Os prazos serão contados em horas decorridas entre a abertura do chamado e o atendimento/solução.

**IV** - O horário de atendimento, para efeito de contagem de prazos, será considerado das 8 às 18 horas nos dias úteis.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Para efeito de classificação de urgência e estabelecimento dos prazos de atendimento e solução, os chamados de suporte técnico foram classificados conforme tabela abaixo:

Descrição	Gravidade	Prazo	
		Atendimento	Solução
Quaisquer problemas relacionados aos Recursos de Vendas, que afetem diretamente a <u>experiência do usuário final</u> (cliente)	ALTA	1 HORA ÚTIL	4 HORAS ÚTEIS





## SENADO FEDERAL

Quaisquer problemas relacionados aos Recursos de Vendas, que afetem diretamente a <u>experiência do gerencial</u> (equipe do SENADO)	MÉDIA	3 HORAS ÚTEIS	8 HORAS ÚTEIS
Chamados relativos a incidentes que <u>não</u> comprometam a qualidade, nem disponibilidade do serviço	BAIXA	6 HORAS ÚTEIS	24 HORAS ÚTEIS
Chamados relativos a incidentes que <u>comprometem</u> a qualidade, mas não a disponibilidade do serviço	MÉDIA	3 HORAS ÚTEIS	12 HORAS ÚTEIS

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - A critério do SENADO, determinados chamados de suporte técnico poderão ter seus prazos de atendimento e solução estendidos a depender das especificidades técnicas envolvidas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - A verificação das ocorrências por parte do gestor, para o item 3, sujeitará à CONTRATADA aplicação de glosas nos pagamentos mensais. O valor da glosa será calculado em função do tipo de ocorrência, de acordo com a tabela abaixo:

Gravidade	Glosa
ALTA	0,2% por hora de atraso, seja para atendimento ou solução, do valor mensal do item
MÉDIA	0,1% por hora de atraso, seja para atendimento ou solução, do valor mensal do item
BAIXA	0,05% por hora de atraso, seja para atendimento ou solução, do valor mensal do item

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – O valor das glosas do serviço de Suporte Técnico referente ao período mensal de apuração será limitado a 10% do valor mensal do item 3.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - Caso o valor da glosa referente ao suporte técnico apurado mensalmente ultrapasse 10% por três meses, consecutivos ou não, aplicar-se-á adicionalmente a penalidade prevista no Parágrafo Décimo Primeiro da Cláusula Décima Terceira.







SENADO FEDERAL

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores unitários a seguir, conforme proposta da CONTRATADA, documento digital nº 00100.111461/2018-16, não sendo permitida em nenhuma hipótese o pagamento de serviços não executados ou executados de forma incompleta.

Item	Descrição	Qtde.	Unidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Implantação de solução de Livraria Virtual do Senado Federal com migração dos dados atuais	1	Serviço	R\$ 11.300,00	R\$ 11.300,00
2	Treinamento	1	Turma	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00
3	Prestação de serviços de Internet e de comercialização eletrônica ( <i>e-commerce</i> ), incluindo suporte técnico e atualização de versão pelo período de 12 (doze) meses	12	Mês	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
VALOR TOTAL					R\$ 29.800,00

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O valor global estimado do presente instrumento é de **R\$ 29.800,00** (vinte e nove mil e oitocentos reais), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O pagamento referente ao item 3 poderá sofrer ajuste em função do nível de serviço prestado, em conformidade com o estabelecido na Cláusula Sexta.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666/1993, condicionado, além da apresentação da garantia na forma da Cláusula Oitava, ao Termo de Recebimento Definitivo da Implantação da Solução de Livraria Virtual, para o item 1, conforme o previsto no Parágrafo Terceiro da Cláusula Terceira; para o item 2, conforme o previsto no Termo de Recebimento Definitivo do Treinamento; e ao cumprimento da condição prevista no Parágrafo Quarto, para o item 3.

**I** - A não apresentação da garantia na forma prevista na Cláusula Décima Primeira não impede o pagamento do objeto, mas autoriza o SENADO a adotar a medida prevista no Parágrafo Nono daquela Cláusula.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O valor correspondente ao item 3 (Prestação de Serviço de Internet e de comercialização eletrônica (*e-commerce*) incluindo suporte técnico e atualização





## SENADO FEDERAL

de versão) será pago **mensalmente**, após finalizado o período de apuração mensal, condicionado ao recebimento, verificação e atesto do Relatório Mensal (em formato Excel).

**I** – O referido relatório deverá conter: Os períodos (início, término e duração) de indisponibilidade, o cálculo do valor mensal ajustado, as informações referentes aos chamados abertos dentro do período de apuração, o cálculo dos níveis mínimos de serviço indicados na Cláusula Sexta, e demais informações pertinentes para validação pelos fiscais.

**II** - O relatório será analisado pelos fiscais do contrato, confrontando com as condições contratuais estabelecidas; em caso de concordância com as informações e cálculos realizados, o relatório será validado e atestado pelos fiscais. Caso não seja validado, a CONTRATADA deverá apresentar novo relatório corrigido em até 5 (cinco) dias úteis.

**III** - Uma vez validado e atestado o relatório, a CONTRATADA enviará aos gestores do contrato (NGACTI - [ngacti@senado.leg.br](mailto:ngacti@senado.leg.br)) o referido relatório juntamente com a nota fiscal/fatura para pagamento, que poderá sofrer ajustes decorrentes dos descumprimentos dos níveis mínimos de serviço indicados na Cláusula Sexta.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Décima Terceira.

**PARÁGRAFO SEXTO** - As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do parágrafo terceiro desta cláusula poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo terceiro e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.



**SENADO FEDERAL****CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE**

O preço será fixo e irrevogável para os Itens 1 e 2.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - No que se refere ao Item 3, o preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo do item 1, conforme previsto no Parágrafo Terceiro da Cláusula Terceira, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC ou por outro indicador que venha substituí-lo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O arredondamento dos preços reajustados deste contrato reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20/2010:

**I** - para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

**II** - quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na letra ‘I’ for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES**

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, e §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 01031055140615664 e Naturezas de Despesa 449040 e 339040, tendo sido empenhadas mediante as Notas de Empenho n.º 2018NE001721, 2018NE001722 e 2018NE001723.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.





SENADO FEDERAL

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA**

A CONTRATADA prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de **R\$ 1.490,00** (um mil, quatrocentos e noventa reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

**I** - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

**II** - seguro-garantia; ou

**III** - fiança bancária.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo ao Gestor do contrato, em até 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da via assinada do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - No caso de vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 dias, a contar da ocorrência do fato, para renová-la ou complementá-la.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A garantia será liberada após a execução plena deste contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, de acordo com a legislação em vigor.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato.

**PARÁGRAFO SEXTO** – O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A garantia deverá assegurar o pagamento de:

**I** – prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

**II** – multas aplicadas pelo SENADO à CONTRATADA;

**III** – prejuízos diretos causados ao SENADO e a terceiros decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do contrato.



**SENADO FEDERAL**

**PARÁGRAFO OITAVO** – A garantia apresentada será avaliada pelo SENADO, não se admitindo qualquer restrição ou condicionante à sua plena execução, sobretudo se apresentada em alguma das formas previstas nos incisos II e III do caput desta cláusula, garantia que será rejeitada se houver exclusão ou omissão de quaisquer das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, nos termos do parágrafo anterior.

**PARÁGRAFO NONO** – Caso a garantia contratual não seja apresentada de acordo com as exigências previstas nesta cláusula, o SENADO fica autorizado a reter parte do pagamento devido à CONTRATADA para formação de reserva financeira, em valor equivalente ao da regular garantia contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**I** – Os valores retidos ficarão reservados em conta orçamentária, a título de garantia, e, por esta razão, não serão objeto de qualquer atualização monetária, salvo no caso de a CONTRATADA abrir conta bancária apta a receber depósito caução.

**II** – A liberação dos valores retidos fica condicionada à execução plena do contrato ou à apresentação de garantia idônea por parte da CONTRATADA, nos termos dos incisos I a III do caput desta cláusula.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO**

Caberá aos gestores designados pela Diretora-Geral ou Diretor-Executivo de Contratações promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento do contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

**I** - advertência;

**II** - multa;

**III** – suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

**IV** – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

**V** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a







## SENADO FEDERAL

CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas alíneas III e IV desta Cláusula.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V desta Cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:

**I** - apresentar documentação falsa;

**II** – fraudar a execução do contrato;

**III** – comportar-se de modo inidôneo;

**IV** – fazer declaração falsa;

**V** – cometer fraude fiscal.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A ocorrência de alguma das hipóteses constantes do parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A ocorrência de vírus/*malwares* na plataforma onde a solução da Livraria Virtual do SENADO está hospedada sujeitará a CONTRATADA à multa de 10% (dez por cento) do valor mensal definido no contrato para o item 3, por ocorrência, até o limite de 30% (trinta por cento).

**PARÁGRAFO QUINTO** – Se a solução contratada ficar fora do ar pelo período igual ou superior a 48 (quarenta e oito) horas consecutivas, a CONTRATADA será, também, considerada em atraso, e estará sujeitará à multa de 10% (dez por cento) do valor mensal definido no contrato para o item 3, por ocorrência, até o limite de 30% (trinta por cento).

**PARÁGRAFO SEXTO** - Decorrido o prazo previsto para o início deste contrato, sem que a CONTRATADA dê início à prestação do objeto, conforme os prazos estabelecidos neste instrumento, será aplicada multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas nesta cláusula, observando-se os critérios constantes do parágrafo décimo nono.



**SENADO FEDERAL**

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Iniciada a execução do item 1, o atraso injustificado na execução de alguma parcela, ou sua execução de forma insatisfatória, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Não sendo cumprido o prazo para realização do treinamento (item 2), o atraso injustificado na execução de alguma parcela, ou na execução de forma insatisfatória, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,4% (quatro décimos por cento), ao dia, sobre a parcela inadimplida, limitado a 20% (vinte por cento) do valor do item 2.

**PARÁGRAFO NONO** – Para o item 2, caso o treinamento seja rejeitado, sujeitará a CONTRATADA à multa de 15% (quinze por cento) do valor definido no contrato referente ao treinamento.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Para o item 3, caso o Índice de Disponibilidade apurado mensalmente seja inferior a 0,75 (setenta e cinco centésimos), sujeitará a CONTRATADA à multa de 15% (quinze por cento) do valor mensal definido no contrato referente ao Serviço de Internet e Comercialização (item 3).

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – Ultrapassado o limite de aplicação de glosas de 10% (dez por cento) por 3 (três) meses previsto na Cláusula Sexta, consecutivos ou não, para o item 3, sujeitará a CONTRATADA à multa de 20% (vinte por cento) do valor mensal definido no contrato referente ao Serviço de Internet e Comercialização (item 3).

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – A não apresentação da documentação prevista no Parágrafo Quinto da Cláusula Sétima, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, observando-se os critérios constantes do parágrafo décimo nono.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – Findo os prazos limite previstos nos Parágrafos Sexto e Sétimo, sem adimplemento da obrigação, aplicar-se-á, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida deste contrato, observando-se os critérios constantes do parágrafo décimo nono, podendo ainda o SENADO, a seu critério, fazer uso da garantia prestada pela empresa e impor outras sanções legais cabíveis.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos Parágrafos Sexto e Sétimo, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** – O atraso na apresentação da garantia contratual prevista na Cláusula Décima Primeira sujeitará a CONTRATADA à multa de 5% (cinco por cento) sobre a parcela do valor global do contrato correspondente ao período que este ficar com a garantia em aberto, considerando sempre o maior prazo constante na cláusula de vigência, contando-se o prazo a partir da data limite para apresentação da garantia até o dia da efetiva prestação da garantia ou da retenção prevista no parágrafo nono da Cláusula Décima Primeira.





## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** – Para o item 3, as multas previstas nesta cláusula, somadas todas as penalidades aplicadas, não poderão superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato, ressalvadas as hipóteses especiais dos parágrafos segundo e sexto desta cláusula.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** – A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no parágrafo anterior poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** – Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente nos termos do parágrafo quinto da cláusula décima quarta, ficando ainda a CONTRATADA sujeita à multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** – Na aplicação das penalidades, a autoridade competente observará:

- I** – os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- II** – a não reincidência da infração;
- III** – a atuação da contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- IV** – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais; e
- V** – a não existência de efetivo prejuízo material à Administração.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** – A multa de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO** – Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, observados os demais critérios previstos no parágrafo décimo nono.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO** – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO** – Não ocorrendo quitação da multa, na forma do parágrafo anterior, será o valor remanescente descontado da garantia ou, em último caso, cobrado judicialmente.





## SENADO FEDERAL

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO**

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

**I** - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou

**II** - judicial, nos termos da legislação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da referida lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA**

O presente contrato terá vigência:

**I** – Para os itens 1 e 2 (implantação da solução e migração dos dados atuais e treinamento): a partir de sua assinatura, por 12 (doze) meses, ou até a emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo, o que ocorrer primeiro;

**II** – Para o item 3 (prestação de serviços de Internet e de comercialização eletrônica, incluindo o suporte técnico e atualização de versão): de 12 (doze) meses consecutivos, contados da emissão do termo de recebimento definitivo do item 1, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do término da vigência contratual.





## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

**ILANA TROMBKA**  
DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

**ANDRE DE SIQUEIRA NEU JUNIOR:06605685946**

Assinado de forma digital por ANDRE DE SIQUEIRA NEU JUNIOR:06605685946  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A1, ou=(EM BRANCO), ou=Autenticado por AR Certbrasil, cn=ANDRE DE SIQUEIRA NEU JUNIOR:06605685946  
Dados: 2018.09.05 10:06:14 -03'00'

**ANDRÉ DE SIQUEIRA NEU JUNIOR**  
OW-ONWAY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA

**Testemunhas:**

**Diretor da SADCON**

**Coordenador da COPLAC**

U:\COPLAC\SECON\SECON2018\MINUTA\CONTRATO\ONWAY CT NOVO 2605 2018 (LP).doc







SENADO FEDERAL

**QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO**

ao **Contrato nº 095/2018**, celebrado entre a **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, e a empresa **OW-ONWAY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA.**, para o fornecimento de solução *e-commerce* para comercialização eletrônica das publicações editadas pelo Senado Federal, compreendendo a implantação da Livraria Virtual do Senado Federal com migração dos dados atuais; treinamento; prestação de serviços de Internet, de comercialização eletrônica (*e-commerce*) de suporte técnico e atualização de versão para a toda solução contratada.

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, **ILANA TROMBKA**, tendo em vista o direito ao reajuste resguardado quando da prorrogação contratual autorizada por meio do Quinto Termo Aditivo, documento nº 00100.208323/2023-16 (Anexo VI), a autorização do Sr. Diretor-Executivo de Contratações, documento nº 00100.002384/2024-96, e as demais informações contidas no Processo nº 00200.021403/2023-31, resolve apostilar o Contrato nº 095/2018, com base na Cláusula Oitava, na Política de Contratações do Senado Federal, instituída pelo Anexo V ao Ato da Comissão-Diretora nº 14/2022, no Ato nº 9/2015 da Diretoria-Geral do Senado Federal, na Lei nº 8.666/93 e mediante as seguintes Cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O preço do item 3 do Contrato nº 095/2018 fica reajustado em **3,85139%**, correspondente à variação do INPC/IBGE referente ao período compreendido entre novembro de 2022 (mês do quarto aniversário de emissão do Termo de Recebimento Definitivo) e novembro de 2023 (mês do quinto aniversário de emissão do Termo de Recebimento Definitivo).

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O valor global do item 3 do Contrato nº 095/2018 passa de R\$ 14.844,00 (catorze mil, oitocentos e quarenta e quatro reais) para **R\$ 15.415,68** (quinze mil, quatrocentos e quinze reais e sessenta e oito centavos), **a vigorar desde 13 de novembro de 2023**, conforme planilha em anexo.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 01.031.0034.4061.5664 e Naturezas de Despesas 3.3.90.40 e 3.3.90.92, tendo sido empenhadas mediante as Notas de Empenho nº 2024NE551 e nº 2024NE373.



**SENADO FEDERAL**

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá nota de empenho, indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

A CONTRATADA deverá apresentar a complementação da garantia, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da via assinada deste instrumento, visando atender ao reajuste, em conformidade com a CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA do Contrato original, c/c o art. 56 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA QUARTA**

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato original, dos Primeiro ao Quinto Termos Aditivos e do Primeiro ao Terceiro Termos de Apostilamento, não expressamente alteradas por este Termo.

Brasília-DF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

***ILANA TROMBKA***  
**DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL**

**Testemunhas:**

**Diretor da SADCON**

**Coordenador da COPLAC**



Empresa: OW-ONWAY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA.  
Processo de Reajuste: 00200.021403/2023-31  
CNPJ: 23.254.406/0001-04

Pregão Eletrônico: 071/2018

Contrato: 2018/0095

Data da Proposta: 31/07/2018

41 dias

Assinatura: 11/09/2018

ASSINATURA DIGITAL

Termo de Recebimento  
Definitivo do item 1 13/11/2018

Termo de Recebimento  
Definitivo do item 2 14/11/2018

Início Vigência Original 11/09/2018

Fim Vigência Original 13/11/2019 (12 meses do termo de recebimento definitivo do item 1)

Valor Global Original do  
Contrato: R\$ 29.800,00

DADOS DO CONTRATO ATUAL

Valor Global R\$ 14.844,00

(3ª Apostilamento)

Início Período Vigente 13/11/2023

(5ª TA)

Final Período Vigente 12/11/2024

HISTÓRICO DO CONTRATO

Resumo extraído do GESCON documento nº 00100.208338/2023-84.

TERMO DE APOSTILAMENTO EM PROCESSAMENTO

Quarto Termo de Apostilamento  
(4º Reajuste)

4º reajuste de preços pelo INPC/IBGE de novembro de 2022 (mês do quarto aniversário do Termo de Recebimento Definitivo do item 1) a novembro de 2023 (mês do quinto aniversário do Termo de Recebimento Definitivo do item 1) . com vigência a partir de 13 de novembro de 2023

CÁLCULO DO QUARTO REAJUSTE

Período: novembro/2022 a novembro/2023 (INPC/IBGE)

Intervalo Anual	DATA	INPC/IBGE (Número-Índice)
DATA INICIAL = Mês do quarto aniversário do Termo de Recebimento Definitivo do item 1	nov/22	6.660,19
DATA FINAL = Mês do quinto aniversário do Termo de Recebimento Definitivo Item 1	nov/23	6.916,70
Variação do INPC/IBGE		3,95139%

Obs.: Este Serviço anexou o documento nº 208344/2023-31, em que apresenta o demonstrativo dos números-índice (IBGE) para o intervalo em destaque

<https://sibra.ibge.gov.br/pesquisa/ais/inpc/inpc/tabelas>

Elaborado por: Alessandra Gomes Brito (Terceirizada)  
Revisão: Marcos André de Melo (Assessor Técnico)

Aplicação do APS nº 20/2010 - PRSECR (critérios de arredondamento).



VALOR ATUAL						VALOR REAJUSTADO (13/11/2023)		Valores fixos e irrevogáveis (Cláusula Oitava do Contrato 0095/2018)
ITEM	DESCRIÇÃO	Qtd	Unidade	Preço Unitário	Preço Total	Preço Unitário	Preço Total	
1	Implantação de solução de Livraria Virtual do Senado Federal com migração dos dados atuais	1	Serviço	R\$ 11.300,00	R\$ 11.300,00	R\$ 11.300,00	R\$ 11.300,00	
2	Treinamento	1	Turma	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00	
3	Prestação de serviços de Internet e de comercialização eletrônica (e-commerce), incluindo suporte técnico e atualização de versão.	12	Mês	R\$ 1.237,00	R\$ 14.844,00	R\$ 1.284,64	R\$ 15.415,68	
Total:					R\$ 32.644,00		R\$ 33.215,68	

RESUMO GERAL DE PREÇOS			
	VALOR ATUAL	VALOR REAJUSTADO (13/11/2023)	Diferença (R\$)
VALOR TOTAL	R\$ 32.644,00	R\$ 33.215,68	R\$ 571,68

Obs.: A disponibilidade financeira (despesa a ser autorizada) para a execução contratual será anexada aos autos pela COPAC/SAFIN para deliberação superior.

Este reajustamento contratual passa a vigorar a partir de 13/11/2023, se autorizado.





Processo nº 00200.016373/2023-41

SENADO FEDERAL  
QUINTO TERMO ADITIVO

ao **Contrato nº 095/2018**, celebrado entre a UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL, e a empresa **OW-ONWAY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA.**, para o fornecimento de solução *e-commerce* para comercialização eletrônica das publicações editadas pelo Senado Federal, compreendendo a implantação da Livraria Virtual do Senado Federal com migração dos dados atuais; treinamento; prestação de serviços de Internet, de comercialização eletrônica (*e-commerce*) de suporte técnico e atualização de versão para a toda solução contratada.

A UNIÃO, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, neste ato representado por sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, e a empresa **OW-ONWAY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA.**, neste ato representada pelo Sr. ELI ELCIO SKROCK ANTUNES, tendo em vista a manifestação dos Órgãos Técnicos, documentos nº 00100.155376/2023-27 e nº 00100.165463/2023-92, a concordância da CONTRATADA, documento nº 00100.157954/2023-60, o Parecer nº 646/2023 – ADVOSF, documento nº 00100.178258/2023-97, a autorização da Sra. Diretora-Geral, documento nº 00100.184817/2023-06, e as demais informações contidas no Processo nº 00200.016373/2023-41, resolvem aditar o Contrato nº 095/2018, com base na sua Cláusula Décima Quinta, no Ato da Diretoria-Geral nº 9/2015, na Política de Contratações do Senado Federal (instituída pelo Anexo V do RASF, consolidado pelo ATC nº 14/2022), no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e nas seguintes Cláusulas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

O **item 3** do Contrato nº 095/2018 fica prorrogado de 13 de novembro de 2023 a 12 de novembro de 2024.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O reajuste cuja incidência coincide com o início da presente prorrogação fica resguardado e será aplicado na forma da Cláusula Oitava do Contrato, tão logo se conheça o percentual de variação do índice pactuado referente ao período compreendido entre novembro de 2022 (mês do quarto aniversário do Termo de Recebimento Definitivo do Item 1) e novembro de 2023 (mês do quinto aniversário do Termo de Recebimento Definitivo do Item 1), o que será processado em autos apartados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Fica expressamente pactuado, contudo, que o presente Contrato perderá a sua vigência antes do término fixado no *caput* desta Cláusula, a qualquer tempo e devidamente reduzido a termo, em razão da celebração, vigência e plena execução de contratação decorrente da conclusão de outro procedimento licitatório que prejudique a prestação de serviços do Contrato ora prorrogado.







Processo nº 00200.016373/2023-41

**SENADO FEDERAL**  
**CLÁUSULA SEGUNDA**

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 01.031.0034.4061.5664 e Natureza de Despesa 3.3.90.40, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº 2023NE002925, de 6 de novembro de 2023.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Para o exercício futuro, o SENADO emitirá nota de empenho, indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

A CONTRATADA deverá apresentar a renovação da garantia no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do presente contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da via assinada deste instrumento, visando atender à prorrogação, em conformidade com a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA do Contrato original, c/c o art. 56 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA QUARTA**

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato original, dos Primeiro ao Quarto Termos Aditivos e dos Primeiro ao Terceiro Termos de Apostilamento, não expressamente alteradas por este Termo.

Assim ajustados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante designadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**ILANA TROMBKA**  
**DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL**  
**ELI ELCIO SKROCK**  
**ANTUNES:06675294970**  
**ELI ELCIO SKROCK ANTUNES**  
**OW-ONWAY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA**

Assinado digitalmente por ELI ELCIO SKROCK ANTUNES:06675294970  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=AC  
SERAIA RFB, OU=62173620000180, OU=VIDEOCONFERENCIA, CN=ELI ELCIO SKROCK ANTUNES:  
06675294970  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização: sua localização de assinatura aqui  
Data: 2023-11-09 06:39:55  
Foxit Reader Versão: 9.6.0

**Testemunhas:**

**Diretor da SADCON**

**Coordenador da COPLAC**

U:\COPLAC\SECON\SECON2023\MINUTAS\TERMO ADITIVO\Prorrogação\OW ONWAY CT095 2018 5Pror 5TA 16373 2023 (KC).doc




**CÂMARA DOS DEPUTADOS**
**Processo nº 696.381/2022**
**Licitação: Pregão Eletrônico nº 86/2023**
**Contrato nº 2023/233**
**OBJETO**

Prestação de serviços de e-commerce para publicações da Editora Câmara dos Deputados, incluindo implantação, hospedagem, treinamento e suporte técnico.

**CONTRATANTE:**

 Denominação/Nome por extenso:  
CÂMARA DOS DEPUTADOS

 CNPJ/MF:  
00.530.352/0001-59

 Endereço:  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N. EDF. ANEXO I, 13º ANDAR – PLANO PILOTO

 Cidade:  
BRASÍLIA

 UF:  
DF

 CEP:  
70.160-900

 Nome do Signatário:  
MAURO LIMEIRA MENA BARRETO

 Cargo/Função:  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

**CONTRATADA:**

 Denominação/Nome por extenso:  
MAKROMEDIA TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA-

 CNPJ/MF:  
25.245.918/0001-21

 Endereço:  
RUA SAPEAÇU, 26 - BAIRRO NOVAS CANDEIAS

 Cidade:  
CANDEIAS

 UF:  
BA

 CEP:  
43.815-190

 Nome do Signatário:  
SIDNEY SANTOS SOARES

 Cargo  
SÓCIO/DIRETOR

**DADOS DO CONTRATO**

 Data da Proposta  
03/08/2023

 Data de assinatura  
26/09/23

 Data de vigência  
26/09/23 a 25/08/26

Preço: R\$ 170.880,00 ( cento e setenta mil oitocentos e oitenta reais )

Valor da Garantia: R\$ 8.544,00 ( oito mil quinhentos e quarenta e quatro reais )

Nota(s) de Empenho: 2023NE001439 , 2023NE001440

As partes, acima identificadas acordam em celebrar o presente Contrato, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI, na Lei n. 10.520, de 17/7/02, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital da licitação acima referenciada, daqui por diante denominado EDITAL, e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.





## 1. DO OBJETO E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.1. O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de e-commerce para publicações da Editora Câmara dos Deputados, incluindo implantação, hospedagem, treinamento e suporte técnico pelo período de 30 (trinta) meses, de acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas no EDITAL e nas demais exigências e condições expressas no referido instrumento e neste Contrato.

1.2. Fazem parte do presente Contrato, para todos os efeitos:

- a) Edital do Pregão Eletrônico n. 86/2023 e seus Anexos;
- b) Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico n. 86/2023;
- c) Proposta da CONTRATADA.

## 2. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

2.1. No valor estimado da contratação estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 3. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

3.1. No interesse da CONTRATANTE, o valor deste Contrato poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco por cento), em razão de acréscimos ou exclusões de componentes do objeto, nas mesmas condições contratuais da proposta, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO.

3.1.1. As supressões além desse limite são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o parágrafo 2º do artigo 113 do REGULAMENTO.

## 4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A despesa com a execução do presente Contrato correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho: 01.031.0034.4061.5664 - Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política - Administração Legislativa
  - Natureza da Despesa:
    - 4.0.00.00 – Despesas de Capital
    - 4.4.00.00 – Investimentos
    - 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
    - 4.4.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica





- 3.0.00.00 – Despesas Correntes
- 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
- 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
- 3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

---

## 5. DA REUNIÃO PREPARATÓRIA

---

5.1. Será realizada, na CONTRATANTE ou à distância, reunião preparatória com a CONTRATADA com intuito de planejar a execução dos serviços, compreendendo:

- a) dirimir quaisquer dúvidas sobre a execução dos serviços contratados;
- b) apresentar o modelo de leiaute a ser implantado;
- c) fornecer arquivos para alimentar o sistema a fim de serem realizados testes;
- d) apresentar oficialmente seu preposto e apresentar relação nominal da equipe de execução do projeto, bem como a comprovação da qualificação pertinente a cada profissional;
- e) realizar análise, especificação e detalhamento do projeto, de suas fases, atividades, tarefas, e a respectiva descrição de cada uma, dos responsáveis e prazos previstos, dos produtos a serem apresentados e da metodologia de gerência e de execução do projeto.

5.2. A reunião realizar-se-á em até 10 (dez) dias, contados da assinatura deste Contrato, sendo de responsabilidade do Órgão Responsável o agendamento com a CONTRATADA, observando-se o prazo de antecedência mínimo de 2 (dois) dias.

---

## 6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

---

6.1. O prazo de implantação da solução, Subitem 1.1 do Item Único do objeto, será o constante da proposta da CONTRATADA, que não poderá ser superior a **90 (noventa) dias**, contados da data da realização da reunião preparatória.

6.1.1. A CONTRATADA irá elaborar o leiaute do e-commerce de acordo as informações tratadas na reunião preparatória.

6.2. Após a implantação da solução, a CONTRATADA realizará o treinamento, com duração não superior a **5 (cinco) dias**, observadas as exigências no Título 7 deste Contrato.

6.3. A CONTRATANTE realizará, em até **25 (vinte e cinco) dias** após o treinamento, testes de conformidade entre as especificações e o sistema apresentado pela CONTRATADA para que a entrega seja homologada.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

6.3.1. Durante o prazo de realização dos testes de conformidade, a CONTRATANTE poderá solicitar ajustes no sistema apresentado para que eventuais problemas técnicos ou inconsistências possam ser sanados pela CONTRATADA previamente à homologação da entrega e ao aceite definitivo do objeto.

6.4. Depois de homologada a entrega e emitido o Termo de Recebimento Definitivo para o Subitem 1.1 do objeto, será iniciada a contagem da vigência contratual de 30 (trinta) meses referente ao Subitem 1.2 do objeto, durante a qual a CONTRATADA deverá hospedar a plataforma de e-commerce em suas dependências (externo à Câmara dos Deputados), atendendo às especificações mínimas constantes no Título 2 do Anexo I ao Edital, inclusive aquelas necessárias a comunicações com outras plataformas externas como a dos Correios para integração de dados para envio, geração de código de rastreamento e demais funcionalidades dentro do site da livraria virtual e a do Banco do Brasil para sistema de pagamento – geração de Guia de Recolhimento da União simples e Guia de Recolhimento da União cobrança, além do processamento do arquivo de retorno.

6.5. Após o recebimento da solução e verificado se todos os requisitos foram atendidos, o Órgão Responsável irá alimentar o sistema com o cadastro dos produtos.

6.6. Após o recebimento definitivo, a CONTRATADA irá fornecer serviços de suporte técnico sempre que demandada no período de vigência deste Contrato.

6.7. A CONTRATADA deverá apresentar solução completa de hospedagem do e-commerce, utilizando todos os recursos próprios necessários para implantação da solução, fornecendo uma plataforma externa à da CONTRATANTE, bem como todo o ambiente tecnológico necessário à operação das vendas on-line dos produtos da editora da Câmara dos Deputados, incluindo infraestrutura e servidor para armazenamento, canal de comunicação com a internet, integração com os formatos de pagamento escolhidos, sistemas de segurança e suporte técnico aos administradores da livraria.

6.7.1. A CONTRATADA deverá cumprir todos os prazos estabelecidos em contrato e acordados junto à CONTRATANTE.

6.7.2. A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos para o cumprimento do objeto.

6.7.3. A CONTRATADA é obrigada a fornecer toda a base de dados relacionada à presente contratação mantida em suas dependências quando solicitado pela CONTRATANTE.

6.7.4. A CONTRATADA deverá realizar a migração da base de dados atual (clientes, produtos, vendas etc.) do e-commerce da Livraria da Câmara, a fim de não perder as informações já existentes.







## CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 6.8. A CONTRATADA deverá apresentar solução completamente integrada aos sistemas/aplicativos dos Correios e do Banco do Brasil, inclusive associando separadamente cada pedido aos valores do arquivo retorno fornecido pelo Banco.
- 6.9. A CONTRATADA deverá garantir a segurança das informações contidas em sua base, inclusive das relativas a dados cadastrais e pessoais dos consumidores.
- 6.9.1. A CONTRATADA deverá prover ambiente seguro para realização das transações comerciais, garantindo que os dados dos usuários e da transação trafeguem de forma segura pela rede mundial de computadores.
- 6.9.2. A CONTRATADA deverá garantir que os dados mantidos pela aplicação não serão divulgados, cedidos ou comercializados.
- 6.9.3. A CONTRATADA deverá preservar a integridade, disponibilidade e confidencialidade dos serviços prestados, de forma a impedir o comprometimento ou a indisponibilidade dos serviços por ela providos sob o nome de domínio [www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br).
- 6.10. A CONTRATADA deverá garantir acesso para auditoria do funcionamento da aplicação, das transações comerciais e das bases de dados utilizadas pela aplicação.
- 6.11. A CONTRATADA deverá garantir a preservação dos logs de acesso ao e-commerce nos prazos estabelecidos pela Lei nº 12.965/2014.
- 6.12. A CONTRATADA deverá prover manutenção corretiva e todas as atualizações da solução que surgirem na vigência deste Contrato.

---

## 7. DO TREINAMENTO

---

- 7.1. O treinamento deverá ser realizado em até **10 (dez) dias** após a implantação da solução.
- 7.2. A CONTRATADA deverá fornecer manual de funcionamento da plataforma e-commerce e realizar treinamento sobre a operacionalidade da solução tecnológica após a implantação da solução e antes da fase de testes pela CONTRATANTE.
- 7.3. O dia e horário do treinamento devem ser acordados junto à Seção de Atendimento de Disseminação Editorial da Coordenação Edições Câmara dos Deputados, pelo telefone (61) 3216-5809, em até 2 (dois) dias após a implantação da solução.
- 7.4. O treinamento poderá ser ministrado à distância ou na CONTRATANTE, em local a ser indicado pela CONTRATANTE.
- 7.5. O treinamento deverá ser detalhado e envolver todas as funcionalidades e a manutenção do sistema.





7.6. O treinamento será ministrado para 1 (uma) turma com cerca de 8 (oito) a 10 (dez) pessoas, composta pela equipe que irá administrar o e-commerce com duração não superior a 5 (cinco) dias, dentro do prazo definido no item 7.1 deste Contrato.

7.6.1. A CONTRATANTE poderá requerer treinamento complementar em caso de alterações no sistema após a fase de testes da ferramenta.

7.6.2. A CONTRATANTE, caso considere que o treinamento complementar tenha sido insatisfatório, poderá solicitar à CONTRATADA que realize treinamento suplementar.

---

## 8. DO SUPORTE TÉCNICO (SUBITEM 1.2 DO OBJETO)

---

8.1. A CONTRATADA deverá prestar serviços de suporte técnico para o e-commerce pelo período de 30 (trinta) meses, contados da data do recebimento definitivo do objeto, observado o disposto no Título 9 deste Contrato.

8.2. A CONTRATADA deverá possuir durante a vigência contratual, no Brasil, serviço telefônico de suporte, além de uma caixa postal eletrônica (e-mail) exclusiva para o atendimento e suporte técnico à CONTRATANTE ou site na web específico para o registro e acompanhamento de chamados de suporte técnico. O número telefônico deve estar disponível, nos dias úteis (segunda a sexta feira, exceto feriados nacionais e locais de Brasília), para receber ligações no horário comercial durante toda a vigência do contrato.

8.3. O suporte técnico deverá abranger:

8.3.1. Parametrização e funcionamento do serviço;

8.3.2. Interrupção na prestação do serviço;

8.3.3. Dúvidas sobre operação das funcionalidades do serviço;

8.3.4. Dúvidas de operação das rotinas de manutenção – exportação de dados etc.

8.4. Abertura dos Chamados: os chamados de suporte técnico poderão ser abertos por telefone, e-mail ou software utilizado especificamente para essa finalidade pela CONTRATADA.

8.4.1. Para os chamados de suporte técnico foram definidos prazos de atendimento e solução:

8.4.1.1. Prazo de atendimento: prazo em que a CONTRATADA deverá disponibilizar um técnico para atendimento dos chamados, por telefone ou por e-mail.

8.4.1.2. Prazo de solução: prazo em que o chamado deverá ser encerrado, com a solução da dúvida, do incidente ou do problema.

8.4.2. Os prazos para atendimento serão contados a partir do registro do chamado pela CONTRATANTE, por telefone, e-mail ou software específico.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

8.4.2.1. Os prazos serão contados em:

- a) horas úteis: horas decorridas entre **9h e 18h30** de segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais e locais em Brasília.
- b) horas corridas: horas decorridas entre a abertura do chamado e o atendimento/solução.
- c) minutos: minutos decorridos entre a abertura do chamado e o atendimento/solução.

8.4.2.2. Para efeito de classificação de urgência e estabelecimento dos prazos de atendimento e solução, os chamados de suporte técnico foram classificados conforme tabela abaixo:

Gravidade	Descrição	Prazos	
		Atendimento	Solução
Pequena (P)	Dúvidas ou incidentes que não comprometem a <b>disponibilidade do serviço</b> .	2 horas úteis	12 horas úteis
Média (M)	Dúvidas ou incidentes que comprometem, mas não tornam o serviço indisponível.	2 horas úteis	8 horas úteis
Alta (A)	Incidentes que tornam indisponível o <b>serviço</b> .	30 minutos	3 horas corridas

8.4.3. Funcionalidade e gravidade quanto à indisponibilidade:

FUNCIONALIDADE	IMPORTÂNCIA
Quaisquer problemas relacionados aos recursos do Módulo de Vendas	ALTA
Quaisquer problemas relacionados aos recursos do Módulo de Administração Remota	MÉDIA

8.4.4. A CONTRATADA deverá fornecer um endereço de e-mail exclusivo por meio do qual a CONTRATANTE deverá contatar no caso de ocorrência de indisponibilidade do ambiente e-commerce classificada como de importância ALTA, conforme item 8.4.3.

8.4.4.1. A confirmação do recebimento do e-mail deverá ser obtida pela CONTRATANTE imediatamente após o envio.

## 9. DA DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO

9.1. Disponibilidade do serviço: definida como o percentual do tempo em que o serviço ficou em operação, em determinado período.

9.2. Indisponibilidade do serviço: definida como o percentual do tempo em que o serviço ficou fora de operação. Por exemplo, a indisponibilidade anual de um serviço que ficou fora de operação por um dia durante o ano é de  $1/365 = 0,27\%$ .

9.3. A Disponibilidade do serviço será então calculada segundo a fórmula:

$$\text{Disponibilidade} = 1 - \text{Indisponibilidade}$$





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

9.4. A CONTRATADA deverá prover a solução de hardware, infraestrutura, manutenção preventiva e demais procedimentos que julgar necessários, de forma a garantir disponibilidades de serviço nunca inferiores aos estabelecidos nos subitens 9.6.1 e 9.6.2 deste Título, computada mensalmente a partir do primeiro dia, útil ou não útil, de cada mês.

9.5. Para melhor entendimento do significado deste índice de disponibilidade, considere um mês típico de 30 dias (720 horas), em que o serviço ficou indisponível por 7 (sete) horas, considerada a soma de todas as horas em que o sistema ficou indisponível. Teremos então:

$$\text{Indisponibilidade} = 7/720$$

$$\text{Indisponibilidade} = 0,00972$$

$$\text{Disponibilidade} = 1 - 0,00972$$

$$\text{Disponibilidade} = 0,99 \text{ ou } 99\%$$

9.6. Em um mês típico de 30 (trinta) dias, para fins de aplicação de multas por indisponibilidade, será tolerada uma indisponibilidade máxima de:

9.6.1. 7 (sete) horas mensais (disponibilidade de 99%), das horas em que o serviço esteve indisponível no período, das 7h00 às 0h00 do mesmo dia;

9.6.2. 72 (setenta e duas) horas mensais (disponibilidade de 90%), das horas em que o serviço esteve indisponível no período, das 0h01 às 6h59 do mesmo dia.

9.7. A CONTRATADA apresentará mensalmente relatório de disponibilidade dos serviços que comprovem os índices estabelecidos, no presente Contrato. A CONTRATANTE, a título de verificação e contraprova, poderá monitorar os serviços prestados. Em caso de dúvida prevalecerão os índices aferidos pela CONTRATANTE.

9.8. Será considerado o período de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para o cálculo da disponibilidade.

9.9. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE períodos de manutenção, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas úteis.

---

## 10. DO RECEBIMENTO

---

10.1. O objeto contratual será recebido definitivamente se em perfeitas condições e conforme as especificações editalícias a que se vincula a proposta da CONTRATADA.

10.2. A CONTRATANTE emitirá o Termo de Recebimento Definitivo no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da realização dos testes de conformidade.

---

## 11. DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL

---

11.1. Considera-se órgão responsável pela gestão deste Contrato o CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO da CONTRATANTE, localizado no Edifício





Anexo II, piso superior, ala C, sala 31, que, por meio da COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA DOS DEPUTADOS, designará o fiscal responsável pelos atos de acompanhamento, controle e fiscalização da execução contratual.

---

## 12.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

---

- 12.1. Constituem obrigações da CONTRATADA aquelas enunciadas no EDITAL e neste Contrato, observado o disposto neste Título.
- 12.2. A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 12.3. Além do estatuído no EDITAL e neste Contrato, a CONTRATADA cumprirá as instruções complementares do Órgão Responsável, quanto à execução e ao horário de realização dos serviços, permanência e circulação de seus empregados nos prédios administrativos.
- 12.4. Para o pessoal em serviço será exigido o porte de cartão de identificação, a ser fornecido pela prestadora dos serviços ou, no interesse administrativo, pelo Departamento de Polícia Legislativa.
- 12.5. Os empregados da CONTRATADA, por esta alocados na execução dos serviços, embora sujeitos às normas internas ou convencionais da CONTRATANTE, não terão com ela qualquer vínculo empregatício ou de subordinação.
- 12.6. Todas as obrigações tributárias, trabalhistas e sociais, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única empregadora da mão de obra utilizada para os fins estabelecidos neste Contrato.
- 12.7. A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como Correclamada.
- 12.8. A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade por danos ou desvios eventualmente causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas neste Contrato.
- 12.9. A CONTRATADA comunicará, verbal e imediatamente, ao Órgão Responsável, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e, em até dois dias úteis após o ocorrido, reduzirá a escrito a comunicação verbal, acrescentando todos os dados e todas as circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos e entregará o termo ao Órgão Responsável.
- 12.10. A CONTRATADA ficará obrigada a reparar, corrigir, refazer ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de







## CÂMARA DOS DEPUTADOS

materiais empregados, por exigência do Órgão Responsável, que lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar.

12.11. A CONTRATADA fica obrigada a manter durante toda a execução deste Contrato, todas as condições de habilitação exigidas no momento da licitação.

12.12. A CONTRATADA fica obrigada a apresentar à CONTRATANTE, sempre que expire o prazo de validade, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

12.12.1. A não apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada neste Título, implicará o descumprimento de cláusula contratual, podendo, inclusive, ensejar a rescisão deste Contrato, nos termos do artigo 78 da LEI, correspondente ao artigo 126 do REGULAMENTO.

12.13. É vedada a subcontratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

12.14. A CONTRATADA se compromete a adotar e utilizar solução tecnológica que venha a ser disponibilizada pela CONTRATANTE, sem gerar custos adicionais diretos para a CONTRATADA, para mensuração, controle e/ou monitoramento da produtividade da execução contratual.

---

### 13. DO PAGAMENTO

---

13.1. Para o Subitem 1.1 do objeto (SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE PÁGINAS DE INTERNET): o objeto aceito definitivamente pela CONTRATANTE será pago por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura discriminada, após atestação pelo Órgão Responsável.

13.2. Para o Subitem 1.2 (SERVIÇO DE HOSPEDAGEM E SUPORTE TÉCNICO DE PÁGINAS DE INTERNET): o objeto aceito pela CONTRATANTE será pago em parcelas mensais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

13.2.1. O pagamento de cada parcela será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura discriminada, emitida no mês subsequente ao da prestação dos serviços, após atestação pelo Órgão Responsável.

13.2.2. A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

13.3. A nota fiscal/fatura deverá vir acompanhada do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), todos dentro dos prazos de validade neles expressos.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

13.4. O pagamento será feito com prazo não superior a trinta dias, contados do aceite definitivo do objeto.

13.4.1. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), calculados diariamente em regime de juros simples, conforme a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

em que  $i$  = taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano).

13.4.1.1. Para o subitem 1.2 (serviço de hospedagem e suporte técnico de páginas de internet): os encargos moratórios devidos serão incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

13.5. Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que tratam o artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1991, com redação dada pela Lei n. 9.711, de 1998 e Lei n. 11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64 da Lei n. 9.430, de 1996 e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

13.6. Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no item anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

13.7. As pessoas jurídicas enquadradas nos incisos III, IV e XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 2012, dispensadas da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às contribuições administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, deverão apresentar, a cada pagamento, declaração em 2 (duas) vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.

## 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Pelo descumprimento de obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no artigo 87 da LEI, a saber:

a) advertência, formalizada por escrito;





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

- b) multa, nos casos previstos no EDITAL e neste Contrato;
- c) suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com a CONTRATANTE;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.

14.2. Ocorrendo atraso injustificado ou com justificativa não aceita pelo CONTRATANTE para dar início à execução dos serviços de implantação da loja virtual, à CONTRATADA será imposta multa calculada sobre o valor deste Contrato, de acordo com a seguinte tabela:

DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
1	0,1%	15	2,0%	29	5,7%
2	0,2%	16	2,2%	30	6,0%
3	0,3%	17	2,4%	31	6,4%
4	0,4%	18	2,6%	32	6,8%
5	0,5%	19	2,8%	33	7,2%
6	0,6%	20	3,0%	34	7,6%
7	0,7%	21	3,3%	35	8,0%
8	0,8%	22	3,6%	36	8,4%
9	0,9%	23	3,9%	37	8,8%
10	1,0%	24	4,2%	38	9,2%
11	1,2%	25	4,5%	39	9,6%
12	1,4%	26	4,8%	40	10,0%
13	1,6%	27	5,1%		
14	1,8%	28	5,4%		

14.3. Findo o prazo fixado sem que a CONTRATADA tenha concluído a implantação da loja virtual, além da multa *correspondente a 0,1% por dia de atraso sobre o valor deste contrato*, poderá, a critério da CONTRATANTE, ser cancelada, parcial ou totalmente, a Nota de Empenho, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

14.4. A CONTRATADA será também considerada em atraso se prestar os serviços em desacordo com as especificações e não corrigir as inconsistências apresentadas dentro do período remanescente do prazo de execução fixado na proposta.

14.5. Na hipótese de abandono da contratação, a qualquer tempo, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente deste Contrato, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

14.6. Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou recolhidos pela CONTRATADA à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de cinco dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

14.7. Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas não justificadas ou se a CONTRATANTE julgar as justificativas improcedentes, poderão ser impostas à CONTRATADA, ainda, multas por infração cometida, limitadas, em qualquer caso, a 10% (dez por cento) do valor deste Contrato, observados, sempre, a reprovabilidade da conduta da CONTRATADA, dolo ou culpa e o disposto no item anterior e sopesados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, de acordo com a seguinte tabela:

INFRAÇÃO	PERCENTUAL (sobre o valor do contrato)	PERCENTUAL (sobre o valor da mensalidade)
1. Deixar de <u>atender</u> os chamados classificados como de gravidade alta (A), nos prazos estipulados no subitem 8.4.2.2 do Título 8 deste Contrato, por meia hora útil de atraso.	0,25 %	-
2. Deixar de <u>atender</u> os chamados classificados como de gravidade média (M), nos prazos estipulados no subitem 8.4.2.2 do Título 8 deste Contrato, por hora útil de atraso.	0,15 %	-
3. Deixar de <u>atender</u> os chamados classificados como de gravidade pequena (P) nos prazos estipulados no subitem 8.4.2.2 do Título 8 deste Contrato, por hora útil de atraso.	0,10 %	-
4. Deixar de <u>solucionar</u> os chamados classificados como de gravidade alta (A), nos prazos estipulados no subitem 8.4.2.2 do Título 8 deste Contrato, por meia hora corrida de atraso.	0,25 %	-
5. Deixar de <u>solucionar</u> os chamados classificados como de gravidade média (M) nos prazos estipulados no subitem 8.4.2.2 do Título 8 deste Contrato, por hora útil de atraso.	0,15 %	-
6. Deixar de <u>solucionar</u> os chamados classificados como de gravidade Pequena (P) nos prazos estipulados no subitem 8.4.2.2 do Título 8 deste Contrato, por hora útil de atraso.	0,10 %	-
7. Deixar de cumprir, embora demandada pela CONTRATANTE, o prazo para realização da reunião preparatória, prevista no Título 5 deste Contrato.	0,10 %	-
8. Descumprir os Termos de Confidencialidade de dados/informações ou ferir o respectivo acordo, conforme o Anexo n. 7 ao EDITAL, por ocorrência.	5%	-
9. Deixar de permitir aos técnicos formalmente indicados pela CONTRATANTE o acesso para auditoria do funcionamento da aplicação, das transações comerciais e das bases de dados utilizadas pela aplicação, por ocorrência.	1%	-
10. Deixar de preservar os logs de acesso ao e-commerce, nos prazos estabelecidos pela Lei 12.965/2014, por ocorrência.	5%	-





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

INFRAÇÃO	PERCENTUAL (sobre o valor do contrato)	PERCENTUAL (sobre o valor da mensalidade)
11. Deixar de cumprir exigência ou obrigação contratual, ou legal, ou incorrer em qualquer outra falta para a qual não se previu multa específica, por ocorrência.	0,1 %	-
12. Deixar de atingir os índices de Disponibilidade por mês, conforme descrito no Título 9 deste Contrato, além dos percentuais admitidos, por fração de indisponibilidade.	1,0 %	-
13. Deixar de apresentar o relatório a que se refere o item 9.7 deste Contrato, por dia de atraso.	0,1%	-
14. Interrupção injustificada e/ou sem aviso prévio da prestação dos serviços referentes ao Subitem 1.2 do objeto, por ocorrência.	-	5%
15. Atraso superior a 24 horas corridas no atendimento de solicitação de manutenção, em conformidade com o Subitem 1.2 do objeto, por ocorrência.	-	5%

### 15. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE

15.1. Os preços contratados para os serviços especificados no Subitem 1.2 do Item Único do objeto (Serviço de Hospedagem e Suporte Técnico de Páginas de Internet), poderão ser reajustados, a cada período de 12 meses, contado da data de apresentação da proposta, utilizando-se o ICTI (Índice de Custos de Tecnologia da Informação), mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, ou, caso esse índice venha a ser extinto, o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

15.1.1. A CONTRATADA poderá solicitar o reajuste até 6 (seis) meses após a data em que adquirir o direito, nos termos deste item 15.1, sob pena de preclusão.

15.1.2. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste produzirão efeitos a partir da data da solicitação da CONTRATADA, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes.

### 16. DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. Para segurança do cumprimento de suas obrigações, a CONTRATADA prestará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato, de acordo com o artigo 56 da LEI, correspondente ao artigo 93 do REGULAMENTO, observando o disposto neste Título.

16.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

- c) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

16.3. A garantia será prestada no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da entrega da via do contrato e só poderá ser levantada, após o término do prazo da vigência contratual, observado o disposto no item 16.4 deste Contrato.

16.3.1. Poderão ser consideradas como a data da entrega:

- a) em caso de contrato assinado fisicamente: a data informada no documento de rastreamento de entrega de correspondências obtido no sítio eletrônico da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, ou a data da retirada do instrumento *in loco*;
- b) em caso de contrato assinado eletronicamente: a data do envio, por e-mail, do instrumento assinado por ambas as partes.

16.3.2. Não serão aceitas minutas de garantias.

16.3.3. A garantia, ou os documentos que a representam, deverá ser apresentada na Coordenação de Contratos da CONTRATANTE, localizada no Edifício Anexo I, 13º andar, sala 1308.

16.4. A vigência da garantia deverá corresponder ao prazo contratual acrescido de, pelo menos, 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência do contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação contratual.

16.4.1. Não serão aceitas garantias concedidas de forma proporcional ao seu prazo de validade.

16.4.2. Não serão admitidas garantias contendo cláusula que fixe prazos prescricionais distintos daqueles previstos na lei civil.

16.4.3. A CONTRATADA ficará obrigada a prorrogar a vigência da garantia apresentada sempre que a vigência contratual ultrapassar a data estimada na ocasião de sua assinatura, observado o prazo disposto no item 16.3 deste Contrato, considerando a via do aditivo contratual.

16.4.4. No caso de alteração do valor do contrato, a garantia deverá ser ajustada à nova situação, ainda que retroativamente.

16.5. Apresentada a garantia contratual e existindo qualquer pendência que impeça o seu recebimento definitivo, a CONTRATADA será comunicada para regularizá-la ou substituí-la, sendo-lhe assinalado o prazo de 10 (dez) dias, contado da data da notificação, que poderá ser realizada por e-mail.

16.5.1. Recebida a garantia para reexame e remanescendo a necessidade de ajuste, a CONTRATADA será novamente comunicada, sendo-lhe assinalado o prazo cabal de 5 (cinco) dias para sanear a(s) pendência(s), contado da data da notificação.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

16.5.2. Ulтимadas as medidas constantes deste item 16.5 sem que a garantia esteja em plenas condições de ser aceita definitivamente, serão tomadas as providências para a aplicação de sanções à CONTRATADA, de acordo com as regras previstas no EDITAL e neste Contrato.

16.6. Enquanto não constituída a garantia, o valor a ela correspondente será deduzido, para fins de retenção até o cumprimento da obrigação, de eventuais créditos em favor da CONTRATADA, decorrentes de faturamento.

16.7. A falta de prestação da garantia ou sua apresentação em desacordo com o exigido no EDITAL e neste Contrato, no prazo fixado, ensejará a aplicação de multa correspondente a 2,22% (dois inteiros e vinte e dois centésimos por cento) do valor estipulado para a garantia, por dia de atraso, a ser aplicada do 16º ao 60º dia, sem prejuízo do disposto no item 16.6 deste Contrato.

16.7.1. No caso de acréscimo contratual, a base de cálculo para a aplicação de multa corresponderá ao montante incrementado ao valor da garantia anterior.

16.8. A falta de prestação da garantia no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do dia útil imediato ao da entrega da via do contrato, ensejará a instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, de que poderá resultar no impedimento de licitar e contratar com a União e no descredenciamento do Sicaf, pelo prazo de até 5 (cinco) anos e, ainda, a rescisão unilateral do contrato por inexecução da obrigação e a aplicação da multa prevista no item 16.7 deste Contrato.

16.9. O disposto no item 16.7 deste Contrato aplicar-se-á também nos casos dispostos nos subitens 16.4.3 e 16.4.4 e no item 16.10 deste Contrato.

16.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, durante a vigência contratual, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da notificação.

16.11. No caso de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia será executada para ressarcimento à CONTRATANTE das multas e indenizações devidas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no EDITAL e neste Contrato.

16.12. Em caso de apresentação de seguro-garantia, é vedada a inclusão e/ou supressão de dispositivos nas condições gerais e especiais nele previstas que divirjam da redação original do anexo referente ao Seguro Garantia – Segurado Setor Público da Circular SUSEP n. 477, de 30 de setembro de 2013, ou norma que vier a substituí-la.

16.12.1. O seguro-garantia deve ser emitido por seguradora em situação regular na Superintendência de Seguros Privados.

16.12.2. No instrumento do seguro-garantia a CONTRATANTE deverá constar como beneficiária do seguro.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

16.12.3. É vedada a inclusão de cláusulas particulares no seguro-garantia, salvo permissão expressa da CONTRATANTE, que poderá ocorrer em momento posterior ao efetivo recolhimento da garantia, mediante consulta da CONTRATADA.

16.13. Quando se tratar de depósito caucionado, a garantia deverá observar o disposto no Decreto-Lei n. 1.737, de 1979 e orientação do SIAFI, que determinam devam ser as garantias prestadas em dinheiro, nas licitações públicas, depositadas na Caixa Econômica Federal (CEF).

16.14. No caso de garantia apresentada na modalidade de fiança bancária, deverá constar do documento renúncia expressa aos benefícios da ordem previstos no artigo 827 da Lei n. 10.406, de 2002 (Código Civil).

16.14.1. A garantia na modalidade de fiança bancária deverá ser emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil.

16.15. Se a garantia for prestada em títulos da dívida pública, a aceitação será condicionada à emissão sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

16.16. A garantia contratual será devolvida de acordo com o disposto na Ordem de Serviço n. 02, de 2013 da Diretoria-Geral da CONTRATANTE, conforme a seguir:

16.16.1. O Departamento de Material e Patrimônio, de ofício ou por solicitação da Contratada e, após concluídas as diligências necessárias, proporá à autoridade competente a devolução da garantia contratual.

16.16.2. Autorizada a devolução, o Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade preparará o expediente necessário à entrega da garantia e solicitará o comparecimento da CONTRATADA para a retirada dos documentos.

16.17. As garantias não retiradas pela CONTRATADA, independentemente do disposto nos subitens 16.16.1 e 16.16.2 deste Contrato, terão o seguinte tratamento:

16.17.1. A garantia prestada nas modalidades seguro-garantia ou fiança-bancária será arquivada no processo de origem do respectivo contrato após 120 (cento e vinte) dias do término da sua vigência.

16.17.2. A garantia prestada na modalidade caução em dinheiro, após 5 (cinco) anos do término de sua vigência, será transferida para o Fundo Rotativo da CONTRATANTE, após notificação prévia da CONTRATADA, mediante edital publicado no Diário Oficial da União.

16.17.3. A garantia prestada na modalidade caução em títulos da dívida pública, na forma escritural, transcorridos 120 (cento e vinte) dias do término da vigência e desde que haja manifestação favorável do Departamento de Material e Patrimônio, poderá ser





desvinculada do contrato administrativo pela instituição financeira que a mantém em custódia.

16.18. Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, para decidir demandas judiciais decorrentes de questões referentes à garantia contratual.

## 17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA, se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, realizando o tratamento de dados pessoais disponibilizados pelas partes, em meios físicos ou digitais, em consonância e em cumprimento das disposições preconizadas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, regulamentada na CONTRATANTE pelo Ato da Mesa n. 152, de 16 de dezembro de 2020, assim como atenderão a suas respectivas atualizações e aos padrões aplicáveis em seu segmento, vinculadas às disposições constantes do Anexo n. 5 ao EDITAL.

## 18. DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

18.1. O presente Contrato terá vigência da data de sua assinatura até o término do período de hospedagem e suporte técnico, podendo, para o Subitem 1.2 (SERVIÇO DE HOSPEDAGEM DE PÁGINAS DE INTERNET) do objeto, podendo ser prorrogado em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei n. 8.666, de 1993, e com o artigo 105, inciso II do REGULAMENTO, a critério da a critério da CONTRATANTE, observado o seguinte:

ETAPAS	PRAZOS
Assinatura	Início da vigência
Reunião preparatória	10 dias após assinatura
Implantação da Solução	90 dias após reunião preparatória
Treinamento	10 dias após implantação
Testes de Conformidade	25 dias após treinamento
Homologação da Entrega e Recebimento Definitivo	15 dias após testes
Hospedagem e Suporte Técnico	30 meses após recebimento
<b>TOTAL</b>	<b>Aproximadamente 35 MESES</b>

18.2. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

---

**19.DO FORO**

---

19.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste Contrato.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Brasília, 26 de Setembro de 2023.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

Mauro Limeira Mena Barreto  
Diretor Administrativo

Sidney Santos Soares  
Sócio/Diretor





Candeias, 21 de março de 2024

PLANILHA DE PREÇOS

CLIENTE: CÂMARA DOS DEPUTADOS - DF

PREGÃO ELETRÔNICO N. 86/2023

OBJETO: Prestação de serviços de e-commerce para publicações da Editora Câmara dos Deputados, incluindo implantação, hospedagem, treinamento e suporte técnico pelo período de 12 (doze) meses.

SUB ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	ORIGEM DO PRODUTO (NACIONAL OU IMPORTADO)	Quant.	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO MENSAL R\$	PREÇO TOTAL R\$
1.1	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE PÁGINAS DE INTERNE T	SV	NACIONAL	1	R\$122.780,00		R\$122.780,00
1.2	SERVIÇO DE HOSPEDAGEM E SUPORTE TÉCNICO DE PÁGINAS DE INTERNET	SV	NACIONAL	12		R\$2.970,00	R\$35.640,00
1.3	SERVIÇO DE TREINAMENTO PARA USO DA PLATAFORMA	SV	NACIONAL	1		R\$12,460.00	

VALOR GLOBAL: R\$ 170.880,00 (CENTO E SETENTA MIL, OITOCENTOS E OITENTA REAIS)



O prazo de validade da proposta é de 60 dias, contados da data da proposta. Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

**MAKROMEDIA TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA.**

CNPJ: 25.245.918/0001-21

RUA SAPEAÇU, 26 - BAIRRO NOVA CANDEIAS

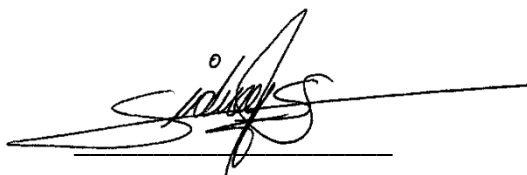
CEP: 43.815-190 - CANDEIAS-BA.

FONES: (71) 3507-2555 / (75) 99271-0014

WHATSAPP: (75) 99271-0014

E-MAIL: [comercial@makromedia.com.br](mailto:comercial@makromedia.com.br)

De acordo com a legislação em vigor, eu, Sidney Santos Soares, CPF/MF nº 953.266.855-15, declaro estar ciente da responsabilidade que assumo pelas informações constantes desta proposta de preço.



**SIDNEY SANTOS SOARES**

Sócio / Diretor

CPF: 953.266.855-15





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Tecnologia da Informação – Prodasen – Bloco 1  
Serviço de Apoio às Contratações de TI – SACTI

Solicitamos a V.S.<sup>a</sup>,  
  
Apresentar COTAÇÃO DE PREÇOS a fim de subsidiar este Órgão na estimativa de preços praticados no mercado visando aferir os custos do objeto abaixo especificado. Para facilitar a análise de vossa resposta, solicitamos que os custos sejam informados de acordo com o **MODELO DE ESTIMATIVA DE PREÇOS** encaminhado junto a presente solicitação, podendo o mesmo ser respondido preenchendo-o ou, caso prefira, utilizando papel timbrado da Empresa. A cotação em epígrafe deverá ser encaminhada ao e-mail: [contratacaoti@senado.leg.br](mailto:contratacaoti@senado.leg.br)  
  
Certos de contarmos com a colaboração de vossa Empresa, solicitamos responder esta pedido de cotação **com a maior brevidade possível**. Desde já, agradecemos sua participação.

CONFIRMAÇÃO DO RECEBIMENTO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

BRASO SOLUCOES TECNOLOGICAS LIMITADA

CNPJ

15.664.759/0001-46

ENDEREÇO

Rua Trairí, 718, Petrópolis

CIDADE : Natal

UF: RN

CEP: 59.020-150

CONTATO NA EMPRESA

WAGNER SANTOS VIEIRA DA SILVA

E-MAIL: wagner@braso.com.br

FONES: (84) 9 9948-0371

MICRO EMPRESA / EPP / COOPERATIVA (Decreto 7.174/2010 – Lei Complementar 123/2006)

ME/EPP ( X )

COOPERATIVA ( \_\_\_ )

Processo nº 00200.021715/2024

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Prestação de serviços de solução integrada para o gerenciamento da Livraria do Senado Federal, abrangendo a comercialização eletrônica das publicações editadas pelo Senado Federal e a gestão de vendas em múltiplos canais, incluindo feiras e pontos de venda físicos. A solução contratada deverá incluir: implantação da Livraria Virtual do Senado Federal com migração dos dados atuais, treinamento, fornecimento de plataforma para serviços de comercialização eletrônica (e-commerce) em modelo SaaS, controle de estoques e gestão unificada de pedidos, pelo período de 24 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.


Senado Federal | Praça dos Três Poderes | Via N2 | Bloco 1 - PRODASEN| CEP 70165-900 | Brasília DF  
Telefone: (61) 3303-4734 | E-mail: [sacti@senado.leg.br](mailto:sacti@senado.leg.br)  
P.: 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9D52FAA7006A50C9.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Tecnologia da Informação – Prodasen – Bloco 1  
Serviço de Apoio às Contratações de TI – SACTI

MODELO DE ESTIMATIVA DE PREÇOS						
Informamos que o preço estimado fixado por item, total do item e total global da proposta, em moeda nacional (R\$ - Reais), deve abranger todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita contratação do objeto:						
Prestação de serviços de solução integrada para o gerenciamento da Livraria do Senado Federal, abrangendo a comercialização eletrônica das publicações editadas pelo Senado Federal e a gestão de vendas em múltiplos canais, incluindo feiras e pontos de venda físicos. A solução contratada deverá incluir: implantação da Livraria Virtual do Senado Federal com migração dos dados atuais, treinamento, fornecimento de plataforma para serviços de comercialização eletrônica (e-commerce) em modelo SaaS, controle de estoques e gestão unificada de pedidos, pelo período de 24 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência						
Processo nº 00200.021715/2024						
A proposta deverá atender todas as especificações constantes do Termo de Referência ou Projeto Básico. Em caso de esclarecimentos técnicos e demais dúvidas quanto às especificações e fornecimento do objeto supracitado, favor contatar:						
Sr. <b>Fernando Rodrigues Ferreira</b>						
E-mail : <a href="mailto:fernando.rodrigues@senado.leg.br">fernando.rodrigues@senado.leg.br</a> fone : <b>(61) 3303-2515</b>						
Item	Produtos	CATSER / CATMAT	Unidade	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Serviço de Implantação de solução de e-commerce de Livraria Virtual	26972	Unid.	1	180.000,00	180.000,00
2	Serviço de treinamento operacional para uso da solução	3840	Unid.	1	30.000,00	30.000,00
3	Serviço de solução para e-commerce, com manutenção, suporte operacional e atualizações da plataforma	27073	Mês	24	15.000,00	360.000,00
						VALOR GLOBAL TOTAL
➔ Esta Proposta tem validade mínima de 60 dias. Caso a empresa forneça um prazo maior, solicitamos dias da emissão desta.						R\$ 570.000,00
➔ Esta Proposta tem validade mínima de 60 dias. Caso a empresa forneça um prazo maior, solicitamos dias da emissão desta.						
Sim	Esta proposta está consoante todas as especificações contidas no Termo de Referência/Projeto Básico recebido em anexo à solicitação desta cotação de preços, inclusive com relação à prazos.					
LOCAL / DATA DA ESTIMATIVA DE PREÇOS		CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RECEBIMENTO ou ASSINATURA ELETRÔNICA (Campo obrigatório)				
Natal, 21 de março de 2025		Documento assinado digitalmente  WAGNER SANTOS VIEIRA DA SILVA Data: 21/03/2025 16:22:45-0300 Verifique em <a href="https://validar.iti.gov.br">https://validar.iti.gov.br</a>  WAGNER SANTOS VIEIRA DA SILVA BRASO SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA CNPJ: 15.664.759/0001-46				





## SENADO FEDERAL

**CONTRATO Nº 2023/0173**

Que entre si celebram, de um lado, a **UNIÃO** por intermédio do **SENADO FEDERAL** e, do outro, a empresa **LUIS GABRIEL CAVATÃO WEB DESIGN**, objetivando a prestação de serviços de solução *e-commerce* para comercialização eletrônica das publicações editadas pelo Senado Federal, compreendendo: implantação da Livraria Virtual do Senado Federal com migração dos dados atuais, treinamento, prestação de solução para serviços de comercialização eletrônica (*e-commerce*) em modelo SaaS.

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, e a empresa **LUIS GABRIEL CAVATÃO WEB DESIGN**, com sede na Rua Peixoto Gomide, 22-A, Bairro Centro, Sales Oliveira/SP, CEP: 14.660-000, e-mails [licitacoes@crwa.com.br](mailto:licitacoes@crwa.com.br) e [luisgabriel@agenciacrwa.com](mailto:luisgabriel@agenciacrwa.com), telefone nº (16) 99163-7675, CNPJ-MF nº 12.972.242/0001-26, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. LUIS GABRIEL CAVATÃO, CI. 30.222.765-9, expedida pela SSP/SP, CPF nº 331.135.798-13, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 068/2023**, homologado pela Senhora Diretora-Geral, documento nº 00100.167728/2023-97, nos autos do Processo nº 00200.009765/2021-91, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento nº 00100.161747/2023-18, a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Política de Contratações do Senado Federal, (Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14/2022), dos Atos da Diretoria-Geral nº 14 e nº 15, ambos de 2022, e das cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente instrumento tem por objeto a **prestação de serviços de solução *e-commerce* para comercialização eletrônica das publicações editadas pelo Senado Federal, compreendendo: implantação da Livraria Virtual do Senado Federal com migração dos dados atuais, treinamento, prestação de solução para serviços de comercialização eletrônica (*e-commerce*) em modelo SaaS, durante 24 (vinte e quatro) meses consecutivos**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do edital.







## SENADO FEDERAL

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I** - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- II** - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III** - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- IV** - manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;
- V** - manter preposto para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário;
- VI** - preservar a integridade, a disponibilidade e a confidencialidade dos serviços prestados, de forma a impedir o comprometimento ou a indisponibilidade dos serviços por ela providos sob o nome de domínio *senado.leg.br*;
- VII** - preservar a integridade, a disponibilidade e a confidencialidade da base de dados da solução e das informações nela contidas;
- VIII** - garantir acesso para auditoria do funcionamento da aplicação, das transações comerciais e das bases de dados utilizadas pela aplicação;
- IX** - garantir a preservação dos *logs* de acesso à aplicação Livraria Virtual do SENADO nos prazos estabelecidos pela Lei nº 12.965/2014.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A comunicação entre o SENADO e a CONTRATADA se dará pelos *e-mails* [ngacti@senado.leg.br](mailto:ngacti@senado.leg.br) ou [selivr@senado.leg.br](mailto:selivr@senado.leg.br), por parte do SENADO, e pelos *e-mails* [licitacoes@crwa.com.br](mailto:licitacoes@crwa.com.br) ou [luisgabriel@agenciacrwa.com](mailto:luisgabriel@agenciacrwa.com), por parte da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.



**SENADO FEDERAL**

**PARÁGRAFO QUARTO** – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo se houver autorização específica do SENADO.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo SENADO no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria.

**PARÁGRAFO OITAVO** – O prazo de instrução referido no Parágrafo Sétimo desta cláusula somente terá início após a verificação por parte do Gestor da avença acerca dos pressupostos de admissibilidade do pedido previstos no art. 123 da Lei nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

O SENADO e a CONTRATADA se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente Contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CONTRATADA declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pelo SENADO, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento da presente avença.





## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO QUARTO** - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao SENADO em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste contrato e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

**CLÁUSULA QUARTA – DA IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE LIVRARIA VIRTUAL COM MIGRAÇÃO DOS DADOS ATUAIS (ITEM 1)**

A CONTRATADA executará os serviços objeto deste contrato, compreendendo a implantação da solução de Livraria Virtual do SENADO com a migração dos dados atuais, no prazo de 40 (quarenta) dias corridos, após a reunião de orientação e *briefing*, que ocorrerá remotamente.

**I** - A primeira Ordem de Serviço será emitida e entregue à CONTRATADA em até 2 (dois) dias úteis a partir da data de assinatura do contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA irá elaborar o leiaute da Livraria Virtual e a parametrização da mesma com a solução de *e-commerce*, atendendo a todos os requisitos constantes no Anexo 2 do edital.

**I** - Em até 3 (três) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço de Implantação, a CONTRATADA deverá participar, mediante agendamento prévio por meio do número (61) 3303-3777 ou *e-mail* [ngacti@senado.leg.br](mailto:ngacti@senado.leg.br) ou [selivr@senado.leg.br](mailto:selivr@senado.leg.br), para a reunião de orientação e *briefing* a ser realizada via ferramenta *MS-TEAMS* ou outro meio que a fiscalização do contrato determinar, ocasião em que serão repassadas as instruções relacionadas a leiaute e padrão visual.

**a)** As Ordens de Serviço serão emitidas pelo gestor do contrato e entregue à CONTRATADA, via mensagem eletrônica.

**II** - Após a reunião de orientação e *briefing*, no prazo de até 40 (quarenta) dias corridos, a CONTRATADA realizará a parametrização da solução, sua referida ativação, migração de dados e os testes necessários, e irá disponibilizá-la para análise dos fiscais do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A CONTRATADA deverá hospedar a plataforma da Livraria Virtual em ambiente externo ao SENADO, atendendo à tabela de requisitos mínimos (Anexo 2 do edital), inclusive aquelas necessárias a comunicações com outras plataformas externas - como a dos Correios para integração de dados para envio, sistemas de pagamento via cartões



**SENADO FEDERAL**

de crédito/débito, sistema de pagamento via PIX, geração de código de rastreamento e demais funcionalidades dentro do site da Livraria Virtual e a do Banco do Brasil para sistema de pagamento – geração de Guia de Recolhimento da União simples, Guia de Recolhimento da União cobrança e Pague Tesouro, além do processamento do arquivo de retorno.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A fiscalização do contrato emitirá parecer em até 5 (cinco) dias úteis com todos os pontos de melhoria e inconsistências observados, sem extrapolar os requisitos descritos no Anexo 2 do edital.

**I** - Após recebimento do parecer, a CONTRATADA terá 10 (dez) dias corridos para realizar todas as adaptações e deixar a plataforma em funcionamento para que seja dado o recebimento provisório.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O SENADO fornecerá todos os dados a serem migrados em formato de planilha e/ou banco de dados.

**II** – Os dados referentes ao ambiente computacional onde está hospedada a solução atual podem ser encontrados no Anexo 3 do edital.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Efetivada a prestação do serviço e a Implantação da Livraria Virtual com a respectiva migração de dados (Item 1), o serviço será recebido:

**I – Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

**II – Definitivamente**, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de serviços considerados inadequados pelo gestor.

**CLÁUSULA QUINTA – DO TREINAMENTO OPERACIONAL (ITEM 2)**

A CONTRATADA deverá fornecer treinamento na modalidade EAD (Ensino à Distância), com permissão para gravação do curso pelo SENADO, relativo à administração, operacionalização, configuração e à utilização da solução contratada, com limite de 8 (oito) alunos e duração de 20 (vinte) horas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A realização do treinamento operacional se iniciará em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento pela CONTRATADA da respectiva Ordem de Serviço (OS) emitida pelo SENADO por mensagem eletrônica.



**SENADO FEDERAL**

**I** – O SENADO enviará a mensagem eletrônica referida no Parágrafo Primeiro em até 70 (setenta) dias corridos após a assinatura do contrato.

**II** - O limite de prazo para a conclusão do treinamento será de 3 (três) dias úteis após seu início.

**III** - O SENADO poderá indicar alunos até o dia anterior ao do treinamento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Todas as despesas decorrentes do serviço de Treinamento (alocação de instrutores, confecção de material didático, despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação dos instrutores, etc.) são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O material didático deverá ser feito como um tutorial para uso do sistema no decorrer da vigência da contratação, devendo ser atualizado caso haja implementação de novas funções no sistema.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Ao final do treinamento, os alunos deverão ser capazes de operar de forma plena o sistema, de modo a utilizar todos os recursos existentes, inclusive os requisitos dispostos no Anexo 2 do edital.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Ao final do treinamento pela CONTRATADA, a fiscalização realizará junto aos participantes uma avaliação do curso por meio de formulário de Avaliação disponível, conforme modelo constante do Anexo 4 do edital.

**I** - As avaliações deverão ser preenchidas e assinadas pelos alunos e entregues à equipe do SENADO responsável pela fiscalização do serviço.

**II** - O valor final da avaliação individual dos alunos será calculado pela média de cada item respondido no formulário de avaliação.

**III** - A avaliação final do curso será calculada pela média das avaliações individuais dos alunos.

**PARÁGRAFO SEXTO** – O curso será refeito se a média da avaliação do treinamento por parte dos alunos da turma for inferior a 7 (sete) pontos em 10 (dez), sem gerar novas despesas para o SENADO.

**I** - Ao final do treinamento, sendo a média da avaliação igual ou superior a 7 (sete) pontos o fiscal emitirá o Termo de Aceite definitivo do Treinamento Realizado, em até 5 (cinco) dias corridos.

**II** - Ao final do treinamento, sendo a média da avaliação inferior a 7 (sete) pontos, o fiscal encaminhará ordem de serviço para a CONTRATADA reapplicar o treinamento.







## SENADO FEDERAL

a) A reaplicação deverá iniciar-se em até 5 (cinco) dias corridos a partir do recebimento da ordem de serviço, não obstante a aplicação de glosa de 30% sobre o valor do treinamento.

b) O limite de prazo para a conclusão da reaplicação do treinamento será de, igualmente, 3 (três) dias úteis após seu início.

**III** - A reaplicação de algum treinamento, pelo efeito das avaliações, não eximirá a CONTRATADA de outras sanções previstas, conforme previsto na Cláusula Décima Terceira.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Os gestores e fiscais do contrato poderão participar como “ouvintes”, com o objetivo de avaliar o conteúdo apresentado, não sendo contabilizados como alunos matriculados.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Os instrutores do curso ficarão disponíveis para dúvidas pelos alunos retiradas via *e-mail* ou outra forma *online* nos primeiros 15 (quinze) dias de uso do sistema.

**PARÁGRAFO NONO** – Efetivada a prestação do serviço de Treinamento Operacional (Item 2), o serviço será recebido:

**I – Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

**II – Definitivamente**, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

### **CLÁUSULA SEXTA – DO SERVIÇO DE SOLUÇÃO DE *E-COMMERCE* VIA SAAS COM MANUTENÇÃO, SUPORTE OPERACIONAL E ATUALIZAÇÃO (ITEM 3)**

A CONTRATADA executará os serviços de prestação de serviços de Internet de comercialização eletrônica (*e-commerce*), incluindo suporte técnico e atualização de versão pelo período de 24 (vinte e quatro) meses consecutivos, que deverá iniciar 1 (um) dia útil, após o recebimento definitivo do Item 1.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA deverá manter a solução completa de Livraria Virtual por meio do serviço de hospedagem com comercialização eletrônica, utilizando todos os recursos próprios necessários para implantação da solução, fornecendo uma plataforma externa ao SENADO, bem como todo o ambiente tecnológico necessário à operação das vendas *on-line* dos produtos da Livraria Virtual e dos pontos de venda presenciais no SENADO e nas feiras do livro, incluindo infraestrutura e servidor para armazenamento, canal de comunicação com a Internet, integração com os formatos de pagamento escolhidos, sistemas de segurança e suporte técnico aos administradores da livraria.





## SENADO FEDERAL

**I** - Os serviços de loja virtual serão prestados em nuvem, ou seja, a CONTRATADA disponibilizará toda a plataforma necessária para a execução do serviço em um ambiente virtual fora da infraestrutura do SENADO.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os serviços contratados para este item configuram o modelo conhecido como *SaaS – Software as a Service*, ou seja, o provimento e sustentação de toda a infraestrutura necessária para o atendimento do serviço é de responsabilidade da CONTRATADA e deverá ser hospedado fora da infraestrutura tecnológica do SENADO.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A solução deverá ser completamente integrada aos sistemas/aplicativos dos Correios e do Banco do Brasil, inclusive associando separadamente cada pedido aos valores do arquivo retorno fornecido pelo Banco.

**I** - Caso essa integração implique no compartilhamento de dados pessoais do usuário/cliente da Livraria Virtual com os Correios e/ou Banco do Brasil ou outra empresa, o respectivo usuário/cliente deverá ser expressamente informado deste compartilhamento previamente à operação.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O *backup* de todos os dados deverá ser realizado pela CONTRATADA, sem ônus adicional, com periodicidade mínima diária, e poderá ser solicitado a qualquer momento pelo SENADO, e entregue no prazo constante do Item I do Parágrafo Sexto desta cláusula.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Todos os dados de clientes, catálogo de produtos, pedidos e demais relacionados ao negócio do SENADO são de propriedade do SENADO e deverão ser fornecidos a qualquer momento, a pedido, sem ônus adicional ao SENADO.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Os dados solicitados deverão ser fornecidos no formato de arquivo do *Microsoft Excel* (extensão .xlsx) ou no formato do sistema de banco de dados, a critério do SENADO.

**I** - O prazo máximo para o fornecimento dos dados solicitados pelo SENADO é de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da solicitação.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O sistema deverá também fornecer dados em formato *JSON*, *CSV* ou *XML*, a critério do SENADO, referentes a todas as entidades visíveis no ambiente de funcionamento do *software*, a exemplo de Livros, Clientes, Vendas, Estoque, etc.

**I** - O acesso a esses dados deverá ser possível por meio de um serviço *REST*, seguro e autenticado, com geração periódica em intervalo de tempo definido pelo SENADO.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Todos os dados relacionados ao negócio do SENADO são de propriedade do SENADO, deverão ter seu sigilo e integridades garantidos com tecnologias apropriadas para evitar acessos indevidos ou perdas.



**SENADO FEDERAL**

**I - A CONTRATADA** deverá preencher, assinar e apresentar o Termo de Confidencialidade da Informação na assinatura do contrato de acordo com o modelo apresentado no Anexo 8 do edital.

**PARÁGRAFO NONO** – A CONTRATADA deverá garantir a disponibilidade e o perfeito funcionamento da solução contratada durante toda a vigência contratual, mantendo-a atualizada até a última versão disponível, e por meio da correção de defeitos e do atendimento aos chamados técnicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – O serviço de Suporte Técnico abrange, para todos os produtos componentes da solução, ajustes de funcionalidade, melhoras de parametrização e acesso aos dados de vendas e clientes, apoio técnico, diagnóstico e tratamento de incidentes, correção de defeitos e acesso à base de conhecimento técnico.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – O suporte técnico deverá prover atendimento para:

**I -** Necessidades adicionais de parametrização que tenham a finalidade de viabilizar, ajustar e preservar o correto funcionamento dos atributos elencados no Anexo 2 do edital, inclusive com desenvolvimentos de API's, caso necessário.

**II -** Esclarecimento de dúvidas sobre a administração, uso dos serviços e ao funcionamento geral da solução e de seus componentes (funcionalidades).

**III -** Diagnóstico e resolução de incidentes ou problemas no serviço ou na sua utilização.

**IV -** Verificação, identificação e registro de defeitos nos componentes do serviço e encaminhamento da sua correção.

**V -** Diagnóstico e solução para casos de indisponibilidade ou funcionamento inadequado dos serviços que fazem parte da solução.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – A CONTRATADA deverá manter um canal de atendimento para abertura de chamados técnicos, de segunda a sexta-feira, entre 8 (oito) e 18 (dezoito) horas, exceto feriados nacionais e locais de Brasília.

**I -** Esse canal de atendimento deverá ser acionado por meio de ligação telefônica gratuita ou ligação local em Brasília-DF ou *e-mail*, podendo a CONTRATADA, adicionalmente, disponibilizar abertura de chamados pela Internet.

**a)** Em todos os casos, o atendimento deve ser efetuado em Língua Portuguesa.

**II -** Para fins de abertura de ocorrência, o SENADO fornecerá as seguintes informações à CONTRATADA:





## SENADO FEDERAL

- a) Anormalidade observada;
- b) Identificação do responsável pela solicitação dos serviços;
- c) Número de telefone e *e-mail* para contatos;
- d) Na abertura do chamado, a CONTRATADA deverá fornecer um número de registro para acompanhamento dos atendimentos.

**III** - A CONTRATADA não poderá se negar à abertura da ocorrência e de prestar o respectivo atendimento, a qualquer título, salvo em decorrência de caso fortuito ou motivo de força maior avaliado pelo SENADO.

**IV** - Todas as solicitações feitas pelo SENADO deverão ser registradas pela CONTRATADA, para acompanhamento e controle da execução do ajuste.

**V** - O suporte técnico será realizado remotamente e, no caso de necessidade de comparecimento às instalações do SENADO, o local será nas dependências do SENADO, localizado à Via N2, CEP 70165-900, Brasília-DF.

**VI** - O presente item está sujeito ao Instrumento de Medição de Resultado previsto na Cláusula Sétima.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – Efetivada a prestação do serviço do Serviço de Solução de *e-commerce* (Item 3), será emitido, **mensalmente**, por servidor ou comissão designada para este fim, até o 5º dia útil subsequente ao recebimento da nota fiscal e do relatório mensal de disponibilidade e chamados técnicos referentes ao período de 30 (trinta) dias de serviços prestados, termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

A CONTRATADA deverá prestar o serviço de solução de *e-commerce*, com manutenção, suporte operacional e atualização (Item 3) definido neste contrato, no edital e seus anexos, de acordo com níveis de serviço e prazos estabelecidos nesta cláusula, estando sujeita às glosas no pagamento pelo descumprimento do Instrumento de Medição de Resultado – IMR.

#### **Da Disponibilidade**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A disponibilidade do serviço é definida como o percentual do tempo em que o serviço ficou em operação, em determinado período.

**I** - Será considerado o período de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para o cálculo da disponibilidade.





## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Indisponibilidade do serviço é definida como o percentual do tempo em que o serviço ficou fora de operação.

**I** - O serviço será considerado fora de operação não apenas se o *site* estiver fora do ar, mas também nos casos em que houver indisponibilidades de ferramentas da solução que afetem diretamente a experiência do usuário e a experiência gerencial do *e-commerce*, inviabilizando o andamento do fluxo de vendas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA deverá prover a solução de *hardware*, infraestrutura, manutenção preventiva e demais procedimentos que julgar necessários, de forma a garantir a disponibilidade do serviço, computada mensalmente a partir do primeiro dia, útil ou não útil, de cada mês.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Para melhor entendimento do significado deste índice de disponibilidade, considere o mês com 30 dias (720 horas). Caso o serviço fique indisponível 2 (duas) vezes, por 7 (sete) horas cada, considera-se a soma de todas as horas em que o sistema ficou indisponível. Teremos então:

$$\text{Indisponibilidade} = 14/720 \quad \text{Indisponibilidade} = 0,01944$$

$$\text{Indisponibilidade} = 1,94\%$$

$$\text{Disponibilidade} = 98,06\%$$

Sendo:

$$\text{ID} = 1 - \text{Indisponibilidade}$$

$$\text{Indisponibilidade} = \sum H_{\text{indisp}}, \text{ onde } \sum H_{\text{indisp}} \text{ é a soma do tempo (em horas) que a solução ficou indisponível.}$$

**PARÁGRAFO QUINTO** – A CONTRATADA apresentará mensalmente relatório de disponibilidade dos serviços que comprovem os índices estabelecidos, neste contrato, no edital e seus anexos.

**I** – O SENADO, a título de verificação e contraprova, poderá monitorar os serviços prestados. Em caso de dúvida prevalecerão os índices aferidos pelo SENADO.

**PARÁGRAFO SEXTO** – A CONTRATADA deverá comunicar ao SENADO os períodos de manutenção, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas úteis.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Caso a indisponibilidade seja justificada por escrito ao SENADO, e for efetivado o devido reparo dentro do prazo de 30 (trinta) minutos, o tempo não será computado no cálculo de indisponibilidade, não podendo haver reincidência para a mesma questão relatada quando a origem da indisponibilidade for de responsabilidade da CONTRATADA.





**SENADO FEDERAL**

**PARÁGRAFO OITAVO** - O valor a ser pago referente ao período mensal será calculado da seguinte forma:

Disponibilidade  $\geq 99,90\%$  - 0% de glosa do valor mensal.

Disponibilidade  $< 99,90\%$  e  $\geq 95,00\%$  - 10% de glosa do valor mensal.

Disponibilidade  $< 95,00\%$  e  $\geq 85,00\%$  - 20% de glosa do valor mensal.

Disponibilidade  $< 85,00\%$  - 30% de glosa do valor mensal.

**PARÁGRAFO NONO** - Caso se verifique índice de disponibilidade menor que 75%, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas na Cláusula Décima Terceira.

**Do Suporte Técnico**

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Para os chamados de suporte técnico ficam definidos prazos de atendimento e solução:

**I** - Prazo de atendimento: É o prazo em que a CONTRATADA deverá disponibilizar um técnico para atendimento dos chamados, por telefone, *e-mail* ou central de serviços da CONTRATADA.

**II** - Prazo de solução: É o prazo em que o chamado deverá ser encerrado, com a solução da dúvida, do incidente ou do problema.

**III** - Os prazos para atendimento serão contados, em horas, a partir do registro do chamado pelo SENADO, por telefone, *e-mail* ou Central de Serviços da CONTRATADA.

a) Os prazos serão contados em horas decorridas entre a abertura do chamado e o atendimento/solução.

**IV** - O horário de atendimento, para efeito de contagem de prazos, será considerado das 8h às 18h nos dias úteis.

**V** - A CONTRATADA apresentará mensalmente relatório de chamados técnicos abertos no período com a situação de cada um.

a) O SENADO, a título de verificação e contraprova, poderá manter seus próprios controles. Em caso de dúvida prevalecerão os índices aferidos pelo SENADO.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – Para efeito de classificação de urgência e estabelecimento dos prazos de atendimento e solução, os chamados de suporte técnico foram classificados conforme tabela abaixo:





SENADO FEDERAL

Descrição	Gravidade	Prazo	
		Atendimento	Solução
Quaisquer problemas relacionados aos Recursos de Vendas, que afetem diretamente a <b>experiência do usuário final (cliente)</b>	Alta	1 hora útil	4 horas úteis
Quaisquer problemas relacionados aos recursos de Vendas, que afetem diretamente a <b>experiência do gerencial (equipe do Senado)</b>	Alta	3 horas úteis	8 horas úteis
Chamados relativos a incidentes que comprometem a qualidade, <b>mas não a disponibilidade do serviço</b>	Média	6 horas úteis	24 horas úteis
Chamados relativos a incidentes que <b>não comprometam a qualidade, nem disponibilidade do serviço</b>	Baixa	6 horas úteis	72 horas úteis

**I** - A critério do SENADO, determinados chamados de suporte técnico poderão ter seus prazos de atendimento e solução estendidos a depender das especificidades técnicas envolvidas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – As glosas referentes ao serviço de Suporte Técnico serão aplicadas conforme a tabela abaixo:

Gravidade	Percentual
Alta	1% por hora de atraso, seja para atendimento ou solução
Média	0,5% por hora de atraso, seja para atendimento ou solução
Baixa	0,3% por hora de atraso, seja para atendimento ou solução

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – O valor das glosas do serviço de Suporte Técnico referente ao período mensal de apuração será limitado a 30% do valor mensal do item 3 – Serviço de Solução de *e-Commerce*.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores unitários a seguir, conforme proposta da CONTRATADA, documento nº 00100.161747/2023-18, não sendo permitida em nenhuma hipótese a antecipação de pagamentos e o pagamento de serviços não executados ou executados de forma incompleta.





## SENADO FEDERAL

Item	Especificação	Quant.	Unid	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Implantação de Solução de <i>E-commerce</i> de Livraria Virtual	1	Serviço	R\$ 17.900,00	R\$ 17.900,00
2	Treinamento Operacional para Uso da Solução	1	Serviço	R\$ 3.750,00	R\$ 3.750,00
3	Serviço de Solução de <i>E-commerce</i> , com manutenção, suporte operacional e atualização	24	Mês	R\$ 1.890,00	R\$45.360,00
VALOR TOTAL					R\$ 67.010,00

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O valor mensal estimado do presente instrumento é de **R\$ 1.890,00** (mil e oitocentos e noventa reais), o valor anual estimado é de **R\$ 22.680,00** (vinte e dois mil, seiscentos e oitenta reais) e o valor total estimado é de **R\$ 67.010,00** (sessenta e sete mil e dez reais), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O pagamento pelos serviços referentes ao Item 1 do objeto contratado (Implantação de Solução de *E-Commerce* de Livraria Virtual) será efetuado por intermédio de depósito na conta bancária da CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da respectiva nota fiscal/fatura discriminada, a ser apresentada em 2 (duas) vias, o qual ficará condicionado à emissão do termo circunstanciado de recebimento definitivo da referida parcela, conforme previsto no Parágrafo Quinto da Cláusula Quarta.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O pagamento pelos serviços referentes Item 2 (Treinamento Operacional) será efetuado por intermédio de depósito na conta bancária da CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da respectiva nota fiscal/fatura discriminada, a ser apresentada em 2 (duas) vias, o qual ficará condicionado à emissão do termo circunstanciado de recebimento definitivo da referida parcela, conforme previsto no Parágrafo Nono da Cláusula Quinta.

**I** – O pagamento referente ao Item 2 poderá sofrer ajustes em decorrência da aplicação de glosas, conforme o disposto na alínea “a” do Inciso II do Parágrafo Sexto da Cláusula Quinta.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O pagamento do **Item 3** (Serviço de Solução de *E-commerce*, com manutenção, suporte operacional e atualização) efetuar-se-á **mensalmente**, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, condicionado ao termo detalhado de aceite mensal, conforme previsto no Parágrafo Décimo Terceiro da Cláusula Sexta.

**I** – O pagamento referente ao Item 3 poderá sofrer ajustes em decorrência da aplicação de glosas, conforme o disposto na Cláusula Sétima.





## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO QUINTO** – Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Décima Terceira.

**PARÁGRAFO SEXTO** – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante dos Parágrafo Segundo, Terceiro e Quarto desta cláusula poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido nos Parágrafos Segundo, Terceiro e Quarto e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

## CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data de celebração deste contrato, observada a variação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação – ICTI, na ausência dele, deverá ser adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro



**SENADO FEDERAL**

aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O arredondamento dos preços reajustados deste contrato reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20, de 2010:

**I** – Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

**II** – Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no inciso I deste parágrafo for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES**

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 167457 e Natureza de Despesa 3.3.90.40, tendo sido empenhadas mediante as Notas de Empenho n.º 2023NE002761, 2023NE002762 e 2023NE002763, de 03 de outubro de 2023.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO**

Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Senado Federal promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008 e no Ato da Diretora-Geral nº 14 de 2022.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato ou no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes penalidades:







## SENADO FEDERAL

**I** – advertência;

**II** – multa;

**III** – impedimento de licitar e contratar; e

**IV** – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

**I** - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**II** - der causa à inexecução total do contrato;

**III** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**IV** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**V** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**VI** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do Parágrafo Segundo que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

**I** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**II** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**III** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;





SENADO FEDERAL

**IV** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**V** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Em conjunto com as sanções dos Parágrafos Primeiro, Segundo ou Terceiro a autoridade competente poderá:

**I** - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

**II** – determinar a rescisão unilateral do contrato.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

**I** - 10% (dez por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

**II** - 2% (dois por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

**III** - 1% (um por cento) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

**PARÁGRAFO SEXTO** – O descumprimento dos requisitos de segurança constantes do Item 2 do Anexo 2 do Edital durante o mês de apuração, sujeitará à CONTRATADA à multa, a ser calculada de acordo com a tabela abaixo:

**I** - A base de cálculo da multa será o valor da parcela do Item 3 correspondente ao período da infração, porém não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

**II** - No cálculo serão considerados cumulativamente cada uma das ocorrências descritas no quadro abaixo, considerados os percentuais ali definidos.

Requisito	Multa (de acordo com os Incisos I e II deste parágrafo)
Criptografia de dados	10%
Gerenciamento de identidade e acesso	10%
Proteção contra ataques de força bruta	5%
Backup e recuperação de dados	30%
Política de privacidade	10%
Conformidade com regulamentações	20%





## SENADO FEDERAL

Testes de segurança	10%
Acesso restrito a dados sensíveis	20%
Auditoria de segurança	10%

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Caso se verifique a necessidade de se glosar o valor mensal referente ao serviço de suporte técnico no limite de 30% (trinta por cento) por mais de 3 (três) meses, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 (doze meses), a CONTRATADA ficará sujeita à multa correspondente ao valor de 20% (vinte por cento) do valor mensal do Item 3 – Serviço de Solução de *e-Commerce*.

**PARÁGRAFO OITAVO** – O SENADO avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração.

**PARÁGRAFO NONO** – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato.

**I** - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – A não apresentação da documentação prevista no Parágrafo Quinto da Cláusula Oitava ou constatada qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitará a CONTRATADA à pena de advertência e na sua notificação para sanear o vício ou irregularidade.

**I** – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do Parágrafo Quarto.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do SENADO, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Terceiro e sem prejuízo das demais sanções.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos Parágrafos Quinto e Décimo Primeiro, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.



**SENADO FEDERAL**

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

**I** – a natureza e a gravidade da infração cometida;

**II** – as peculiaridades do caso concreto;

**III** – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**IV** – os danos que dela provierem para o Senado Federal;

**V** – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**VI** – a não reincidência da infração;

**VII** – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

**VIII** – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** – Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no Parágrafo Décimo Terceiro.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo SENADO à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO**

A inexecução total ou parcial deste contrato pode ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A extinção do contrato poderá ser:





## SENADO FEDERAL

**I** - determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**II** – consensual, por acordo entre as partes; ou

**III** – determinada por decisão judicial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA**

O presente contrato vigorará da seguinte forma:

**I** – Para os itens 1 e 2 (implantação da solução de *e-commerce* de Livraria Virtual e treinamento operacional para o uso da solução) o contrato, contado da data de sua assinatura, vigorará por 12 (doze) meses ou até a data de emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo, o que ocorrer primeiro;

**II** - Para o item 3 (prestação de serviços de solução de *e-commerce*, com manutenção, suporte operacional e atualização), o contrato vigorará por 24 (vinte e quatro) meses consecutivos, a partir do primeiro dia útil após a emissão do termo de recebimento definitivo do item 1, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o disposto nos art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A Administração poderá extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 150 (cento e cinquenta) dias antes do término da vigência contratual.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Quando consultada, a manifestação positiva da CONTRATADA quanto ao interesse na prorrogação da vigência do contrato, nos termos do art. 422 do Código Civil, gera legítima expectativa para o SENADO quanto à assinatura do termo aditivo necessário à formalização da renovação da vigência.







## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO QUARTO** – Em atenção ao Parágrafo anterior, exceto diante de fato superveniente e devidamente justificável, a recusa da CONTRATADA em assinar o termo aditivo de prorrogação de vigência manifestada após o prazo de 120 (cento e vinte) dias antes do encerramento da vigência do contrato poderá ensejar:

**I** - o enquadramento da ocorrência no inciso III do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 com a aplicação de multa na forma do inciso I do Parágrafo Quarto da Cláusula Décima Terceira deste contrato.

**II** - conforme o interesse da Administração, a rescisão unilateral do contrato, de modo a, diante da impossibilidade prática de realização de novo procedimento licitatório, viabilizar a contratação do objeto remanescente do contrato nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica definido o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**ILANA TROMBKA**  
DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

**LUIS GABRIEL CAVATÃO**  
LUIS GABRIEL CAVATÃO WEB DESIGN

**Testemunhas:**

**Diretor da SADCON**

**Coordenador da COPLAC**

U:\COPLAC\SECON\SECON2023\MINUTAS\CONTRATO\LUIS GABRIEL CWD - CT NOVO - 9765 2021 (KC).doc





SENADO FEDERAL

**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0004-68, doravante denominado SF e a empresa **LUIS GABRIEL CAVATÃO WEB DESIGN**, com sede na Rua Peixoto Gomide, 22-A, Bairro Centro, Sales Oliveira/SP, CEP: 14.660-000, e-mails [licitacoes@crwa.com.br](mailto:licitacoes@crwa.com.br) e [luisgabriel@agenciacrwa.com](mailto:luisgabriel@agenciacrwa.com), telefone nº (16) 99163-7675, CNPJ-MF nº 12.972.242/0001-26, doravante denominada CONTRATADA e, sempre que em conjunto referidas como PARTES para efeitos deste TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DA INFORMAÇÃO, doravante denominado simplesmente TERMO, e,

CONSIDERANDO que, em razão do atendimento à exigência do Contrato SF nº 0173/2023, celebrado pelas PARTES, doravante denominado CONTRATO, cujo objeto é, mediante condições estabelecidas pelo SF, a prestação de serviços de solução *e-commerce* para comercialização eletrônica das publicações editadas pelo Senado Federal, compreendendo: implantação da Livraria Virtual do Senado Federal com migração dos dados atuais; treinamento; e prestação de solução para serviços de comercialização eletrônica (*e-commerce*) em modelo SaaS;

CONSIDERANDO que o presente TERMO vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de INFORMAÇÕES, que a contratada tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do SF de que a contratada tomar conhecimento em razão da execução do CONTRATO, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às INFORMAÇÕES;

O SF estabelece o presente TERMO mediante as cláusulas e condições a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto deste TERMO é prover a necessária e adequada proteção às INFORMAÇÕES do SF, principalmente aquelas classificadas como SIGILOSAS, em razão da execução do CONTRATO celebrado entre as PARTES.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS**

I - As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer INFORMAÇÕES reveladas pelo SF;



## SENADO FEDERAL

II - A contratada se obriga a manter o mais absoluto sigilo com relação a todas e quaisquer INFORMAÇÕES que venham a ser fornecidas pelo SF, a partir da data de assinatura deste TERMO, devendo ser tratadas como INFORMAÇÕES SIGILOSAS, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pelo SF;

III - A contratada se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das INFORMAÇÕES do SF;

IV - O SF, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as INFORMAÇÕES que receber e de que tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela contratada.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS LIMITAÇÕES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I - Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das PARTES;

II - Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III - Sejam reveladas em razão de requisição judicial, somente até a extensão de tais ordens, desde que as PARTES cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

I - A contratada se compromete a utilizar as INFORMAÇÕES reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO;

II - A contratada se compromete a não efetuar qualquer cópia das INFORMAÇÕES sem o consentimento prévio e expresso do SF;

III - O consentimento mencionado inciso II acima, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das PARTES;

IV - A contratada se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste TERMO e da natureza sigilosa das INFORMAÇÕES do SF;

V - A contratada deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das INFORMAÇÕES do SF, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo SF;





## SENADO FEDERAL

VI - Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer INFORMAÇÕES eventualmente reveladas á outra parte em função da execução do CONTRATO;

VII - O presente TERMO não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual;

VIII - Os produtos gerados na execução do CONTRATO, bem como as INFORMAÇÕES repassadas à contratada, são de única e exclusiva propriedade intelectual do SF;

IX - A contratada firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao CONTRATO, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento;

X- A contratada obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativos aos produtos gerados e às INFORMAÇÕES que venham a ser reveladas durante a execução do CONTRATO;

XI - A contratada se compromete a nunca revelar ou compartilhar informações, devendo encaminhar qualquer pedido sobre elas ao SF, que é o proprietário das informações, para deliberação.

### CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

Todas as INFORMAÇÕES reveladas pelas PARTES permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

### CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, sendo que sua vigência acompanha a do contrato principal.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as PARTES. Neste caso, a contratada, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo SF, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial.





## SENADO FEDERAL

**CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

I - Este TERMO está vinculado ao CONTRATO, que é parte independente e regulatória deste instrumento;

II - O presente TERMO constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de INFORMAÇÕES, principalmente as SIGILOSAS, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas PARTES em ações feitas direta ou indiretamente;

III - Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste TERMO ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as PARTES tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as INFORMAÇÕES do SF;

IV - O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à sigilosidade de INFORMAÇÕES, salvo expressa determinação em contrário;

V - A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

O Senado Federal elege o foro de Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, é assinado o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO, pela contratada, sendo em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito.

Brasília, de de 2023.

**ILANA TROMBKA**  
**DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL**

LUIS GABRIEL

CAVATAO:33113579813


Assinado de forma digital por LUIS

GABRIEL CAVATAO:33113579813

Dados: 2023.10.09 15:19:36 -03'00'

**LUIS GABRIEL CAVATÃO**  
**LUIS GABRIEL CAVATÃO WEB DESIGN**



 O documento foi assinado por:

RODRIGO GALHA	10/10/2023 11:10:29	
ALEXANDRE MATTOS DE FREITAS	10/10/2023 11:40:23	
ILANA TROMBKA	10/10/2023 14:30:23	

A assinatura digital deste documento é Válida e Confiável.

Para obter mais informações sobre o certificado usado para assinar digitalmente o documento clique em Detalhes.

